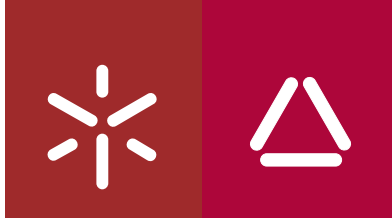


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Tânia Filipa Monteiro Pereira

**A preservação e valorização do património
arquivístico da Misericórdia de Braga**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Tânia Filipa Monteiro Pereira

A preservação e valorização do património arquivístico da Misericórdia de Braga

Relatório de Estágio
Mestrado em História

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

DECLARAÇÃO

Nome: Tânia Filipa Monteiro Pereira

Endereço eletrónico: taniafilipa89@hotmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 13562599

Título do relatório de estágio: A preservação e valorização do património arquivístico da
Misericórdia de Braga

Orientadora: Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTE RELATÓRIO APENAS PARA EFEITOS
DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE
COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à professora Maria Marta Lobo de Araújo por me ter providenciado a possibilidade de realizar um estágio curricular, do qual brotou o seguinte projeto. Reconheço-lhe ainda todo o carinho e atenção que me disponibilizou ao longo deste ano e meio de trabalho, mostrando-se sempre apta para melhorar a qualidade deste relatório através do seu apoio académico e emocional. Mesmo nos momentos mais difíceis nunca deixou de acreditar nas minhas capacidades, incentivando-me a trabalhar arduamente de maneira a colocar o melhor de mim e do meu trabalho neste projeto. Agradeço-lhe ainda a paciência que demonstrou na pesquisa dos títulos bibliográficos que alicerçaram este relatório de estágio.

Guardo um especial carinho e agradecimento pelos funcionários do Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Braga por me terem recebido enquanto estagiária, e por me terem facultado uma experiência única enquanto estudante muito especialmente enquanto investigadora. Congratulo, particularmente, o Dr. António Sousa e o Dr. Elísio Araújo, respetivos diretores do Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Braga. As mesmas palavras são dirigidas aos funcionários das respetivas instituições, pela disposição a que se propuseram, auxiliando-me na investigação e elaboração deste projeto. Agradeço ainda à Santa Casa da Misericórdia de Braga, especialmente ao Sr. Provedor Dr. Bernardo Reis, pelo acesso que me facultou a todo o material necessário na construção deste relatório de estágio.

Agradeço especialmente à minha colega Angélica Rodrigues pelo apoio que facultou ao longo do período de estágio. À minha grande amiga Milene Fernandes felicito-lhe a paciência e o carinho com que me acolheu no decorrer deste projeto, pois nos momentos mais difíceis nunca deixou de acreditar em mim e nas minhas capacidades para chegar mais longe. À minha colega de curso, Manuela Machado, agradeço-lhe a simpatia e paciência, sempre apta a facultar-me o material necessário para a elaboração deste trabalho. Ao Márcio Lourenço pelo carinho, que nos momentos de maior aperto, sempre se mostrou paciente e pronto a ajudar-me no que fosse necessário. Um muito obrigado do fundo do coração.

À minha grande amiga Elodie Mota congratulo-lhe a boa disposição e energia positiva e a força que sempre me deu. Foi um pilar fundamental na elaboração deste relatório, a minha âncora nos momentos de maior dúvida.

Ao Hugo Vaz cujas gargalhadas e boa disposição permitiam-me recarregar energias, encheram-me de coragem para atingir esta tão desejada meta.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus pais, por me terem dado a possibilidade de viver os melhores anos da minha vida nesta longa e variada experiência que a Universidade representou, tanto a nível académico como profissional e pessoal. Felicito-lhes ainda o apoio que sempre me facultaram, o amor com que me receberam, acima de tudo, as esperanças que depositaram em mim, nunca duvidando das minhas capacidades e escolhas, mesmo nos momentos de maior dúvida e incerteza. Aos meus irmãos, Ana Pereira e Joel Pereira, agradeço as risadas, a boa disposição e o carinho com que me brindaram ao longo de todo este projeto.

Resumo

Ao longo do Período Moderno, as Misericórdias representaram um papel de grande importância no campo da assistência social, inserindo-se no novo plano de reformas que a Coroa portuguesa promoveu ao longo desta época, no sentido de melhorar o auxílio aos mais pobres. Protegidas pela Coroa, as Misericórdias rapidamente alcançaram outros patamares, sobretudo financeiros e económicos, destacando-se nos contextos políticos e sociais das diferentes localidades onde estavam instituídas. Fundadas especialmente para ajudar os mais carenciados, estas instituições também providenciavam auxílio aos doentes, aos presos, aos cativos, aos peregrinos, aos expostos, às mulheres e aos mortos. Deste modo, a assistência oferecida por estas instituições destacava-se no plano material mas também no plano espiritual, através da assistência aos mortos, da organização das cerimónias fúnebres, na celebração dos ofícios divinos e por fim, na preparação das festividades religiosas.

Ainda que laicas, estas confrarias mantiveram-se conectadas à esfera religiosa ao longo de todo o Período Moderno. A assistência espiritual que providenciavam assim o atesta, muito embora, a Igreja não pudesse interferir nos quadros administrativos destas instituições, apenas nas questões espirituais e religiosas. Todavia, as Misericórdias cimentaram os laços entre a sociedade moderna e o divino, isto é, entre o homem e a Igreja, pois assumiram-se como difusoras da doutrina e moral cristã, cujos valores se manifestavam através da assistência aos mortos e da assistência espiritual.

Fundada pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, a Misericórdia de Braga destacou-se das suas congéneres pela proximidade que manteve com a esfera religiosa da cidade, muito embora não se tratasse de um caso singular. A influência dos Arcebispos manifestou-se ao longo do Período Moderno, cuja presença se fazia sentir enquanto membros ou beneméritos desta instituição.

Enquanto instituições de assistência, estas confrarias desempenharam um papel de grande importância no plano social e caritativo, não só no Período Moderno, como também nos séculos seguintes. Apesar da visibilidade que alcançaram no campo da assistência e caridade, atualmente, as Misericórdias alcançaram outros horizontes, nomeadamente culturais e patrimoniais, pelo património arquivístico que resguardam, realçando o seu valor histórico e perpetuando deste modo a sua memória através do tempo e do espaço.

Abstract

Throughout the Modern Period, the Misericórdias represented a role of great importance in the field of social assistance, by entering in the new plan of reforms that the Portuguese Crown promoted throughout this period, in order to improve the aid to the poorest of the poor. Protected by the Crown, the Misericórdias quickly reached other heights, especially financial and economic, highlighting the political contexts and social of different localities where were imposed. Founded especially to help the neediest, these institutions also daylong aid the sick, the imprisoned, the captives, the pilgrims, and the exposed, to women and to the dead. In this way, the assistance provided by these institutions was notable in material terms but also on a spiritual level, through assistance to the dead, the organization of funeral ceremonies, in the celebration of divine offices and finally, in the preparation of religious festivities.

Even if secular, these confraternities remained connected to the religious sphere throughout the Modern Period. The spiritual assistance that daylong so certifies, although, the Church could not interfere with the administrative staff of these institutions, only in matters spiritual and religious. However, the Misericórdias have entrenched the links between modern society and the divine, that is, between the man and the Church, because they took it as conveyors of doctrine and Christian morality, whose values were demonstrating through assistance to the dead and spiritual assistance.

Founded by Archbishop Diogo de Sousa, the Misericórdia of Braga stood out among its counterparts for the closeness that has remained with the religious sphere of the city, although not if it were a singular case. The influence of the Archbishops was manifested throughout the Modern Period, whose presence was felt as members or deserving of this institution.

While institutions of assistance, these confraternities played a role of great importance in social and charitable activities, not only in the Modern Period, as also in the following centuries. Despite the visibility they have achieved in the field of assistance and charity, currently, the Misericórdias reached other horizons, in particular cultural and heritage, by papers that safeguards an unusual, highlighting their historical value and perpetuating their memory through time and space.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
1. As Misericórdias portuguesas no Período Moderno	5
1.1 O contexto do seu surgimento	6
1.2 Origem e consolidação das Misericórdias portuguesas	10
2. A gestão interna das Misericórdias	15
2.1 Os compromissos e os privilégios	15
2.2. Regras de admissão	17
2.4 Os irmãos e a Mesa	19
3. A ação assistencial das Misericórdias no Período Moderno	23
3.1 As práticas de caridade	23
3.2 A assistência feminina.....	26
3.3. A assistência espiritual	30
4. O património	31
5. Sinais de crise nas Misericórdias portuguesas	34
1. A fundação da Santa Casa	38
2. As relações com a Coroa e a Igreja.....	42
3. Administração interna	46
3.1. Privilégios e compromissos.....	46
3.2. A Mesa, os irmãos e os conflitos.....	49
4. O Património.....	51
5. As práticas de caridade	54

5.1 A assistência material	54
5.1 As esmolas, os pobres e os peregrinos	54
5.1.2 Assistir os presos e cativos	56
5.1.3. Assistir os doentes	57
5.2 Assistência infantil	59
5.3 A assistência às mulheres.....	59
5.4. A assistência espiritual	62
Uma experiência de trabalho: o arquivo, biblioteca e a exposição	65
1. Os propósitos iniciais	65
2. O fundo documental da Santa Casa da Misericórdia de Braga.....	67
3. As tarefas desenvolvidas na Biblioteca Pública de Braga	81
4. A Exposição Comemorativa dos 500 Anos da Misericórdia de Braga	86
Conclusão	101
Bibliografia	105

Índice de Figuras

Figura 1 - Exposição 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga	85
Figura 2 - Escultura de São Marcos - século XVIII	86
Figura 3 - Bandeira da Paixão, século XVIII.....	87
Figura 4 - Vara de Mesário	88
Figura 5 - Custódia – Relicário	89
Figura 6 - Abertura da exposição	90
Figura 7 - Exposição Comemorativa dos 500 anos da Misericórdia de Braga	90
Figura 8 - Convite para a exposição.....	91
Figura 9 - Catálogo da exposição.....	92
Figura 10 - II Parte do catálogo da exposição.....	93
Figura 11 -Excerto da notícia Exposição dá a conhecer espólio da Santa Casa da Misericórdia .	95
Figura 12 - Excerto do livro das assinaturas.....	96
Figura 13 - Excerto do livro das assinaturas.....	97
Figura 14 - Excerto do livro das assinaturas.....	97

Introdução

Enquanto ciência social, a História, sempre despertou em mim um grande fascínio. À medida que o meu percurso escolar avançava, mais sólida se tornava a certeza de me tornar numa estudante de História. Entrar na Universidade e formar-me nesta área foi, por isso, um sonho há muito almejado que me permitiu descobrir o que a História estudava, o que representava e qual era a sua finalidade.

Atraída sobretudo pelo Período Moderno, para a elaboração deste projeto optei por um tema que privilegiasse a história daqueles que “não ficaram na História”, ou seja, dos pobres, dos comuns, a minha e a história de tantos outros. Queria ver a História não só como uma ciência que estuda o passado mas que pode também representar um elo de ligação entre “o que foi e o que é”, isto é, o passado e o presente. Queria que as pessoas de hoje se pudessem sentir mais conectadas com os seus antepassados, revendo-se em situações similares. Para além disso, queria que o meu trabalho ultrapassasse o valor da palavra escrita, queria que as pessoas “visualizassem a História”, o que me orientou para um caminho totalmente novo, a realização de um estágio e a elaboração de um relatório como produto final.

Com o apoio e aconselhamento da professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo, foi-me proposto um estágio no Arquivo Distrital e Biblioteca Pública da cidade de Braga, projeto inserido nas celebrações dos 500 anos da Misericórdia de Braga, para que contactasse quer com fontes arquivísticas, quer com bibliografia sobre estas confrarias.

Embora prático, este relatório é sustentado por uma importante componente teórica, que destaca, por um lado, o papel desempenhado pelas Misericórdias portuguesas no campo da assistência e caridade, e que, por outro lado, serve de enquadramento ao período de estágio, de modo a esclarecer a finalidade deste trabalho.

O extenso, mas necessário, módulo teórico, abrange toda a época Moderna portuguesa, ou seja, desde de finais do século XV até finais do século XVIII. Analisamos a evolução da pobreza, enquanto fenómeno social, e os mecanismos criados neste período para a sua redução, destacando-se o papel que as Misericórdias desempenharam no apoio aos mais necessitados. Esta análise parte do geral para o particular, e está assente em dois capítulos, o primeiro referente às reformas de assistência e práticas de caridade presentes ao longo do Período Moderno português, e o segundo alusivo à Misericórdia de Braga.

Inserindo-se no contexto da História da Pobreza, Assistência e Caridade, o presente relatório sumaria também o percurso das Misericórdias portuguesas, desde a sua fundação ao período de maturação, analisando ainda os agentes responsáveis pela sua criação, o papel desempenhado pela Igreja no seu desenvolvimento, o tipo de público que assistiam e as obras de caridade que praticavam. Para além do contexto fundacional, analisaram-se outros pontos fundamentais para conhecer e compreender o crescimento destas confrarias, através, nomeadamente, das suas estruturas internas, tanto a nível humano, como administrativo, financeiro, patrimonial, religioso e assistencial. Reservamos ainda um pequeno espaço para refletir sobre as obras de misericórdia praticadas, bem como o importante papel que desempenharam na assistência às mulheres ao longo deste período.

Em termos temporais, estabeleceram-se como balizas cronológicas os finais do século XV até aos últimos anos do século XVIII, o que nos permitiu estabelecer um paralelo entre práticas de caridade vigentes na Europa dos finais da Idade Média e as transformações ocorridas no campo da assistência e caridade ao longo da Idade Moderna. Este estudo inclui ainda os primeiros sinais de crise que estas instituições conheceram e que estiveram na origem de novas reformas no campo da assistência no Período Contemporâneo português.

Estudaram-se ainda as conjunturas, isto é, os enquadramentos políticos, económicos e sociais, bem como as transformações a nível das mentalidades, para que fosse possível compreender o seu papel na criação dos novos agentes, meios e técnicas de combate à pobreza.

Apesar de nos dar a conhecer o percurso que permitiu a fundação das Misericórdias, e o papel desempenhado por estas confrarias no que diz respeito ao combate da pobreza, o primeiro capítulo serviu sobretudo de enquadramento para o tema seguinte, a Misericórdia de Braga.

Muito embora o meu objetivo incluísse a pobreza na sua generalidade, e o estudo das Misericórdias em particular, a ênfase dada a esta confraria não deixa de estar relacionada com o projeto em que tive a possibilidade de participar. Tratando-se da comemoração dos 500 anos de existência da Misericórdia de Braga, pareceu-me razoável incluir a história e o percurso existencial desta confraria, ao longo do Período Moderno, no meu relatório de estágio. Para além disso, tratava-se do elo de ligação fundamental entre a componente teórica e prática deste trabalho.

Deste modo, o segundo capítulo refere-se à Misericórdia de Braga, apresentando, no entanto, moldes muito semelhantes ao capítulo anterior. Em termos temporais, este estudo é iniciado aquando a fundação desta confraria, isto é em 1513 até finais do século XVIII. Analisaram-se, do mesmo modo, os agentes responsáveis pela sua fundação, dando-se particular ênfase ao papel desempenhado pelos Arcebispos na fundação e desenvolvimento desta confraria. Distanciando-se das suas congéneres, a Misericórdia de Braga, manteve, desde sempre, uma relação de grande proximidade com a Igreja, que não só a protegeu como lhe facultou os meios necessários para o seu crescimento e desenvolvimento. Para além dos contextos fundacionais e dos agentes responsáveis pela sua fundação, analisaram-se as suas estruturas internas, especialmente no que diz respeito aos quadros administrativos, financeiros, patrimoniais e assistenciais, dando-se particular destaque ao papel que desempenhou na assistência aos presos, aos doentes, às mulheres e, por vezes, aos expostos.

O terceiro e último capítulo deste trabalho sumaria o período de estágio nas instituições já referidas anteriormente. O estágio teve uma duração aproximada de quatro meses, iniciou-se se em meados de agosto, e terminou em novembro, após a inauguração da exposição. Nos quatro meses de estágio tive a possibilidade de trabalhar no Arquivo Distrital da cidade de Braga e na Biblioteca Pública da cidade de Braga, de modo a colocar em prática os objetivos que me foram exigidos. A fase final deste período de estágio incluía a elaboração de uma exposição, inserida no âmbito das comemorações dos 500 anos de existência da Misericórdia de Braga.

Enquanto estagiária foi-me solicitada a tarefa de rever o fundo arquivístico da Santa Casa da Misericórdia de Braga, e a análise de uma vasta lista de títulos bibliográficos, de modo a selecionar os documentos, livros e artigos que melhor se enquadrassem no tema da exposição. A exposição referia-se à Misericórdia de Braga e, embora se tratasse de um trabalho muito centralizado, incluiu outras componentes relacionadas com a História da Pobreza e da Assistência em contextos gerais. Para além de celebrar os 500 anos da sua existência, demonstrou-se, através da referida exposição, a forma como esta confraria funcionava, quer em termos humanos, como também administrativos, financeiros, patrimoniais e sobretudo, assistenciais, permitindo-me, deste modo, concretizar o meu objetivo de transformar a história escrita em algo visível e representável, recordando que, embora estas práticas fossem sobretudo comuns no Período Moderno, as Misericórdias, ainda hoje, desempenham um papel de grande importância em termos de assistência assentes, todavia, em moldes muito distintos dos que eram vulgarmente conhecidos no período referido.

À parte de tudo isso, o estágio abriu-me as portas ao fundo arquivístico da Santa Casa de Braga, o que me permitiu conhecer muito melhor esta confraria, tanto a nível administrativo, humano e financeiro como também a nível assistencial. O seu uso na exposição não só a enriqueceu, como também reavivou a importância que os arquivos assumem para a preservação da memória destas instituições.

Conquanto, não posso negar a importância que esta experiência representou para mim, tanto a nível pessoal, na concretização dos meus objetivos, como a nível profissional e académico. Conhecer as fontes, extrair informação das mesmas, permitiu-me evoluir enquanto investigadora, técnicas que foram melhoradas à medida que fomos fazendo novas e mais pesquisas relacionadas com os títulos bibliográficos usados neste projeto.

O contato que tive com outras pessoas e entidades, nomeadamente, o Arquivo Distrital e a Biblioteca Pública da cidade de Braga, a Misericórdia de Braga, as Comissões Científica e Organizadoras, com principal destaque para o papel da professora Maria Marta Lobo de Araújo da Universidade do Minho, o Departamento de História da Universidade do Minho e o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), enriqueceram totalmente esta experiência. Ao lidar com outras pessoas e ao lidar com outro tipo de formação, obtive uma pequena experiência de trabalho, uma forma de abrir horizontes, de espreitar o trabalho de um historiador, de um arquivístico ou de um bibliotecário. Tratou-se, sem dúvida, de um momento de profunda aprendizagem. Saliento, sobretudo, o gosto que tive em poder aprender com pessoas que se mostraram totalmente disponíveis para me acompanharem e me conduziram no mundo das bibliotecas e dos arquivos, locais onde se analisa, reflete e se produz ciência. Ao mesmo tempo que seguia as instruções que me iam sendo dadas nestes locais de trabalho, calculava também o caminho da descoberta, da metodologia do trabalho científico, da aprendizagem e da reflexão nos locais mais apropriados para o fazer.

O verdadeiro desafio deste trabalho residiu sobretudo na investigação e na análise das fontes e bibliografia utilizada para este relatório, o que me obrigou a um apurado esforço de leituras, num campo onde a produção historiográfica, felizmente, tem alcançado enorme projeção.

Capítulo I

1. As Misericórdias portuguesas no Período Moderno

A primeira parte deste trabalho é apresentada um estudo sobre a História da Pobreza, Assistência, balizado entre finais do século XV e finais do século XVIII. Remete, por isso, para o Período Moderno português.

Partindo do geral para o particular, esta primeira parte reflete, por um lado, os novos contextos políticos, económicos e sociais que a Europa e Portugal conheceram no dealbar da modernidade. A análise dos contextos, para além de nos permitir recolher informações precisas sobre a época estudada, também nos elucidou em relação à fundação das primeiras Misericórdias, assumindo-se, deste modo, como um importante elo de ligação, entre as novas reformas sociais e as novas formas assistência.

A mesma importância foi atribuída aos agentes responsáveis pela sua fundação e consolidação, destacando-se, particularmente, o papel da Coroa portuguesa na criação e crescimento das Misericórdias. Neste estudo foi também incluído o papel a Igreja desempenhou nos assuntos de assistência e caridade ao longo do Período Moderno, especialmente no que diz respeito às Santas Casas, visto que estas confrarias contribuíram para a secundarização do papel da Igreja em questões de assistência.

Examinados estes pontos, sumariaram-se outras questões importantes, referentes nomeadamente, à administração interna destas confrarias, ao seu corpo constituinte, às suas propriedades e fontes de riqueza, aos seus objetivos e finalidades, de forma a estabelecer um plano evolutivo que nos permitisse conhecer a sua história, desde da sua fundação, aos momentos de maior glória e as situações de fragilidade que algumas delas conheceram ao longo do período referido.

Contudo, é importante referir que este capítulo não se refere ao Estado da Arte da história destas instituições. Aliás, o nosso objetivo é bem mais modesto, por entendermos que essa reflexão deve ser feita num outro enquadramento, através de um trabalho mais extenso e mais adequado ao aprofundamento do tema.

1.1 O contexto do seu surgimento

Enquanto conceito, a pobreza está suscetível ao tempo, ao espaço, às conjunturas e às mentalidades, o que nos indica que esta noção sofreu grandes transformações ao longo dos diferentes séculos e épocas históricas.¹ Na Idade Média, por exemplo, a pobreza era mais generalizada, determinada não só pela instabilidade político-militar mas também pelas polivalências financeiras e económicas, às pestes, doenças, entre muitos outros aspetos. A falta de recursos era uma realidade vulgarmente conhecida, e que variava de acordo com os contextos, muito embora, as pessoas tivessem mais suscetíveis às suas consequências. Todavia, para este estudo, interessa-nos a análise deste conceito sob o ponto de vista social e económico, ou seja, o estudo daqueles que não conseguiam libertar-se da sua condição sem a ajuda ou a intervenção de terceiros e que progressivamente foram perdendo poder económico ou financeiro, caindo em situações de miséria e carência. Ao contrário do que sucedida na Idade Média, esta “nova pobreza” afetava um grupo muito específico do corpo social², que necessitava do auxílio de terceiros para subsistir. Se, por um lado, a pobreza se afirma como um fenómeno crescente, por outro lado, perspetivaram-se outras ideias e novas reformas, face à sua redução e combate, de maneira a salvaguardar os “verdadeiros pobres” em detrimento dos mendigos e vagabundos.

Apesar de vulgarmente marcada pela ausência de recursos, os casos de pobreza podiam agravar-se de acordo com os contextos políticos, militares, económicos e sociais. As guerras, a instabilidade política, a escassez de recursos, crises de produção, pestes, fomes e doenças, agravavam estes cenários, contribuindo para o aumento da precariedade das populações socialmente mais frágeis.

Fruto da nova dinâmica mercantil, as cidades sofreram novas transformações, tornaram-se maiores, cresceram não só em termos geográficos e populacionais como também em termos económicos e financeiros, a oferta de trabalho era maior, o que gerou intensas correntes migratórias um pouco por toda a Europa. Embora as condições de vida da população tivessem melhorado significativamente, nem sempre o crescimento mercantil e ou urbano acompanhava o

¹ Sobre esta temática, consulte-se Marques, José, «A assistência no norte de Portugal nos finais da Idade Média», in *Revista de História*, Vol. 11, 1991, p. 13.

² Para saber mais sobre este assunto, leia-se Tavares, Maria José Pimenta Ferro, *A pobreza e a morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 13-62.

aumento populacional, o que agravava estes cenários de pobreza, para além de contribuírem para o incremento do número de vagabundos e mendigos nas cidades europeias e portuguesas.³

Muito embora a dinâmica que algumas atividades alcançaram neste período, como o caso do comércio, tivesse contribuído para a significativa melhoria das condições de vida da população, também transformou a ordem social, o corpo social complexificou-se, ficou mais estratificado, abrindo um fosso entre os mais ricos e as populações mais empobrecidas.

Como a pobreza representava um fenómeno em crescimento, o Estado passou a exercer um papel muito mais interventivo no seu combate, especialmente na criação de novas reformas, com vista à sua redução e ao apoio dos “verdadeiros necessitados”.⁴ Foram vários os teóricos que se debruçaram sobre este problema social, refletindo sobre a sua intensidade, as suas consequências, apresentando soluções, embora diferenciadas, as reformas propostas assentavam num princípio comum, auxiliar os “verdadeiros pobres” e penalizar os ociosos.

Em Portugal, as novas reformas sociais foram introduzidas pela dinastia de Avis, ainda que este processo tivesse alcançado maior destaque depois da fundação do Hospital de Todos os Santos.⁵ Consciente da necessidade de reformar os meios de assistência, a Coroa procurou criar um novo sistema, mais adequado, por um lado, às novas realidades sociais e económicas, e, por outro lado, de modo a combater a pobreza em crescimento, especialmente o número de mendigos e vagabundos que se acumulavam em todas as cidades do reino.

Embora não assumissem um caráter tão conservador quanto as restantes reformas europeias, as novas propostas sociais, com vista ao combate e redução da pobreza em Portugal, assentavam em dois princípios básicos: ordem e disciplina. Em primeiro lugar, era necessário separar os “verdadeiros pobres” dos restantes, ou seja, dos que se encontravam fisicamente saudáveis para a lavoura ou ofícios, mas que mesmo assim, viviam da caridade alheia, camuflando, através da pobreza, os seus vícios, maus hábitos e preguiça. Para além disso, era necessário amparar os pobres envergonhados, isto é, aqueles que “pela progressiva perda

³ Geremek Bronislaw apresenta-nos um estudo bastante aprofundado sobre estas variantes, especialmente as influências que promoveram o aumento da pobreza na Europa Moderna. Para ler mais sobre este assunto, consulte-se Bronislaw, Geremek, *A piedade e a força. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995, pp. 91-125.

⁴ Sobre este assunto, leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «A reforma da assistência nos reinos peninsulares», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 19, nº (1-2), 2002, pp. 178-181.

⁵ Este processo foi iniciado em 1492 e propunha o encerramento das pequenas unidades hospitalares, especialmente os pequenos centros médicos que não apresentassem condições para se manterem em funcionamento. Contudo, foram propostas outras alternativas, nomeadamente a união dos pequenos hospitais de modo a tornarem-se em unidades de maior dimensão, mais adequadas, naturalmente, ao atendimento dos doentes e às suas necessidades. Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 40.

patrimonial”⁶ corriam o risco de exclusão social. Em segundo lugar, era essencial punir os ociosos, os vagabundos e os mendigos, mais concretamente aqueles que não queriam trabalhar, mas que se encontravam em condições para o fazer. Proibiu-se, um pouco por toda a Europa, o ato de pedir, um privilégio que foi entregue às instituições responsáveis pelos pobres e pela sua provisão, como as Misericórdias. Limitou-se a presença dos mendigos nos espaços urbanos a número muito reduzido de dias. Criaram-se novas casas de assistência que recolhiam não só os mais carenciados, como lhes ofereciam condições para se integrarem novamente em sociedade, através dos trabalhos obrigatórios. Procuraram prover os pobres, distribuindo dinheiro e géneros alimentares, enfim, uma série de medidas, com vista à redução do número de pobres, mas também à repressão da vagabundagem e mendicidade.⁷

Muito embora o Estado procurasse criar novos mecanismos para reduzir a pobreza em crescimento, estas reformas sociais também refletiam o pensamento que começava a brotar um pouco por toda a Europa do Período Moderno. Para além do pragmatismo político, o homem moderno definia a preguiça como o pecado mais infame. Deste modo, a punição dos ociosos era sobretudo uma questão moral, muito à semelhança do que sucedia com a assistência feminina, que dependentes das figuras masculinas para subsistirem, na sua ausência, viam-se forçadas a solicitar esmolas junto das instituições de assistência.

Em situações de orfandade e viuvez, as mulheres eram obrigadas a solicitar o apoio das instituições de assistência para alcançar algum resguardo financeiro, evitando, deste modo, a pobreza extrema, inimiga do bom nome, da virtude e boa fama, valores que a sociedade estimulava e cimentava.

Este novo sistema de caridade privilegiava ainda, os idosos, os doentes, os deficientes motores, as crianças e os peregrinos, fazendo prevalecer uma das muitas facetas medievais.

Também em Portugal foram tomadas medidas no sentido de reduzir o número de mendigos e penalização dos vagabundos. Ou seja, “a criminalização de comportamentos antes socialmente aceites torna-se comum sob a forma das leis que recuperavam princípios vulgarizados no contexto da Peste Negra, procurando agora uma maior eficácia”⁸ no combate à pobreza, em especial na repressão dos atos de mendigagem e vagabundagem.

⁶ Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2009, p. 25, dissertação de doutoramento policopiada.

⁷ Bronislaw, Geremek, *A piedade e a força...*, pp. 147-210.

⁸ Abreu, Laurinda, «O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa do Antigo Regime», in Fonseca, Jorge (coord), *Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, p. 26.

Os pobres não podiam mendigar nas ruas das suas localidades, assim proibia o Estado, tratando de encarregar as instituições vocacionadas para a assistência de amealhar os recursos necessários para esse fim. Em Portugal as Casas de Misericórdia assumiram esse papel, auxiliando os pobres, distribuindo-lhes esmolas e outros bens.

Refletindo o rigor que se expandia por toda a Europa, estas novas instituições atribuíam à moral um papel determinante no auxílio aos mais necessitados. No momento de ajudar os mais pobres, as instituições de assistência analisavam não só as suas débeis conjunturas financeiras e familiares, como também morais, assentes, geralmente no trabalho, na virtude e no bom nome.

As novas reformas de assistência foram também estendidas às unidades hospitalares, no sentido de melhorar as suas condições de atendimento e internamento. À semelhança do que sucedia na Idade Média, os hospitais modernos também acolhiam doentes e peregrinos⁹, ainda que espaços separados e devidamente preparados para as necessidades de cada um. O Hospital de S. Marcos de Braga recebia os peregrinos da cidade, proporcionando-lhes teto, lenha e água por um número reduzido de dias.

Em Portugal o novo sistema de assistência desdobrou-se em duas grandes reformas: a construção das Casas de Misericórdia, confrarias laicas protegidas pelo rei, e a criação de novas unidades hospitalares, mais modernas, mais amplas, e mais adequadas às necessidades dos doentes. Estes espaços podiam resultar da união de pequenas unidades hospitalares já existentes, introduzindo os novos métodos propostos pelas inovações da ciência e medicina da época.¹⁰

Porém, foram especialmente as Misericórdias que desempenharam um papel de maior relevo no campo da assistência ao longo do Período Moderno, destacando-se não só pelos diversos serviços que desempenhavam, como também pelos privilégios e poderes de que gozaram ao longo desta época. Muito diferentes das suas congéneres espanholas¹¹ e italianas¹²,

⁹ Muito embora, existissem espaços próprios para alojarem peregrinos, como as albergarias, na prática, muitos deles eram recebidos nos hospitais medievais. Sobre este assunto, veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, p. 29.

¹⁰ Apesar de partirem do mesmo princípio, redução da pobreza e repressão da mendicidade, as reformas sociais com vista ao combate deste fenómeno assumiram diferentes particularidades entre os Estados Europeus. Na Europa do norte ficaram particularmente famosas as casas de trabalhos obrigatórios (*renferment*) ao passo que no sul (Europa Católica) ficaram sobretudo famosas as casas de Misericórdia. Sá, Isabel dos Guimarães, «A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600)», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 11 (2), 1998, pp. 31-35.

¹¹ As Misericórdias espanholas, por exemplo, eram muito diferentes das confrarias portuguesas. Alicerçadas através de dois conceitos-chave, estas confrarias apostaram sobretudo na ordem e disciplina, de modo a reduzirem e controlarem o número crescente de mendigos e vagabundos. Este novo sistema de assistência pretendia, por um lado, recolher os mais carenciados da rua, mas, por outro lado, integrá-los

estas confrarias constituíram-se como as principais instituições de caridade, gerindo diversas funcionalidades: dotavam raparigas órfãs, cuidavam dos enfermos, ajudavam os peregrinos, visitavam os presos, distribuíam géneros alimentares, dinheiro e esmolas aos pobres, criavam expostos, enterravam os mortos, e, por vezes, assumiram responsabilidades para com os cativos, enviando esmolas ao peditório efetuado pelo rei. Sobressaíram ainda na assistência aos mortos, organizavam rituais e cerimónias fúnebres, planeavam algumas das festividades do Calendário Litúrgico. Para além disso, destacaram-se noutros importantes setores, especialmente no campo financeiro. Geriram diversas atividades, pelos legados e heranças que receberam, constituíram vastos patrimónios, que lhe permitiram desenvolver outras importantes atividades, como o setor do crédito, uma vez que, ao longo de toda a Idade Moderna, emprestaram dinheiro a juro.

1.2 Origem e consolidação das Misericórdias portuguesas

As primeiras Misericórdias foram fundadas no reinado de D. Manuel I, que deteve um importante papel na sua criação e difusão. A primeira confraria do género foi fundada em Lisboa, em 1498, todavia, em 1521, já existiam “mais de setenta Misericórdias, espalhadas pela metrópole e pelos territórios ultramarinos; no final da dinastia de Avis seriam pelo menos cerca de duas centenas. Mais de trezentas em 1640”.¹³

O patronato régio favoreceu o processo de expansão que estas confrarias conheceram ao longo da primeira metade do século XVI. Para além disso, a proximidade que mantinham com a Coroa, permitiu-lhes cimentar alguns privilégios, estatuto social e sobretudo, reconhecimento local. Patrocinadas pelo rei, as Misericórdias eram confrarias laicas, onde a Igreja não podia exercer qualquer tipo de influência, à exceção das questões religiosas ou espirituais. Estas confrarias gozavam ainda de alguma autonomia, muito embora, o poder régio estivesse sempre presente.

Embora enquadradas no novo programa de reformas sociais, as Misericórdias também representaram para a Coroa instrumentos de consolidação do seu poder, contribuindo para a

novamente em sociedade, através dos trabalhos obrigatórios, por exemplo. Araújo, Maria Marta Lobo de, «A reforma da assistência nos reinos peninsulares», in *Cadernos do Noroeste...*, pp. 179-181.

¹² As Misericórdias italianas estavam sobretudo vocacionadas para a assistência aos mortos. Sá, Isabel dos Guimarães, «A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1498-1600)», in *Cadernos do Noroeste...*, p. 40.

¹³ Leia-se a propósito Abreu, Laurinda, «O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa do Antigo Regime», in Fonseca, Jorge (coord), *Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património...*, p. 30.

fortificação do Estado.¹⁴ Serviram ainda de “veículo dos ideais de renovação religiosa que a sociedade almejava”¹⁵, estreitaram os laços entre a sociedade e a Igreja, permitindo ainda uma participação mais ativa dos leigos nas questões de assistência e caridade, ao contrário do que sucedia na Idade Média.

Os privilégios que receberam da Coroa favoreceram o seu crescimento e consolidação, concederam-lhe estatuto e reconhecimento social, manifestado através das diversas atividades que geriam. Deste modo, “concedeu-se às Misericórdias capacidade de instalar pedidores de esmola no terreno, de incorporar bens dos hospitais, de canalizar para elas os bens que os defuntos lhes deixavam em testamento”¹⁶. Embora se tratassem de privilégios outorgados ao longo do século XVI, a partir de um determinado momento, foi-lhes permitido acumular e administrar patrimónios que recebiam, quer através dos legados, das heranças ou testamentos, mais tarde materializados nos hospitais, nos recolhimentos entre muitas outras instituições. Estes recursos serviam para sustentar os seus encargos, especialmente nas obras de caridade que praticavam mas também nas festas que organizavam e nos funerais que providenciavam.¹⁷

Graças aos privilégios que detinham, e ao prestígio que rapidamente alcançaram, as Misericórdias instalaram-se com grande rapidez no reino e império português, sem grandes tumultos ou conflitos com instituições já existentes, pois representavam símbolos de evolução, crescimento e progresso.

A “protecção directa do rei foi o maior privilégio obtido pelas Misericórdias (...) de outro modo não se explicaria o facto de terem obtido no Concílio de Trento a isenção do Ordinário”, ou seja, autonomia face á Igreja. Todavia, só “ as Misericórdias tinham tal privilégio, uma vez que as restantes confrarias e hospitais continuariam a estar sujeitas à visitação e controlo do Ordinário”.¹⁸

¹⁴ Culminando num regime absolutista.

¹⁵ Abreu, Laurinda, «O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa do Antigo Regime», in Fonseca, Jorge (coord), *Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património...*, p. 31.

¹⁶ A propósito do tema, consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, «Devoção, caridade e construção do Estado ao tempo de D. Manuel I: o exemplo das Misericórdias», in *D. Manuel e a sua época. Actas do Congresso Histórico de Guimarães*, 3, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001, p. 321.

¹⁷ Abreu, Laurinda, «Introdução Igreja, caridade, e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII): estratégias de intervenção social num mundo em transformação», in Abreu, Laurinda (ed), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs XVI-XVIII)*, Évora, Edições Colibri, 2004, p. 14.

¹⁸ Leia-se Pardal, Rute, *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina estratégias de controlo de poder local (1580-1640)*, Évora, Edições Colibri, 2007, p. 65.

Estes privilégios foram primeiramente concedidos à “Misericórdia mãe”, isto é, à Santa Casa de Lisboa, sendo atribuídos às restantes confrarias do género à medida que se iam espelhando pelo reino português. Geralmente estes privilégios eram solicitados pelas Misericórdias, muito embora a Coroa permitisse a adaptação local destes estatutos, todavia, apenas nos assuntos necessários, de maneira a que os compromissos não diferissem muito entre si.

Para além dos privilégios a presença régia era bastante notória nos símbolos que estas confrarias exibiam, como as bandeiras, estandartes ou escudos.¹⁹

As Misericórdias representaram uma rutura, um período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. Reproduziram novos conceitos de assistência, muito embora carregassem tradições e costumes herdados do período medieval.

Fundadas num novo contexto social, estas confrarias enquadravam-se nas novas reformas de assistência, de maneira a reduzir a pobreza, a mendicidade, e a reproduzir novos métodos de organização da saúde pública. Contudo, o conceito de caridade que propunham não estava totalmente desvinculado da moral e costumes cristãos. Aliás, no que diz respeito à assistência, a doutrina cristã esteve sempre presente no dia a dia destas confrarias. Este facto ficou sobretudo a dever-se ao rigor e conservadorismo que se instalou na Europa mediterrânica após o Concílio de Trento, de modo a travar a proliferação do protestantismo que ganhava força um pouco por toda a Europa.

Para além disso, estas confrarias praticavam não só assistência material como também auxílio espiritual, através da assistência aos mortos, da preparação dos rituais e cerimónias fúnebres, da organização de festividades religiosas, e na celebração das missas por alma.²⁰

Embora este novo conceito de assistência reconhecesse a importância da saúde e das condições financeiras na vida de cada um, não se adequava totalmente à realidade social presenciada, na verdade, a moral e ética cristã, assumiam ainda um forte plano nas práticas de caridade do homem moderno.

A morte, presente no quotidiano destas comunidades, era uma realidade crua, que podia roubar um familiar, vizinho ou amigo a qualquer instante. O receio de morrer, acima de tudo, o receio de cair no Purgatório, no perpétuo aprisionamento das almas no Inferno, assumia um

¹⁹ Estes símbolos são visíveis ainda hoje nas estruturas destas confrarias, tais como nas igrejas, hospitais ou em outros edifícios. Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: misericórdias...*, p. 92.

²⁰ Ao longo do Período Moderno as Misericórdias foram responsáveis pela organização de várias festividades religiosas. De modo a explorar melhor este tema, consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII», in *Bracara Augusta*, nº107 (120), 2004, pp. 185-191.

plano de grande importância para o homem moderno. De modo a alcançar a salvação eterna e a redimir-se dos pecados, o homem moderno devia viver em humildade e devoção.

Alicerçado através do elogio à pobreza e desapego dos bens materiais, este novo conceito de assistência impunha as práticas de caridade como uma realidade presente no quotidiano de cada cristão. Através do auxílio ao mais próximo, os seus pecados eram abreviados aos olhos de Deus, no fundo, salva-se a alma após a morte física, aliás, como bem elucida a seguinte passagem “dar aos pobres era o mesmo que dar a Deus”.²¹.

Embora não se tratasse de uma obrigação, aos mais ricos cabia o dever moral de prover os mais necessitados, “a esmola é um direito dos pobres e um dever dos ricos”.²²

De modo a desempenharem as tarefas religiosas que lhe tinham sido atribuídas, as Misericórdias foram dotadas de estruturas para esse fim. Para além de contratarem um corpo de capelães, responsáveis pelas missas, estavam dotadas de espaços próprios para a sua realização, como igrejas, sacristias, altares, tumbas, bandeiras, tocheiros, panos, hábitos, mortalhas, e outros bens de culto, nomeadamente as alfaias religiosas, paramentos, cera, azeite, vinho, hóstias e organistas.²³

Apesar de assumirem um papel central, as Misericórdias não foram as únicas instituições a praticar a caridade ao longo do Período Moderno. Outras instituições, laicas ou religiosas, também o fizeram. Na cidade de Braga, por exemplo, os Arcebispos representaram um papel de grande importância no apoio aos mais necessitados, muito embora, as suas práticas de caridade se materializassem sobretudo através da Santa Casa instituída na cidade. Provinham a Misericórdia de recursos, doavam esmolas aos pobres, aos doentes e sobretudo às jovens órfãs.²⁴ Também nesta cidade, os irmãos terceiros mantiveram um papel ativo no apoio

²¹ Paiva, José Pedro, «O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)», in Abreu, Laurinda (ed), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séc. XVI- XVIII) ...*, p. 172.

²² Por serem pobres, aos olhos de Deus, os seus pecados eram, de certo modo, abreviados. Cabia aos ricos a responsabilidade de prover os mais necessitados, não só por uma questão moral, mas também por uma questão da fé. Segundo o homem moderno, a ajuda ao próximo facilitava a salvação. Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social Coimbra (1750-1850)*, vol. 1, Coimbra, Palimage Editores, 2000, p. 68.

²³ Para saber mais sobre este assunto, consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do paraíso (século XVI-XVIII)», in Faria, Ana Leal de; Braga, Isabel Drumond (coord), *Problematizar a História: estudos de história moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 385.

²⁴ Em Braga, em conformidade com a Misericórdia local, os Arcebispos desempenharam um papel bastante ativo em termos de assistência e caridade. Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens até à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 13-85.

aos mais necessitados, especialmente em relação doentes e aos pobres.²⁵ Tratavam-se, todavia, de práticas de caridade vocacionadas para os membros da irmandade.

Pelo contrário as casas de Misericórdia direcionavam as suas práticas de caridade para a comunidade onde estavam instituídas, uma característica que as demarcou das restantes confrarias vocacionadas para este fim. Contudo, isso não significa que, quando solicitado, outras confrarias, para além das Casas de Misericórdia, não amparassem os mais necessitados. Em Vila Viçosa, por exemplo, os presos da comunidade local eram não só assistidos pela Misericórdia, como por outras confrarias religiosas instituídas na localidade.²⁶ Em maio de 1580, nos Açores, devido a uma tempestade vulcânica, um jesuíta solicitou o apoio do bispo D. Manuel de Gouveia para acudir à população de S. Jorge.²⁷ Como resposta ao pedido da população, o bispo enviou para S. Jorge um missionário, para ajudar a população a restabelecer-se da calamidade, aliás, uma prática bastante frequente ao longo deste período.

Também os particulares assumiram um importante papel no que diz respeito às obras de caridade. Estas iniciativas manifestavam-se direta ou indiretamente, ou seja, por intermédio de uma confraria, às quais eram delegadas ordens nesse sentido, ou por vontade própria, sem interferência de terceiros.

Deixadas em testamento, estas práticas correspondiam geralmente às últimas vontades do defunto, que através das obras de caridade, procurava abreviar os seus pecados e preparar uma boa morte.

Apesar de consignadas através dos testamentos e heranças, as práticas de caridade também eram cultivadas ao longo da vida do homem moderno. As grandes famílias nobres assim o fizeram, como amiudadamente sucedeu em Vila Viçosa, cujos Duques de Bragança

²⁵ Moraes, Juliana de Melo, «Práticas assistenciais entre irmãos seculares franciscanos nas duas margens do Atlântico (século XVIII)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves Alexandra (orgs), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 188-193.

²⁶ Nas festividades da Semana Santa, os presos de Vila Viçosa para além de receberem assistência por parte dos irmãos da Misericórdia eram também auxiliados por outras confrarias, que lhes organizavam, por exemplo, jantares nesta época festiva. Araújo, Maria Marta Lobo de, «Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 11 N° 2, 1998, p. 104.

²⁷ De modo a conhecer melhor as práticas de caridade desenvolvidas por outras instituições e ou particulares, consulte-se Palomo, Frederico, «De pobres, obispos y misioneros. Otras formas de asistencia em el Portugal de la época moderna», in Abreu, Laurinda (org), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII) ...*, p. 29.

promoveram a criação de Misericórdias nas áreas que administravam²⁸, distribuindo ainda esmolas aos pobres locais.

2. A gestão interna das Misericórdias

2.1 Os compromissos e os privilégios

Em 1516 foram publicados os primeiros estatutos, muito embora, tivessem sido criados aquando a fundação da Misericórdia de Lisboa. Todavia, ao longo da Idade Moderna, os compromissos foram alvo de diversas atualizações ajustando-se às novas necessidades e acompanhando o desenvolvimento destas confrarias.

Em 1577, os estatutos foram novamente alvo de novas transformações. Impresso em 1600, o compromisso foi substituído por um outro em 1618, publicado em 1619, que se manteve em funcionamento durante um período mais extenso de tempo.

Estes textos assumiam um papel de grande importância para estas confrarias, não só porque legitimavam os seus privilégios e protegiam o seu estatuto, como também, promoviam a ordem no interior destas irmandades, definiam-lhes regras e obrigações, assegurando o seu bom funcionamento. Organizavam o seu quotidiano, instituíam o número de irmãos que podiam aceitar, as condições de acesso, o tipo de cargos que deviam desempenhar, a data e o processo de eleições, composição e definição dos cargos da Mesa, punição dos irmãos, as suas responsabilidades e, especialmente, as suas atividades assistenciais materiais ou espirituais.

Como referimos, os estatutos foram alvo de diversas transformações, acompanhando o crescimento que estas confrarias obtiveram ao longo do Período Moderno, passando a incluir assuntos relacionados com a gerência hospitalar, devido à incorporação dessas unidades, e com a administração dos recolhimentos femininos, que algumas Misericórdias dirigiram.

A referência às 14 obras de Misericórdia, que tão bem lembravam os irmãos das suas obrigações, deixou de estar presente nos restantes compromissos, apenas indicadas nos primeiros estatutos destas confrarias.

Estes textos, para além de afirmarem os privilégios destas confrarias, apresentavam também o tipo de benesses que os seus membros usufruíam. Deste modo, os confrades

²⁸ A autora adverte, no entanto, para a escassez de fontes. Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança», in *Jornadas de estudos sobre as Misericórdias. As Misericórdias Quinhentistas: actas*, Penafiel, Arquivo Municipal, 2010, p. 38.

estavam isentos de alguns cargos concelhios e do pagamento de alguns impostos.²⁹ Os estatutos libertavam ainda os mesários do recrutamento militar, assim como asseguravam a proteção do seu património em caso de guerra.³⁰

Apesar de presentes nos compromissos, estes privilégios nem sempre eram cumpridos, induzindo estas irmandades a solicitar a intervenção régia para reporem os seus direitos.

A solicitação régia era também um privilégio, frequentemente usado ao longo da Idade Moderna. A intervenção régia era exigida quando era necessário repor a ordem no interior destas instituições, fosse causada pelo desrespeito dos seus privilégios, pelos conflitos internos ou externos, pela má gerência da Mesa ou por assuntos mais graves, como expulsão de membros, casos de corrupção, favoritismo, entre muitas outras questões. Quando intercedia, a palavra do rei era uma ordem, e tudo regressava à normalidade.

Os compromissos asseguravam também o primado da assistência aos pobres e dos presos, facultava o direito de recolher esmolas em nome dos pobres envergonhados e dos encarcerados e possibilitava a recolha das ossadas dos condenados pela justiça.³¹ Enquanto membros destas confrarias, os irmãos tinham prioridade de atendimento nos açougues das cidades. Para além disso, assistiam alguns pobres ao domicílio, assim como os doentes, prática que se manteve ativa ao longo de toda a Idade Moderna.

Espalhadas um pouco por todo reino e império, estas confrarias ganharam não só destaque, como prestígio, conheceram um processo de expansão e consolidação sem precedentes, tornando-se em instituições multifacetadas, capazes de gerir diversas atividades.

Para além disso, assumiram um papel de grande importância no que diz respeito à assistência aos mortos, especialmente após 1593, ao monopolizar praticamente os rituais fúnebres.

²⁹ De modo a conhecer melhor este assunto, leia-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol.2, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003, pp. 30-33.

³⁰ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 19.

³¹ Consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à união dinástica», in Paiva, José Pedro (coordenador científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, Centro de Estudos de História Religiosa, 2002, pp. 19-45.

Os estatutos de 1577 eram muito mais práticos e claros, especialmente no que diz respeito ao património, uma vez que estas confrarias começavam a acumular grandes riquezas provenientes dos testamentos e legados que lhes eram instituídos.³²

Para além dos pobres, dos doentes e dos presos, os irmãos destas confrarias também assistiram as mulheres. O compromisso de 1577 assim o atesta, incluindo um capítulo referente à dotação de órfãs, prática amiudadamente cultivada pelas Misericórdias ao longo da Idade Moderna. A importância da assistência feminina está também patente no compromisso de 1618, assegurando o papel destas instituições em relação à frágil conduta das mulheres. Reprimidas e pouco independentes, as mulheres viam-se forçadas, não só em termos financeiros, como também morais e sociais, submeterem-se à autoridade masculina. De modo a protegerem-se da miséria e da degradação moral, estas mulheres procuravam auxílio junto das instituições de caridade, que as assistiam através da distribuição de esmolas ou de dotes de casamento.

Também prestavam assistência aos expostos e aos cativos, muito embora, as suas práticas de caridade estivessem sobretudo centradas no auxílio aos pobres, aos doentes e presos. Todavia, quando solicitado, estas confrarias podiam assistir os enjeitados, e resgatar prisioneiros de guerra, ainda que esta última atividade fosse sobretudo praticada pela Ordem dos Trinitários.³³

2.2. Regras de admissão

Inicialmente, as Misericórdias eram instituições muito mais abertas à comunidade, não só no que diz respeito à manutenção dos seus assuntos internos, como também, na aceitação de novos membros.

Esta abertura esteve bem presente em 1558 na Misericórdia de Braga, aquando a construção da nova sede. De modo a obter a aprovação do novo projeto, os irmãos desta confraria recorreram não só a Coroa como também ao Arcebispo da cidade, D. Baltasar Limpo, abrindo espaço para a participação da Câmara local.³⁴

³² Para conhecer melhor as transformações estatutárias ao longo do século XVI, confira-se Sá, Isabel dos Guimarães, «Parte 1 – de 1498 a 1750», in Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das Misericórdias portuguesas 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 48.

³³ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, pp. 74-79.

³⁴ Esta abertura ao exterior foi sobretudo notória nos seus primeiros anos de existência. Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 31.

Embora esporádicas, estas situações ocorreram com alguma frequência ao longo do século XVI, perdendo força nos séculos seguintes, à medida que estas confrarias conquistaram estatuto social e reconhecimento local. Estas confrarias tornaram-se em instituições mais elitistas, mais fechadas à comunidade, restritas às elites locais, promovendo alterações nos seus estatutos e regulamentos internos.

Para serem aceites, os novos deviam ser do sexo masculino, maiores de idade, letrados, ou seja, que soubessem ler e escrever e que tivessem tempo livre para a prática das suas responsabilidades enquanto confrades. Mas eram considerados outros aspetos. As orientações religiosas, a conduta moral e o prestígio social eram igualmente avaliados no momento da aceitação dos novos membros, já que estes irmãos representavam a confraria, deviam assegurar o seu bom nome e o seu estatuto local. Por vezes, a naturalidade, também era atendida, dando-se prioridade aos membros que residissem nas áreas onde estavam instituídas estas confrarias.

Embora sofresse alterações ao longo da Idade Moderna, os estatutos eram bastante claros quanto ao número de irmãos que deviam integrar a confraria, vagando novos lugares apenas em caso de expulsão, afastamento ou morte de um membro.

Este conservadorismo também se refletia no interior destas irmandades, dando-se privilégio aos irmãos mais influentes. No interior da irmandade, separavam-se os irmãos em duas categorias: os irmãos nobres e os irmãos oficiais, estes últimos, geralmente constituídos por gentes de ofícios.

A partir de 1577 as regras de admissão tornaram-se mais conservadoras, permitindo apenas a aceitação de cristãos-velhos, homens letrados, de boa fama e bom nome.

As regras de admissão também podiam variar de região para região, atendendo às particularidades de cada localidade. Nem sempre os critérios de seleção correspondiam às realidades sociais presenciadas, o que obrigava a irmandade a adequar-se às comunidades onde as Misericórdias estavam instituídas.

Se por um lado, estas confrarias representavam para os seus membros estatuto e poder local, por outro lado, também serviam “de trampolim para projectar as elites locais, composta pelos fidalgos, normalmente grandes e médios proprietários, militares e licenciados ligados por laços de parentesco entre si”³⁵. As Misericórdias também representavam poder para as elites locais, que ocupavam cargos de poder no seu interior. Aliás, no Período Moderno, era frequente

³⁵ Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, p. 90.

a rotatividade de cargos entre a Misericórdia e as Câmaras, acentuando o poder destas instituições nas localidades onde estavam sediadas. Para além do estatuto local, as Misericórdias podiam representar para as elites locais reconhecimento nacional, mais estatuto e até ascensão nas carreiras profissionais.

Ainda que não pudessem exercer cargos, as mulheres marcaram também a sua presença no interior destas confrarias. Todavia, a aceitação de mulheres consagrada pelos estatutos ocorreu séculos depois, após a implementação dos regimes liberais, isto é, em meados do século XIX.

Enquanto esposas, as mulheres beneficiavam de assistência espiritual, à semelhança dos filhos menores que se mantivessem sob o poder paternal.³⁶

Como atuavam com *numerus clausus*, as Misericórdias intercederam amiudadamente junto do monarca de modo a obter uma autorização para aumentar o número de vagas existentes, o que nos indica que estas confrarias eram fortemente procuradas, não só pelo público que assistiam, mas por outras pessoas que desejavam integrar a irmandade.

Ainda que muitas Misericórdias estivessem ocupadas por irmãos envelhecidos, muito dificilmente exigiam-lhes afastamento, pois muitos deles eram membros de elite, homens ricos, influentes, com poder e estatuto, que asseguravam o prestígio que estas confrarias obtiveram ao longo deste período, ainda que, o contrário representasse o aumento de vagas e a entrada de novos e mais confrades.

2.4 Os irmãos e a Mesa

As Misericórdias assistiam materialmente os necessitados e espiritualmente os defuntos, muito embora, se dedicassem a outras funcionalidades.

A partir da segunda metade do século XVI passaram a administrar as unidades hospitalares portuguesas. Após Trento, passaram a governar recolhimentos femininos. Para além disso, assistiam os expostos e os cativos, especialmente quando solicitado. Embora com menos frequência, também ofereciam estadia aos peregrinos.

Ainda que estivessem responsáveis pela assistência aos doentes, ao longo da primeira metade do século XVI, as Misericórdias não reuniam as condições necessárias para os internar, ficando responsáveis pelo seu reencaminhamento para as unidades hospitalares mais próximas.

* Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, pp. 94-96.

Todavia, visitavam os doentes ao domicílio, aliás, uma prática que se manteve ativa ao longo de toda a Idade Moderna.

Para gerir esta multiplicidade de tarefas, estas confrarias eram compostas por um grupo muito diversificado de membros, que em conformidade, a mantinham em ordem e pleno funcionamento. Para cumprir com as tarefas que lhe foram atribuídas, os irmãos contratavam um corpo de serviçais, ou seja, cozinheiros, lavadeiras e costureiras. Para além disso empregavam médicos, sangradores, enfermeiros, cirurgiões, boticários³⁷, procuradores, advogados e, para administração das missas, um corpo de capelães.

À parte deste corpo de funcionários, estas confrarias eram constituídas por irmãos nobres e oficiais, administrados pela Mesa, presidida pelo provedor.

A Mesa era um “órgão executivo, composto por treze irmãos, sete nobres e seis oficiais”³⁸, administrada pelo provedor. Este irmão ocupava o cargo mais importante dentro da confraria, no entanto, outros mesários desempenhavam outras tarefas significativas, como o escrivão, o tesoureiro, e os vários mordomos da Casa.³⁹ Os mesários ficavam responsáveis pela administração da Casa. Ao escrivão ficava anuída a tarefa de registar o quotidiano da irmandade. Para além disso, na ausência do provedor, cabia-lhe a responsabilidade de presidir às reuniões da Mesa. O mesmo sucedia ao provedor, isto é, na ausência de um escrivão, ficava responsável pela manutenção das suas responsabilidades.

Por questões práticas, embora os estatutos não o permitissem, os escrivães, em caso de morte do provedor, podiam ocupar o seu cargo, de modo a dar “continuidade aos assuntos pendentes da Mesa”⁴⁰, o que nos indica que esta figura estava muito próxima do provedor em termos de poder e importância.

A administração das missas ficava ao cargo do mordomo da capela, ocupado geralmente por um irmão de condição nobre. Todavia, a partir de 1618, os irmãos menores passaram a ocupar este cargo, desde que tivessem conquistado outras categorias, prémios ou honras, isto é, que tivessem alcançado alguma notoriedade para preencher esta função.

Aos mordomos ficavam responsáveis pelo registo de todos os aspetos do quotidiano, muito embora, cada um desempenhasse tarefas muito distintas.

³⁷ A propósito deste tema, leia-se Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V» in, Paiva, José Pedro (coordenador científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Vol. 1..., pp. 47-77.

³⁸ Consulte-se Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)* ..., p. 46.

³⁹ Para aprofundar a seguinte temática, confira-se Sâ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, p. 104.

⁴⁰ Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)* ..., p. 47.

Aos tesoureiros era-lhes exigido o registo das receitas e despesas da Santa Casa. Eram também os responsáveis pela recolha das esmolas deixadas em testamento, tendo de “fiscalizar o inventário de toda a parta e ornamentos religiosos; livros e papéis pertencentes à irmandade; cobrança de foros, rendas e dinheiro a juro; venda de bens e géneros. Tinha também a seu cargo o livramento dos presos, a concessão de esmolas”.⁴¹ Estas tarefas, embora destinadas a “funcionários” específicos podiam exigir a interação com outros irmãos. Assim sucedia com os mordomos e o escrivão, que podiam trabalhar em parceria com os tesoureiros, especialmente no que diz respeito ao registo das receitas e despesas da Santa Casa.

A partir de 1618 foi inserido outro órgão no quadro administrativo destas confrarias. Tratava-se de um novo conselho consultivo, apelidado de Junta ou Definitório. Constituído sobretudo por irmãos seniores, se possível antigos mesários, este órgão reunia-se sempre que era necessário discutir assuntos administrativos, especialmente relacionados com as novas adaptações estatutárias.⁴²

A Mesa tinha um mandato anual, sendo eleitos novos mesários nos dias dois e três de julho. Baseado no modelo de eleição indireto, os mesários reuniam-se no dia dois de julho de maneira a eleger os novos eleitores, selecionando-se os novos mesários apenas no dia seguinte. Dada a sua importância para a confraria, tratava-se de um momento solene, que exigia a presença de todos.

Para além das eleições, estes dois dias eram pautados por festividades simbólicas e solenes. Iniciadas por uma missa, estas festividades eram ainda constituídas pela leitura de um dos capítulos regulamentares, o juramento dos irmãos, para que estes pudessem votar em consciência. Os votos eram feitos aos pares, ou seja, constituídos por irmãos de primeira e segunda categoria, um nobre e um oficial, excluindo do círculo de votos os confrades que tivessem ocupado o cargo de mesário nos dois últimos anos.

Os resultados eram apresentados no dia seguinte, constituindo-se a nova Mesa.⁴³

Os estatutos impunham a rotatividade de cargos entre mesários e entre provedores, muito embora nem sempre se cumprisse.

⁴¹ Consulte-se Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)* ..., p. 50.

⁴² Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, p. 93.

⁴³ De modo a conhecer melhor este processo, leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidade...», pp. 181-184.

As restantes tarefas eram desempenhadas aos pares, ou seja, constituídas por irmãos de duas categorias distintas: um nobre e um oficial.

Distribuídas mensalmente, os irmãos deviam cumprir criteriosamente com as tarefas que lhe eram atribuídas, estivessem vocacionadas para a assistência aos pobres, aos doentes ou aos presos. Independentemente da sua natureza, os irmãos deviam cumprir com as suas obrigações, de modo a corresponder aos votos que fizeram quando incorporaram a irmandade.

Integrar uma Misericórdia, representava poder, estatuto e reconhecimento social. Mas não só. Ser-se membro de uma destas confrarias, para além dos inúmeros privilégios que lhe estavam associados, significava também um acréscimo de novas responsabilidades, que de uma maneira ou de outra, os irmãos deviam cumprir. Os estatutos eram bem claros em relação a este aspeto.

Para além de assistirem os pobres, os presos, os doentes, as mulheres, os expostos, os peregrinos, os cativos e os mortos, os irmãos desempenhavam outras tarefas administrativas, essenciais para o bom funcionamento da casa. As suas responsabilidades ultrapassavam as necessidades dos mais pobres, do público assistido, para representar e dar bom nome à instituição que integravam. Deste modo, os irmãos deviam estar presentes em todos os momentos solenes destas confrarias, quer se tratassem de festividades religiosas como também de eleições ou outras convocações feitas pela Mesa. Em caso de morte de um confrade, os irmãos tinham de acompanhar o confrade à última morada, sendo solicitada e exigida a sua presença. Para além disso, era imposta a presença dos irmãos no dia da Visitação de Nossa Senhora, isto é o dia da eleição da Mesa, na procissão das Endoenças e no dia de Todos-os-Santos. A partir de 1577 foram acrescentadas novas datas, nomeadamente o dia de São Lourenço, celebrado a 10 de agosto e no dia de S. Martinho, onde assistiam à missa, pregação e à procissão em honra dos defuntos.

Para além dos estatutos e privilégios que lhe estavam associados, a integração numa irmandade representava um “sentimento de pertença”, criava uma nova identidade social, onde se estimulavam relações, contatos e laços de amizade. Reforçavam-se ainda os laços de solidariedade entre irmãos, que se apoiavam mutuamente nos momentos de maior dificuldade e sofrimento.

A dinâmica que estas confrarias emanavam, não só enquanto casas de assistência mas também e sobretudo como veículos da moral e doutrina cristã, favoreceu-lhes estatuto local, ao

cimentar os laços com a comunidade que representava, especialmente estimulados nos dias de celebrações religiosas.

A comemoração destas festividades, para além de aproximar estas confrarias da Igreja, atuava como um mecanismo de recrutamento de novos e mais membros, uma vez que se davam a conhecer às suas comunidades. Ao celebrarem as festividades com minuciosidade e fausto, os irmãos publicitavam a imagem de uma confraria rica, prestigiada, de bom nome, e de bons costumes, atraindo até si, novos membros, mais influentes que podiam catapultar a presença da Misericórdia a nível local e por vezes, a nível nacional.⁴⁴

3. A ação assistencial das Misericórdias no Período Moderno

3.1 As práticas de caridade

Os irmãos eram incentivados a auxiliar os pobres, a distribuir esmolas, a assistir os presos, a sepultar os mortos, a cuidar dos enfermos, a albergar os peregrinos, e, por vezes, a resgatar os cativos.⁴⁵ Estas confrarias prestaram ainda auxílio às mulheres e aos expostos, considerados grupos de risco para a sociedade da época. Através da distribuição de dotes e de esmolas asseguravam um futuro promissor às jovens raparigas que sem meios, eram constantemente ameaçadas pelos perigos da miséria e prevaricação.

Apesar de auxiliarem os mais necessitados, independentemente do seu sexo ou estatuto social, as Misericórdias ajudaram sobretudo os mais pobres e os presos, facultando os seus serviços sempre que necessário.

Desempenharam um papel de grande importância na assistência aos presos, não só em termos materiais mas também e sobretudo em termos judiciais e espirituais. Distribuíam-lhes esmolas, alimentos e, se necessário, vestuário. Para além disso, visitavam-nos e limpavam as cadeias. Davam seguimento ao seu processo judicial, acompanhavam os encarcerados no desfecho do julgamento, ou seja, na sua pena ou degredo. Providenciavam ainda assistência espiritual, isto é, administravam os sacramentos, como a confissão e a comunhão. Em caso de morte, organizavam as cerimónias do encarcerado.

⁴⁴ Celebradas com sumptuosidade, estas festividades eram também mecanismos de atração de novos membros para a irmandade. Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades...», pp. 192-195.

⁴⁵ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, pp. 51-52.

Aos domingos e dias santos, através das janelas das celas, os presos podiam assistir às missas rezadas pelos capelães.⁴⁶ Também participavam, ocasionalmente, nas festividades religiosas da Semana Santa.⁴⁷

Estas atividades eram desempenhadas pelos mordomos dos presos, que, semanalmente os visitavam, provendo-os de esmolas, comida e roupa. Para além disso, ficavam responsáveis pelo seguimento do seu processo judicial e desfecho criminal.

Em caso de doença recebiam tratamento médico, medicamentos, e nas situações mais graves, eram internados nos hospitais que estas confrarias administravam.⁴⁸

Embora vocacionadas para esse efeito, nem todos os presos podiam ser assistidos pelas Misericórdias. De modo a obter esse privilégio, os irmãos avaliavam as condições económicas, financeiras e sociais dos encarcerados. Outros aspetos eram considerados, nomeadamente o aprisionamento por dívidas ou fianças, e outras penas anteriormente obtidas.

As Misericórdias também assistiam presos familiares ou antigos membros da Santa Casa, aliás, que recebiam tratamento prioritário sobre os restantes.⁴⁹ Ainda que mais abertas à comunidade, as Misericórdias também assistiam os seus irmãos, não só em termos espirituais mas também em momentos de maior aperto e aflição, o que permitia a consolidação de laços de solidariedade entre os confrades.

Para além disso, os irmãos da Santa Casa também recolhiam as ossadas dos padecentes de justiça, ocasião celebrada no dia de Todos-os-Santos.⁵⁰

As Misericórdias também assistiam os pobres, ainda que o seu auxilio fosse determinado pelo conservadorismo e pela moral. Ajudavam-se as pessoas materialmente pobres, ricas em virtude, moral e bom nome, aquelas que mereciam ser assistidas.

O rigor e conservadorismo moral, associado à crescente procura, obrigaram-nas a trabalhar com critérios de seleção, muito à semelhança do que sucedia com a assistência aos

⁴⁶ Por regra, a capela era construída em frente à prisão. Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, p. 107.

⁴⁷ De modo a explorar esta temática, leia-se Esteves, Alexandra, «As prisões no Alto Minho no século XIX: a acção das Misericórdias», in *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga*, nº7, 2011, p. 46.

⁴⁸ Leia-se Lopes, Maria Antónia, «Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria Fátima; Esteves, Alexandra (orgs), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX) ...*, p. 115.

⁴⁹ Lopes, Maria Antónia, «Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria Fátima; Esteves, Alexandra (orgs), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX) ...*, p. 114.

⁵⁰ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)», in *Noroeste Revista de História. Actas do Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes*, Vol. 1, 2006, p. 318.

presos.⁵¹ Desta forma, os irmãos podiam minimizar as suas despesas, investindo os seus recursos naqueles que realmente mereciam a sua ajuda.

Para obter assistência, os pobres deviam submeter uma petição à Santa Casa, discriminando os detalhes sobre a sua vida pessoal, o que incluía a sua conjuntura familiar, financeira e social. A conduta moral do candidato também era cuidadosamente avaliada pelos confrades. Ainda que fossem avaliados todos estes aspetos, os irmãos davam primazia aos órfãos, às viúvas, aos doentes, especialmente os cegos e os aleijados, os pobres envergonhados e, por vezes, aos aprendizes.⁵²

À semelhança dos presos, também auxiliavam irmãos pobres. Alguns eram assistidos em sigilo, ainda que fosse pouco frequente. O segredo envolvido neste tipo de práticas elucida bem a importância que o estatuto social representava para o homem moderno, que muitas vezes ocultava as dificuldades financeiras por de trás do seu bom nome e herança familiar.

Para sustentar a grande massa de pobres, os irmãos, recolhiam esmolas várias vezes no ano, em diversas localidades, especialmente onde não estivessem instituídas outras congéneres.

Os irmãos da confraria de Braga faziam-no às quartas-feiras, aos sábados, no dia da feira, nos feriados litúrgicos e nas procissões que preparavam, especialmente na quinta-feira das Endoenças e no dia dos Fiéis de Deus.⁵³

Para além dos presos e dos pobres, as Misericórdias também assistiam os doentes, internando-os nos hospitais ou assistindo-os ao domicílio.

Estas confrarias também providenciavam alojamento para os peregrinos, muito embora, o seu auxílio tivesse sofrido drásticas mudanças. Recolhidos em locais próprios, os peregrinos podiam pernoitar nestas confrarias, ainda que a sua estadia estivesse limitada a três dias. Todavia, este tempo podia ser alargado, caso necessitassem de tratamento médico, ficando ao seu cuidado até apresentar sinais de melhoria.⁵⁴

Ainda que consignasse numa obra de misericórdia, os irmãos destas confrarias muito raramente assistiram os cativos, cujo auxílio estava centralizado pela Ordem dos Trinitários.

⁵¹ Estes critérios eram fundamentais para separar os verdadeiros pobres dos restantes. Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, p. 9.

⁵² Apesar de não configurar uma obra de misericórdia, sempre que solicitado à confraria, os irmãos dedicaram-se ao cuidado dos expostos. Para ler mais sobre este assunto, consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 465.

⁵³ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 13-31.

⁵⁴ O tempo de permanência de um peregrino não podia ultrapassar os três de estadia, a sua extensão ocorria apenas em caso de doença. Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, pp. 43-52.

Todavia, sempre que solicitado, os irmãos deviam fazê-lo, ainda que as suas práticas se resumissem à recolha de esmolas para o seu resgate, e à entrega desses recursos às entidades competentes.

O mesmo sucedeu com os expostos, que embora auxiliados por estas confrarias, só o faziam quando solicitado, uma vez que as Câmaras estavam responsáveis pela provisão dos enjeitados. Todavia, as Misericórdias recolhiam os seus corpos das ruas, providenciando-lhes os rituais fúnebres necessários, enquadrados, naturalmente, nas doutrinas e valores cristãos.⁵⁵

3.2 A assistência feminina

Ao longo do Período Moderno estas confrarias praticaram assistência às mulheres, tanto às jovens órfãs como também às viúvas.

A sociedade do Período Moderno definia a mulher como o sexo fraco, mais suscetível ao pecado e prevaricação. Entendida como inferior, a sociedade moderna exigia a presença masculina no quotidiano das mulheres, de modo a protegê-las contra a miséria e degradação moral.⁵⁶

A Igreja e a sociedade da época limitavam fortemente o seu papel, definiam-na como a fonte do pecado, a tentação dos homens, atribuíam-lhe uma conduta vulnerável e facilmente influenciável.⁵⁷

Inferiorizadas em termos morais e sociais, as mulheres, ao longo do Período Moderno, estavam subjugadas à autoridade masculina, configurada na figura paterna e, mais tarde, matrimonial. Ainda que a sua participação em sociedade dependesse do seu estatuto social e contexto local, a maioria das mulheres estavam confinadas ao espaço doméstico, o que limitava fortemente o seu quotidiano. Embora pudessem exercer outras profissões, os salários que recebiam eram muito inferiores aos masculinos, acabando por ficar na sua dependência direta.

⁵⁵ Ao monopolizar praticamente os rituais fúnebres, as Misericórdias ficaram também responsáveis pela organização dos rituais fúnebres das crianças abandonadas. Aliás, no que diz respeito à assistência infantil, as práticas de caridade exercidas por estas confrarias, consignavam-se sobretudo à recolha dos corpos dos expostos e à organização de um funeral de acordo com os parâmetros cristãos. Castro, Maria de Fátima. «Presos, enjeitados e meninos desamparados no programa assistencial da Misericórdia de Braga», in *Noroeste Revista de História. Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes*, vol. 1..., p. 349.

⁵⁶ A assistência para casar raparigas pobres não configurava uma obra de caridade, como já dito anteriormente. Foi, sobretudo, através dos legados que receberam que estas instituições praticaram, de forma tão frequente, assistência às mulheres ao longo do período moderno. Lopes, Maria Antónia, «Dotar para disciplinar, casar para subsistir. Misericórdia de Coimbra Séculos XVI-XIX», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, p. 275.

⁵⁷ Liberato, Marco, «Trento, a mulher, e controlo social: o recolhimento de S. Manços», in Abreu, Laurinda (ed), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica ...*, p. 279.

Quando essa figura masculina não estava presente, as mulheres mais carenciadas recorriam às instituições de caridade, de modo a obter a esmola que precisavam para subsistir no seu dia a dia.

Estas particularidades afetavam principalmente as jovens órfãs e as viúvas, que sem um agregado familiar completo e, muitas vezes sujeitas a fortes limitações financeiras, presenciavam situações de grande precariedade, colocando-as à beira da miséria e prevaricação.

De modo a resguardar o nome e a conduta destas mulheres, o homem moderno procurou favorecê-las amiudadamente em testamento, doando-lhes esmolas e dotes de casamento.

Como monopolizaram grande parte dos rituais fúnebres ao longo do Período Moderno, as Misericórdias administravam um grande volume de testamentos, ficando responsáveis pelas práticas de caridade direcionadas para as mulheres.

Embora estes testamentos privilegiassem as raparigas pobres e órfãs, podiam ser dirigidos a mulheres muito específicas, como familiares, amigas ou protegidas.

Nem todos apresentavam critérios de seleção, muito embora fossem pautados por algumas exigências, baseadas principalmente, no seu bom nome, fama, conduta moral e social das candidatas.⁵⁸

Para obterem dote, as candidatas deviam representar-se como exemplo da virtude e moral cristã, conservar uma conduta social imaculável, isto é, ter boa fama e bom nome, para além de poucos recursos e naturalmente, idade casadoira. A virtude feminina também era avaliada, pois a intimidade confinava-se ao contexto matrimonial, com o final propósito de se constituir um novo agregado familiar. Embora menos relevantes, podiam ser considerados outros critérios, nomeadamente a beleza das candidatas e a sua localização geográfica.⁵⁹

As que correspondiam aos critérios de seleção submetiam a candidatura à Santa Casa, onde davam a conhecer a sua situação familiar, financeira e também social. Depois de um

⁵⁸ De mãos dadas com a doutrina cristã, a assistência feminina privilegiava sempre as mulheres de boa conduta, bom nome e bons costumes. Magalhães, António, «Mulheres órfãs e de boa fama: os dotes de casamento na Misericórdia de Viana do Castelo (séculos XVI-XIX)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX) ...*, p. 302.

⁵⁹ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX) ...*, pp. 373-376.

pequeno estudo feito pelos irmãos destas confrarias, eram conhecidos os resultados. O pagamento do dote era feito após a consumação matrimonial.⁶⁰

A aquisição de um dote assumia-se como uma prioridade para estas mulheres, pois representava um papel determinante para o matrimónio.

O dote representava não só valor matrimonial como também social, pois podia celebrar alianças familiares, poder, influência e prestígio, especialmente entre os casamentos régios e da alta nobreza.⁶¹

Para além disso, para muitos jovens casais era encarado como o seu “pé-de-meia”, isto é, as “poupanças” necessárias para constituir um novo agregado familiar. Se ao marido ficava resignada a tarefa de encontrar um novo espaço doméstico, à esposa cabia o papel de a rechear.⁶²

Para muitas mulheres o casamento representava a obtenção de estabilidade financeira, tendo em conta que “as retirava das casas de familiares ou das pessoas particulares, onde muitas trabalhavam”.⁶³ Provia-lhes um marido, que lhes trazia resguardo financeiro, moral e afirmação social.

Para além da distribuição de dotes, as Misericórdias praticaram outras formas de assistência feminina, através, nomeadamente, da administração dos recolhimentos, e da distribuição de esmolas.

Embora nem todos os recolhimentos femininos fossem administrados pelas Misericórdias, algumas assumiram essa responsabilidade ao longo do Período Moderno. No entanto, o papel destas confrarias destacou-se sobretudo na distribuição de dotes e esmolas, como o pão, dinheiro ou roupa.

Estabelecidos “para resguardar a mulher virtuosa e honrada ou para regenerar a mulher errada, os recolhimentos repunham a ordem social pela normalização dos comportamentos”⁶⁴,

⁶⁰ As que não obtinham dote à primeira tentativa podiam tentar durante anos, desde que se enquadrassem no tipo de parâmetros propostos pelas Misericórdias. Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 447-460.

⁶¹ Sobre os casamentos régios consulte-se, Troni, Joana Pinheiro de Almeida, «Os dotes de D. Catarina de Bragança (1638-1705): a necessidade de legitimação da dinastia portuguesa e as negociações matrimoniais com França e a Inglaterra», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord), *Tomar estado: dotes de casamento (séculos XVI-XIX) ...*, pp. 159-178.

⁶² De modo a conhecer a sua definição, caracterização e finalidade, leia-se Sarti, Raffaella, *Casa e família, habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, p. 91.

⁶³ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX) ...*, p. 367.

⁶⁴ Veja-se Reis, Maria de Fátima Dias dos, «Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna, os recolhimentos de Lisboa», in Abreu, Laurinda (ed), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII) ...*, p. 264.

estas instituições conheceram um maior desenvolvimento na Europa da Contra- Reforma, traduzindo o rigor e conservadorismo moral que se instituiu um pouco por todo o lado. Refletiam, no fundo, o rigor e conservadorismo moral que a Europa da Contra-Reforma presenciou. Estas casas acolhiam mulheres de várias idades e estatutos sociais, muito embora, na sua maioria, estivessem reservadas ao abrigo das jovens donzelas, enquanto aguardavam matrimónio.

Geralmente, estas mulheres eram entregues nestas instituições em idade menor, vivendo grande parte da sua adolescência com outras jovens, de modo a resguardar a sua conduta, virtude e bom nome. Para além da educação religiosa, viviam em clausura, onde eram instruídas a tornarem-se boas mães e boas esposas.

Os recolhimentos recebiam também mulheres mais velhas, casadas, que por iniciativa própria ou na ausência dos seus maridos, eram colocadas nestas instituições. Também foram construídos recolhimentos para mulheres de má conduta, de modo a regenerar os seus valores para que, em última estância, pudessem reintegrar-se novamente em sociedade.⁶⁵

Para além de assistirem as jovens raparigas, as Misericórdias auxiliaram também as mulheres viúvas, especialmente as que tinham filhos menores.

À semelhança das jovens donzelas, estas mulheres também enfrentavam situações de grande dificuldade, pois muitas delas enviuvavam precocemente. Com filhos menores e salários muito baixos, sujeitavam-se à caridade alheia para subsistirem, de modo a evitar casos de miséria e situações que colocassem em causa os seus valores e posição social.

Estas mulheres foram frequentemente assistidas pelas Casas de Misericórdia, muito embora, para obterem esse direito, tinham de submeter uma petição, onde davam a conhecer a sua situação familiar, económica e social, esclarecendo as razões que as tinham conduzido à solicitação de auxílio.

Depois de cuidadosamente analisadas, as merecedoras obtinham a assistência que precisavam. Ainda que os irmãos procurassem ajustar o auxílio às necessidades de cada caso, o tipo de apoio prestado baseava-se sobretudo, na distribuição de esmolas, como dinheiro, comida e vestuário.⁶⁶

⁶⁵ De modo a aprofundar este tema, consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Filhas de famílias pobres: honra, pobreza e caridade nas Misericórdias portuguesas (séculos XVII-XVIII)», in *Laços familiares e sociais*, Viseu, Psicosoma, 2011, p. 251.

⁶⁶ Sobre a assistência às viúvas, veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Retalhos de vidas: a assistência prestada às mulheres na Misericórdia de Ponte de Lima durante os séculos XVI e XVIII», in *Minia*, números 8-9, III série, 2000-2001, pp. 173-175.

3.3. A assistência espiritual

Segundo as obras espirituais, os irmãos destas confrarias deviam praticar o perdão, a penitência e a devoção. Para além disso cabia à irmandade, ensinar os mais simples, dar bom conselho a quem o pedia, castigar com caridade os que erravam, consolar os tristes, perdoar os que erravam, sofrer as injúrias com paciência e, por fim, rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos.⁶⁷

Embora os irmãos fossem incentivados a praticar estas obras em simultâneo, algumas ganharam destaque em relação a outras, muito à semelhança do que ocorreu com as obras corporais. Assim sucedeu, com o ensino e a educação. Apesar de pouco frequente, as Misericórdias geriram alguns colégios de órfãos e escolas, muito embora este tipo de práticas estivesse associado aos legados e testamentos.

Porém, foi sobretudo através da assistência aos mortos que estas confrarias obtiveram destaque, uma vez que ao longo da Idade Moderna monopolizaram grande parte dos rituais fúnebres.

Apesar de laicas, estas instituições também se afirmaram no âmbito do religioso, através da assistência aos mortos, mas também nas celebrações dos ofícios divinos, na organização de procissões e na celebração das festividades do Calendário Litúrgico, com especial destaque para a Quaresma e Semana Santa. Para além disso, providenciavam vários cortejos ao longo do ano, tais como: o cortejo processional da quinta-feira das Endoenças, a procissão do domingo de Ramos e dos ossos, celebrada no dia de Todos-os-Santos. Comemoravam ainda o Natal, o dia da Visitação da Virgem à Santa Isabel, o dia de S. Martinho, o do Espírito Santo, de S. Lourenço, entre muitos outros.⁶⁸

Embora se mantivessem conectadas à Igreja, estas instituições eram totalmente independentes do Ordinário. A sua influência apenas se fazia sentir em assuntos religiosos, ficando vedado o acesso aos assuntos de administração interna. Para além disso, estavam isentas das visitas do Ordinário, confinados à igreja e sacristia destas instituições, isto é, aos espaços de culto e devoção.

⁶⁷ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, p. 105.

⁶⁸ Para aprofundar esta temática pode ler-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «As manifestações de rua nas Misericórdias portuguesas em contexto barroco», in *Hispania Sacra*, 62- 125, 2010, pp. 100-110.

A oração estava muito presente no quotidiano destes confrades, através das missas que rezavam pelas almas dos vivos e dos defuntos, esta última especialmente fomentada pelo volume de testamentos que recebiam anualmente.

Para obter uma boa morte, o homem moderno acreditava que era necessário praticar ações de caridade com regularidade, especialmente para com os mais necessitados. Para além disso, admitia que a morte apenas significava o fim da sua presença corpórea, e que era necessário abreviar o sofrimento da sua alma. Fazia-o através das missas, geralmente instituídas em testamento. Estes ofícios tinham como propósito celebrar a sua alma, mas também e sobretudo, abreviar o seu sofrimento após a sua morte, reduzir a sua passagem pelo Purgatório, evitar o seu aprisionamento infernal.

Para além de solicitar missas pela sua alma, também o faziam pela alma dos seus familiares, vivos ou mortos, perpetuando a sua memória através do tempo e do espaço.

Para além das missas, os confrades também providenciavam funerais, tanto para os membros da irmandade como também para pessoas exteriores à confraria. As Misericórdias eram responsáveis pela recolha dos padecentes de justiça, dos mortos encontrados na rua, e dos corpos dos expostos, oferecendo-lhes um funeral digno e enquadrado nas doutrinas e valores cristãos.

A celebração dos rituais fúnebres representava para os irmãos um momento solene, especialmente quando se tratava de um defunto pertencente à irmandade. Quando isso sucedia, era exigida a presença de todos, de modo a acompanhar o irmão à sua última morada.

Disponibilizar a tumba, os círios, os panos e transportar o cadáver, representavam práticas de assistência material, muito embora se tratassem de rituais intimamente ligados à oração dos mortos, feita nestas e noutras ocasiões

4. O património

À medida que se expandiram e fortaleceram, as Misericórdias tornaram-se em importantes instituições financeiras, que geriam um vasto património móvel e imóvel, proveniente, sobretudo, dos legados e heranças que receberam ao longo do Período Moderno. Todavia, nem sempre foi assim, as Misericórdias viveram momentos de grande debilidade, especialmente nos seus primeiros anos de existência.

Apesar dos privilégios que receberam, as Misericórdias, nos primeiros anos da sua existência, não reuniam as condições necessárias para colocar em prática todos os objetivos que

lhes tinham sido atribuídos, como sucedeu com os doentes, reencaminhados para as unidades hospitalares mais próximas, pois estas confrarias não tinham espaços próprios para os seus tratamentos e cuidados. À medida que foram crescendo e se afirmaram, as Misericórdias incorporaram outros edifícios, como os espaços de culto, compostos pelas Igrejas e sacristias, destinados à prática das obras espirituais que lhes tinham sido atribuídas.

Nos primeiros tempos viviam sobretudo das esmolas, recolhidas ou doadas por terceiros ou membros das próprias confrarias. Reis, famílias nobiliárquicas e até os mais humildes, doaram importantes quantias para estas instituições na esperança de obter a redenção dos pecados. Os altos dignitários da Igreja também o fizeram, como nos comprovaram os diversos Arcebispos da cidade de Braga.

A Coroa instituiu-lhes a responsabilidade de pedir pelos pobres, um privilégio que usufruíram ao longo de toda a Idade Moderna. Enquanto membros destas confrarias, os irmãos podiam pedir nas localidades onde as Misericórdias estavam instituídas. Em épocas festivas, voltavam a pedir em nome dos mais carenciados, especialmente nas festas religiosas, como o Natal, a Páscoa, entre muitas outras cerimónias promovidas por estas instituições. Para além disso, cada instituição detinha esmoleiros próprios, o que estimulava à prática de caridade individual.

As esmolas dos monarcas estenderam-se a algumas Misericórdias, recebendo significativas esmolas processadas em dinheiro ou géneros, como o açúcar, usado nas práticas medicinais da época.⁶⁹

Ainda que representassem uma fonte de rendimento, as esmolas representavam um papel muito pequeno nas receitas destas confrarias

À medida que se fortificaram e autodeterminaram, as Misericórdias ganharam não só uma maior dinâmica assistencial, como também, mais e novas fontes de rendimento. O desenvolvimento de algumas atividades, como os funerais e a cura dos doentes, transformaram-se em funcionalidades altamente lucrativas para estas confrarias, o que lhes trouxe destaque social e prestígio financeiro.

A partir do reinado de D. João III estas confrarias passaram a administrar novas fontes de rendimento, tais como: legados (pios e materiais), arrendamentos (prédios urbanos, rurais), e a aquisição de padrões a juro.⁷⁰

⁶⁹O açúcar, na Idade Moderna, era utilizado para fins medicinais, muito embora, algumas confrarias o comercializassem pelo elevado valor que representava para o mercado da época. Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à união dinástica», in Paiva, José Pedro (coordenador científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Vol. 1..., pp. 19-23.

Todavia, foi sobretudo através da administração dos legados que as Misericórdias acumularam grande parte do seu património, pois monopolizaram praticamente as cerimónias fúnebres. Deste modo, estas confrarias congregavam um vasto património móvel, o que as estimulou a desenvolver outras atividades, nomeadamente a venda em leilão, o arrendamento das suas propriedades, e o dinheiro dado a juro.⁷¹ Quase todas as Misericórdias se envolveram no lucrativo, mas também no perigoso setor do crédito. Ainda que semelhantes, os proventos destas instituições podiam variar dependendo do contexto em que estavam inseridas.

De modo a gerir este setor, estas confrarias contrataram funcionários destinados ao seu bom funcionamento, à semelhança da Coroa, podendo saldar os juros do dinheiro emprestado a crédito.⁷²

O direito de gerir outras fontes de rendimento foi oficializado em 1577, período a partir do qual estas confrarias foram dotadas de autonomia financeira, isto é, de aproveitar os seus recursos financeiros para custear as despesas provenientes do setor assistencial.

A partir da segunda metade do século XVI, os funerais também passaram a assumir um papel de crescente importância nas fontes de rendimento destas confrarias, como sucedeu com a Misericórdia de Braga quando se instalou na sua nova sede.

Apesar da pouca informação em relação a este assunto, as Câmaras locais também podia oferecer esmolas às Misericórdias,⁷³ como sucedeu com a Santa Casa de Castelo Novo e Lamego, cujas Câmaras contribuíram para o pagamento das rendas das pastagens e com as sisas dos mercados domingueiros. Estas esmolas pretendiam fortificar as débeis estruturas destas confrarias, todavia, este tipo de contributos dependiam do contexto em que estavam inseridas, muito embora, a sua prática fosse sempre impulsionada pela Coroa portuguesa.

⁷⁰ Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à união dinástica», in Paiva, José Pedro (coordenador científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Vol. 1..., pp. 19-45.

⁷¹ A concessão de crédito a juro foi fortemente condenada ao longo do Período Moderno, sendo mesmo proibida a sua prática pelo compromisso de 1577. A sua permissão, ainda que entrelinhas, está presente na ratificação do compromisso de 1618. Para ler mais sobre este assunto consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno», in *Cadernos do Noroeste*, 15:1-2, 2001, pp. 337-358.

⁷² Nomeadamente um juiz, tabelião e escrivão privado. Sobre este assunto, veja-se Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V», in Paiva, José Pedro (coordenador científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Vol. 1..., pp. 47-77.

⁷³ Consulte-se, para este assunto, Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V», in Paiva, José Pedro (coordenador científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Vol. 1..., pp. 47-77.

5. Sinais de crise nas Misericórdias portuguesas

O sucesso que estas confrarias alcançaram ao longo do Período Moderno foi fruto de um processo de crescimento, patrocinado pela Coroa e estimulado pelos poderes locais. Ainda que gozassem de prestígio desde da sua fundação, foi sobretudo no século XVII que as Misericórdias viveram os seus anos de maior glória, pois encontravam-se bem fundamentadas, simbolizavam poder e notoriedade local, para além dos diversos legados que recebiam, o que lhes permitiu formar um poderoso e rico património.

Símbolos de tradição e bons costumes, estas confrarias eram mecanismos de difusão dos valores e doutrinas cristãs, que espelhavam frequentemente nas suas práticas de caridade. Para além disso, o respeito que a sociedade lhes votava, permitiu-lhes conquistar um lugar de destaque, trazendo-lhes mais e novos membros, especialmente as elites locais que buscavam prestígio ao incorporarem a irmandade e que, consequentemente cimentavam o poder que estas confrarias alcançaram ao longo do Período Moderno.

Ao monopolizarem praticamente os rituais e cerimónias fúnebres, as Misericórdias passaram a receber um grande volume de testamentos, legados e heranças, o que estimulou a sua atividade financeira. Todavia, o que representou mais dinheiro e riqueza representou, simultaneamente, um acréscimo das suas despesas, como as missas por alma, vinculadas, geralmente, nos testamentos que recebiam.

Ao contrário do que sucedeu no século XVII, o século XVIII foi particularmente negro para estas confrarias, refletindo a debilidade que se começava a estruturar no interior destas confrarias.

Fruto do elevado número de missas por alma que recebiam anualmente, as Misericórdias viram-se forçadas a contratar mais capelães, de modo a celebrar os ofícios religiosos, representando novas despesas que estas irmandades não podiam suportar. De maneira a abreviar os elevados custos que lhe estavam associadas, estas confrarias solicitaram a redução ou anulação de algumas missas, especialmente as que estavam em atraso. Apesar de rezadas nos mais diversos dias do ano, as missas por alma eram especialmente celebradas nas festividades religiosas, com particular destaque para o Natal e a Páscoa.⁷⁴

Para além dos elevados encargos que os ofícios religiosos representavam, estas confrarias conheceram outros problemas internos e externos. Ao longo do século XVIII

intensificaram-se os conflitos internos e externos⁷⁵, de modo que estas confrarias caíram em descrédito junto das comunidades, perdendo o prestígio que alcançaram na centúria anterior.

Aos conflitos internos, juntaram-se as quezílias com outras irmandades, registaram ainda casos de corrupção, o que exigiu muitas vezes a solicitação do poder régio, de maneira a restabelecer a ordem no interior destas confrarias. Ao longo do século XVIII, a Coroa acentuou a sua autoridade junto das Misericórdias, mantendo um papel mais ativo em relação aos anos anteriores. Para abreviar conflitos, nomeou novas Mesas, procurando restabelecer a notoriedade e prestígio social que estas confrarias outrora tinham conquistado.

Na segunda metade do século XVIII, as Misericórdias “debatiam-se, em geral, com a perda de rendimentos provocada pela alta de preços e créditos mal parados”⁷⁶, o que estimulou a atividade creditícia. Sem autoridade para enfrentar as elites locais, a quem frequentemente emprestavam dinheiro a juro, estas confrarias, nem sempre conseguiam liquidar os direitos do dinheiro emprestado a juro, o que agravou fortemente os quadros financeiros destas instituições ao longo deste período.

Para agravar este cenário, as Misericórdias viram-se forçadas a injetar recursos nos hospitais que administravam, aumentando assim as suas despesas. Muito embora estas confrarias tivessem custeado os hospitais ao longo dos séculos, no século XVIII, deparavam-se com uma situação financeira muito frágil, o que abalou fortemente as suas estruturas internas. Aos elevados encargos que as missas exigiam, juntavam-se os conflitos internos, as querelas externas e o desprestígio que as Misericórdias viveram ao longo desta centúria.

Ainda que os hospitais tivessem as suas próprias fontes de rendimento, nem sempre eram suficientes para custear todas as despesas destas instituições. Todavia, de maneira a cumprir com as suas obrigações, estas confrarias financiaram as despesas dos hospitais, para que os hospitais se mantivessem abertos ao público, em pleno funcionamento e dotados dos recursos necessários para um bom atendimento médico, como uma boa equipa de médicos e uma boa quantidade de medicamentos, fundamentais para os cuidados dos doentes.

A partir do período pombalino a intervenção régia intensificou-se, fruto de um conjunto de reformas sociais que atingiram indubitavelmente o sistema de assistência, afetando em particular, as Misericórdias. Muito mais centralizado, este novo sistema adequava-se às novas realidades e exigências sociais, transformadas desde da fundação destas confrarias. Para além

⁷⁵ De modo a explorar este tema, leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, pp. 84-86.

⁷⁶ A propósito deste tema, consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, «Parte 1 - de 1498 a 1750», in Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das Misericórdias portuguesas...*, p. 61.

disso, a Coroa desempenhou um papel muito mais interventivo na eleição das novas Mesas, acentuou a fiscalização e exigiu a apresentação dos livros de contas (receitas e despesas). A partir de 1768, foram instituídas novas regras, especialmente no que diz respeito à cobrança dos juros da atividade creditícia e limitaram-se “os prazos de empréstimo a 12 anos e todos os pedidos de quantias superiores a 400 mil réis passam a ser sujeitos à aprovação do Desembargo do Paço”.⁷⁷

Foram tomadas medidas no sentido de reduzir o número de missas, sendo incorporadas as capelas vagas nos bens da Coroa.

As limitações propostas por Pombal foram sentidas em todas as Misericórdias, impedidas ainda de receber chorudos testamentos e legados, como sucedeu amiudadamente no século anterior. Para além disso, a Coroa passou a cobrar a décima a todas as Misericórdias.

Com estas novas medidas o Marquês pretendia “sobrepôr as causas públicas sobre as causas pias”⁷⁸, refletindo um Estado muito mais centralizado e simultaneamente mais interventivo.

Os finais do século XVIII auguravam tempos de mudança, que se sentiram em todas as áreas da vida humana. À semelhança do que sucedeu nos séculos anteriores, estas novas transformações também se refletiram no sistema de assistência social, que se ajustava às novas realidades sociais que desabrochavam no final desta centúria.

Em traços muito largos, esboçou-se o percurso destas instituições que ao longo de mais de três séculos assistiu-se ao seu nascimento, crescimento, evolução e maturação. Para além disso, foram também indicados os primeiros sinais de crise, que marcaram sobretudo o século XVIII. Ainda que nesta centúria as Misericórdias presenciassem vários problemas, internos e externos, estas confrarias redimensionaram o seu papel na época Contemporânea, adaptando-se aos novos contextos sociais. Deste modo, permaneceram muito ativas até aos nossos dias, cumprindo um papel social de inquestionável valor.

⁷⁷ Confira-se Sá, Isabel dos Guimarães, «Parte 1- de 1498 a 1750», in Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *história breve das Misericórdias portuguesas...*, p. 63.

⁷⁸ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre...*, p. 84.

Capítulo I

A Misericórdia de Braga no Período Moderno

Ao estudarmos os contextos que permitiram a fundação das Misericórdias desmistificamos a criação da Santa de Casa de Braga, que é o nosso objetivo de estudo no seguinte capítulo.

À semelhança do que sucedeu anteriormente, este capítulo está centrado no percurso histórico desta instituição ao longo do Período Moderno, isto é, desde da sua fundação, entre os inícios do século XVI, até aos finais do século XVIII, quando viveu os primeiros sinais de crise do mesmo modo que as suas congéneres.

Para além disso, foram estudadas outras questões, relacionadas com os seus quadros humanos, administrativos, patrimoniais e assistenciais, o que nos permitiu traçar um paralelo entre a Misericórdia de Braga e as restantes confrarias.

A Misericórdia de Braga destacou-se das restantes, pois manteve relações muito próximas com os Arcebispos da cidade, embora esta realidade não fosse exclusiva desta confraria, muitas outras o fizeram ao longo do Período Moderno. Ainda que a influência dos Arcebispos tivesse diminuído ao longo da Idade Moderna, as raízes desta confraria estão intimamente ligadas com a história dos Arcebispos da cidade, com particular destaque para o Arcebispo D. Diogo de Sousa, seu instituidor.¹ Todavia, muitos outros também sobressaíram. Apesar da proximidade dos Arcebispos, o poder régio também se fazia sentir, vinculando a sua autoridade no interior da Misericórdia, à semelhança do que sucedeu com as restantes confrarias.

A singularidade deste percurso é aqui abordada, de maneira a realçar o papel desta confraria, lembrando a sua importância que tão bem foi celebrada na exposição comemorativa dos seus 500 anos de existência.

¹ A partir da segunda metade do século XVIII, especialmente após 1790, a influência dos Arcebispos é cada vez menos notória na cidade de Braga. Ao mesmo tempo, a Câmara local passou a exercer uma influência maior. Veja-se Capela, José Viriato, «A Misericórdia de Braga e a Sociedade Bracarense de Antigo Regime», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Atas*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, p. 94.

1. A fundação da Santa Casa

Apesar de comumente aceite, o ano de 1513, correspondente à fundação da Misericórdia de Braga, tem levantado várias questões entre os investigadores.² Ainda que alguns historiadores apontem outras datas correspondentes à fundação desta confraria, anteriores ao ano de 1513, não o podem legitimar pela escassez de fontes relativas a este período.³ Todavia, os estudos mais recentes sugerem que esta Misericórdia não foi alicerçada “seguramente antes de 1508-09”.⁴ De qualquer das formas, entre 1512 e 1513, as fontes sugerem que o Arcebispo D. Diogo de Sousa instituiu esta confraria. No ano seguinte, a trinta e um de maio de 1514, a Misericórdia recebeu os estatutos da Santa Casa de Lisboa, o que nos indica que nesta altura já se encontrava em pleno funcionamento.

Embora se fizesse sentir a autoridade régia no interior desta confraria, a Misericórdia de Braga manteve desde de sempre, relações muito próximas com a Igreja.⁵ Os Arcebispos exerciam grande influência sobre a cidade, foram os promotores das novas reformas sociais e assistências, que em última estância, resultaram na fundação da Misericórdia, seguindo os passos de muitas outras cidades do reino. Para além disso, estruturam, protegeram e dotaram a Santa Casa de recursos necessários para o seu florescimento, de maneira a estimular as práticas de caridade, assentes no auxílio dos pobres, dos presos, dos doentes, por vezes das mulheres e dos expostos.

Introduzidas por D. Diogo de Sousa, a doação de esmolas foi uma prática muito frequente ao longo do Período Moderno. No seu testamento, o Arcebispo privilegiou a Santa Casa de Braga,

² Gerado, principalmente, pela ausência de fontes, aliás, muito frequente no período manuelino. Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», in Paiva, José Pedro (coordenador científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias*. Vol.1, Lisboa, União das Misericórdias, Centro de Estudos de História Religiosa, 2002, pp. 19-45.

³ Entre 1498 e 1513 foram fundadas outras confrarias, nomeadamente a de Lisboa, em 1498, seguindo-se a do Porto em 1499 e a de Coimbra em 1501, o que leva muitos investigadores a acreditarem que a Misericórdia de Braga pode ter sido fundada entre 1505 e 1513. Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga Assistência material e espiritual*, Vol.III, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2006, p. 8. Casto, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003, pp. 48-50. Por outro lado, outros documentos sugerem a sua existência num período muito anterior a 1513, como o alvará de 1499. Para ler mais sobre este assunto, veja-se Castro, Maria de Fátima, «A irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Contributos para o conhecimento da data da sua fundação», in *Misericórdia de Braga*, nº1, 2005, p. 85.

⁴ Paiva, José Pedro, «O Arcebispo D. Diogo de Sousa e a Misericórdia de Braga», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Actas...*, p. 86.

⁵ O Arcebispo D. Diogo de Sousa pretendia transformar a cidade de Braga num espaço de crescente desenvolvimento, seguindo os passos de outras cidades portuguesas e europeias. Como esteve envolvido na fundação da Misericórdia do Porto, acabou também por ser o responsável pela instituição da Misericórdia na cidade de Braga. Para além disso, atuava em conformidade com as medidas do monarca. Veja-se Paiva, José Pedro, «O Arcebispo D. Diogo de Sousa e a Misericórdia de Braga», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Actas...*, p. 85.

atribuindo-lhe o valor de duzentos cruzados para a compra de pão, oitenta mil reais em dinheiro e prata para o uso diário, concedendo-lhe ainda outras riquezas, tais como: pedrarias, paramentos, toalhas, missais, vários livros e objetos em prata.

Para além disso, concedeu dotes às jovens órfãs no valor de cinco mil reais, de modo amparar a frágil conduta feminina.

No mesmo testamento privilegiou ainda os doentes do Hospital de S. Marcos, deixando-lhes quatro colchões e cobertores, para além de dois travesseiros com fronhas.⁶

À parte das escolas, no seu testamento nomeou outras responsabilidades para a irmandade. Todas as quartas-feiras, os irmãos deviam rezar uma missa em honra da sua alma e dos restantes benfeitores desta confraria.⁷

À semelhança das suas congéneres, os irmãos da Misericórdia de Braga também auxiliaram os pobres, ajudaram os presos, trataram dos doentes, acolheram os peregrinos, resgataram os cativos, assistiram as mulheres e os órfãos, recolheram os corpos dos padecentes de justiça e socorreram os mortos.

Também os irmãos desta confraria receberam alguns privilégios, fundamentados nos estatutos que lhe permitiram a isenção de alguns cargos ou impostos, para além disso, estavam livres do serviço militar. Em caso de guerra, ou de instabilidade político-militar, os seus bens e casas não podiam ser alistados pelos homens de armas.⁸ Do mesmo modo que as restantes irmandades, os confrades desta Santa Casa tinham prioridade de atendimento no açougue da cidade.

A partir de 1514 passaram a “dispor de mamposteiros numa área alargada do Arcebispado, onde não existissem congéneres nessas localidades”⁹. Os mamposteiros pediam escolas em nome da Santa Casa, para prover os mais carenciados, resguardando-os da miséria e penúria.

Nos primeiros anos da sua existência, as escolas assumiam um papel de grande importância para a confraria, muito embora representassem um papel minoritário nas receitas da irmandade. Todavia, como estas confrarias estavam impedidas de reunir bens de raiz,

⁶ Leia-se a propósito Araújo, Maria Marta Lobo de, «A Misericórdia de Braga e os Arcebispos da cidade na primeira metade do século XVI», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Actas...*, p. 60.

⁷ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia, 2013, p. 22.

⁸ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 19.

⁹ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 20.

sustentavam as práticas de caridade com as esmolas que recebiam, fossem doadas ou recolhidas.

A Misericórdia de Braga, à semelhança das suas irmãs, também experimentou momentos de grande fragilidade, especialmente nos seus primeiros anos de existência. Para além das débeis estruturas financeiras, a Santa Casa não usufruía de um espaço próprio e adequado às suas funcionalidades.

Instalada na Capela de Jesus da Misericórdia, a irmandade reconhecia a necessidade de obter um espaço mais amplo e organizado, que lhe permitisse colocar em funcionamento todas as práticas de caridade que lhe tinham sido atribuídas. Neste sentido, os irmãos desta confraria organizaram um novo plano, com vista à elaboração de um projeto que reerguia uma sede para a Misericórdia.

Ainda que fosse necessário obter a autorização do rei, a irmandade também procurou a aprovação por parte do Arcebispo da cidade. Deste modo, enviaram uma carta ao Arcebispo D. Baltasar Limpo para que tivesse conhecimento do novo plano, alegando a urgência em edificar um novo espaço, pela falta de condições que o atual apresentava. Descrevendo a velha sede como um espaço húmido, os irmãos argumentavam ainda a dificuldade que tinham para colocar em prática as suas funcionalidades, limitadas, sobretudo, no que diz respeito à assistência espiritual.¹⁰

As obras foram iniciadas em 1558 e terminadas 1566. Para este efeito, a irmandade comprou as casas de Branca de Azevedo, situadas à frente da Capela de Jesus da Misericórdia. Para custear as obras os irmãos utilizaram “as esmolas que havia e que estavam registadas nos livros das promessas bem como outras que deveriam pedir aos devotos, fiéis e povos”.¹¹ Para além disso, venderam algumas propriedades, de forma a obter os recursos necessários para o financiamento da nova sede.

A construção do novo espaço exigiu um esforço permanente dos irmãos, pois precisavam de amealhar os recursos necessários para as despesas da nova sede. Para além das esmolas que recolheram, os mesários, também doaram frequentemente recursos à irmandade, de maneira a contribuir para as suas despesas. Este projeto representava para a irmandade um novo começo, que lhe permitia colocar em prática todas as responsabilidades que lhe tinham atribuído, especialmente no que diz respeito à assistência espiritual.

¹⁰ Leia-se a propósito Araújo, Maria Marta Lobo de, «A Misericórdia de Braga e os Arcebispos da cidade na primeira metade do século XVI», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Actas...*, p. 60.

¹¹ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 53.

Ainda que os irmãos da Misericórdia de Braga devessem assistir os mortos, as instalações anteriores não o permitiam, pois o espaço não se adequava a este tipo de práticas. Desde da segunda metade do século XVI, esta atividade tornou-se não só mais ativa para a comunidade, como se converteu numa importante fonte de rendimento, alçando uma dinâmica cada vez maior ao longo dos séculos, pois as Misericórdias monopolizaram praticamente os rituais fúnebres.

Para além de beneficiarem de um espaço próprio para a sepultura dos mortos, os irmãos tinham um templo próprio para a celebração das cerimónias, ofícios religiosos e sufrágios, para o louvor e devoção e para a administração dos sacramentos.¹² Para além disso, organizavam festividades religiosas e providenciavam acompanhamento fúnebre.

A Misericórdia de Braga também se manteve conectada ao divino, providenciando assistência espiritual, celebrando ofícios e cerimónias, organizando festividades e procissões, especialmente na Quaresma, Semana Santa e ao Santíssimo Sacramento. À semelhança das suas irmãs, a confraria de Braga também celebrava santidades locais, com especial destaque para a Santa Maria Madalena, Santa Isabel, S. Pedro Apóstolo, S. Pedro de Rates e S. Pedro de Mártir.¹³

A estreita relação que mantinha com o religioso sublinhou o papel desta confraria enquanto mecanismo de difusão dos valores e moral cristã. Cimentou ainda os laços entre a Igreja e a comunidade, muito embora se tratasse de uma confraria laica, isto é, livre da influência religiosa.

Estas celebrações também reforçavam os laços entre as Misericórdias e as comunidades, estimulavam o convívio, dinamizavam as formas de lazer e fortaleciam as relações de solidariedade.¹⁴ As pompas que marcavam estas celebrações, refletiam o luxo e a riqueza destas confrarias, servindo de catapulta para a incorporação de novos confrades. Estas celebrações eram pautadas de misticismo e divindade, reforçando o prestígio destas confrarias, fundamental para assegurar a atração de novos irmãos.¹⁵

¹² Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 169.

¹³ Este culto intensificou-se sobretudo a partir de 1700, caindo em desuso um século depois. Para ler mais sobre este assunto, veja-se Castro, Maria de Fátima, «Devoções ligadas à Misericórdia e Sé Primaz de Braga», in *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 7, 2000, p. 195.

¹⁴ Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidade no século XVIII», in *Bracara Augusta*, vol. LII, nº107, 2004, pp. 180-197.

¹⁵ Araújo, Maria Marta Lobo de, «As manifestações de rua nas Misericórdias portuguesas no contexto barroco», in *Hispania Sacra* 93-113, 2010, pp. 94-111.

Para além dos espaços de culto, a Misericórdia de Braga administrava ainda outras instituições vocacionadas sobretudo para as práticas de caridade.

Em 1559 incorporaram o Hospital de S. Marcos, acrescentando-se os espaços de gestão, e as responsabilidades enquanto confraria. A anexação do hospital enquadrava-se no plano de reformas empreendido pela Coroa, no sentido de redimensionar os espaços de tratamento dos doentes, ao reduzir as pequenas unidades hospitalares, pouco adequadas às necessidades dos enfermos.¹⁶

Todavia, ainda que administrassem o hospital, a Santa Casa não podia apropriar-se dos seus bens e fontes de riqueza, nem usá-los para benefício próprio, esses rendimentos deviam ser aplicados exclusivamente nas despesas hospitalares. A gestão dos bens do Hospital transitou para a Misericórdia apenas no ano de 1719, já na segunda do século XVIII, por ordem do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles.

Em conformidade com as suas irmãs, a Misericórdia de Braga também administrou um recolhimento feminino. O recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha assemelhava-se aos restantes do mesmo género, tratava-se de um espaço destinado ao recolhimento de mulheres, de modo a acentuar o rigor e conservadorismo que pairava sobre a conduta feminina ao longo da Idade Moderna.

Para além disso, a confraria possuía outras valências: uma gafaria para lázaros¹⁷, e duas Igrejas.

2. As relações com a Coroa e a Igreja

Embora fundada por um Arcebispo, a Santa Casa respondia diretamente ao rei, à semelhança das suas congéneres. A autoridade régia sentia-se através dos privilégios que concedeu à Misericórdia, consignados nos estatutos, e da autonomia que lhe permitiu. Nos momentos mais instáveis, a intervenção do rei era solicitada, de maneira a restabelecer a ordem dentro confraria. Para além disso, a confraria solicitou o apoio régio na nomeação de algumas

¹⁶ Para conhecer melhor este processo, consulte-se Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias*, Vol. 1..., pp. 47-77.

¹⁷ As gafarias eram particularmente famosas na Idade Média, reservadas, porém, ao acolhimento de doentes leprosos, evitando assim o contágio da doença através do isolamento social. Na Idade Moderna, existiam ainda algumas gafarias em funcionamento, apesar da redução do número de doentes. Leia-se Tavares, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

Mesas, em casos de extensão e aceitação de mais irmãos¹⁸, em casos de expulsão e na recolha dos juros do dinheiro emprestado a crédito.¹⁹

Embora a Coroa permitisse a adaptação local dos estatutos, as Misericórdias apenas o podiam fazer após a sua solicitação e apenas nos casos estritamente necessários. À medida que se formava um novo reinado, as Santas Casas revalidavam os estatutos, de modo garantir os seus privilégios.²⁰

Para cimentar a sua autoridade relativamente a estas instituições, a Coroa exigiu a formação de arquivos, vinculados a partir do compromisso de 1516. Nestes acervos, os irmãos deviam registar toda a atividade administrativa, financeira e assistencial, com particular destaque para os livros de receitas e despesas. Ainda que solicitado, o registo da dinâmica destas instituições era muito escasso, restringindo-se aos livros de despesa, receita, alguma atividade da Mesa, admissão de irmãos, enterros, presos e pobres assistidos.²¹ De modo a assinalar a sua importância, a partir de 1600, a Coroa obrigou ao registo de todo o quotidiano destas instituições, vinculando outros aspetos, como o assentamento da atividade do mordomo da capela, do boticário, dos dotes, das letras e despachos, dos acórdãos, das despesas e das receitas, entre outros ofícios prestados.

A autoridade régia foi particularmente acentuada ao longo da dinastia filipina. O reforço da Coroa realçou o caráter laico destas instituições, contribuindo para a “secundarização do papel da Igreja” e da “secularização da assistência”.²² Embora outras instituições praticassem caridade, as Misericórdias sobressaíram nesse aspeto, um papel alcançado através do patronato régio, do qual gozaram ao longo de toda a Idade Moderna.

¹⁸ Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 45-49.

¹⁹ Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, «Parte 1 – De 1498 - 1750», in Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 84.

²⁰ As provisões são concedidas desde do reinado de D. Manuel I, criador da primeira Misericórdia portuguesa, estando repartidas, no entanto, em três importantes momentos: os privilégios concedidos no reinado de D. Manuel I a D. João III, as reformas da dinastia Filipa e, por fim, as medidas encaminhadas pelo Marquês de Pombal no reinado de D. José I. Para ver mais sobre este assunto, consultar Capela, José Viriato, «A Misericórdia e a sociedade bracarense», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 264-265.

²¹ Araújo, Maria Marta Lobo de, «A Misericórdia de Braga e os Arcebispos da cidade na primeira metade do século XVI», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Actas...*, p. 58.

²² Consulte-se para este assunto Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a história das Misericórdias*, Vol. I..., pp. 47-77.

Ainda que estas confrarias respondessem diretamente ao poder central, isto é, à Coroa, as Misericórdias gozavam de alguma autonomia e independência financeira.²³

O patronato régio assegurou-lhe estatuto, riqueza e, acima de tudo, criou-lhe as condições necessárias para o seu rápido crescimento e expansão. Para além dos vários privilégios que lhe deu, a Coroa permitiu-lhe a incorporação de outros espaços, como os hospitais que muitas Misericórdias administraram ao longo da Idade Moderna.

Todavia, na Misericórdia de Braga confluíam duas esferas de poder: a Igreja, cuja influência diminuiu ao longo do Período Moderno e, a Coroa, que vinculou a sua autoridade desde da sua fundação até aos finais do século XVIII, ainda que os monarcas respektassem o valor que os prelados conservavam para a irmandade.

Na Santa Casa de Braga, a influência exercida pelos Arcebispos garantiu o seu estatuto desta confraria e legitimou a sua importância. Para além disso, concederam-lhe esmolas, estimulando o seu crescimento e consequente afirmação. A sua proteção conferiu à Misericórdia um lugar de destaque na cidade, especialmente em relação às restantes confrarias que com ela queriam rivalizar.²⁴

A influência que os Arcebispos exerciam e o respeito que os irmãos lhes votavam, cimentou os privilégios consignados pela Coroa. Ainda que se tratasse de um privilégio régio, o Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus defendeu a Misericórdia de Braga ao relembrar as restantes confrarias do monopólio que os irmãos gozavam na recolha de esmolas nas localidades da cidade. Todavia, advertiu a irmandade que podiam apenas esmolar nos locais onde não estivessem instituídas outras confrarias do género.

A presença dos Arcebispos sentia-se sobretudo através da dádiva de esmolas, ainda que alguns tivessem incorporado a irmandade e ocupado cargos de poder.

Embora menos significativa, a intervenção dos Arcebispos podia também ser solicitada pela confraria, em casos de conflitos entre irmãos. Contudo, o seu papel destacou-se principalmente nos assuntos religiosos, ainda que fosse instada a sua palavra noutras ocasiões.

Para além disso, vários Arcebispos beneficiaram esta confraria nos seus testamentos, deixando-lhe recursos e esmolas, para que florescessem e auxiliassem os mais necessitados. Nos seus testamentos beneficiaram sobretudo as jovens órfãs, doando-lhes esmolas para que formassem dote e efetivassem matrimónio.

²³ Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias*, Vol. I..., pp. 47-77.

²⁴ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 21.

Como já foi dito, o Arcebispo D. Diogo de Sousa, no seu testamento, reverteu uma quantia específica para o auxílio das jovens órfãs, uma tradição retomada por muitos Arcebispos que lhe sucederam.

Outros auxiliaram as mulheres através da criação de recolhimentos, como sucedeu com o Arcebispo D. Frei Caetano de Brandão.

Entre 1741 e 1756, também o Arcebispo D. José de Bragança auxiliou as mulheres, atribuindo à Misericórdia de Braga dotes para as jovens “órfãs, solteiras, pobres, e bem precedida, sem fama nem rumor”²⁵, no valor de vinte mil réis. Ajudou ainda mulheres pobres, velhas e viúvas, especialmente as que tinham “filhos para criar, doentes ou deficientes”²⁶. Distribui-lhes esmolas, ajustadas às necessidades de cada uma. Para além disso, assistiu os pobres da cidade, os doentes e, por vezes, crianças, muito embora, as suas práticas de caridade alcançassem maior destaque junto dos enfermos.

Ainda que preocupados com a frágil conduta feminina, os Arcebispos também auxiliaram os doentes do hospital. Exerciam caridade com os doentes que se encontravam acamados, distribuindo-lhes esmolas. Por vezes também os visitavam.

Prontos a abreviar o seu sofrimento, os Arcebispos sempre se mantiveram aptos para melhorar as condições de tratamento dos doentes do hospital. Assim sucedeu com o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, que renovou as condições do hospital, para além de doar esmolas aos doentes que se encontravam aí internados. O Arcebispo D. Frei Caetano de Brandão também o fez, todavia através de uma presença muito mais dinâmica. Distribuiu esmolas aos doentes, visitou os enfermos, nomeou novos médicos, contratou novos funcionários e recomendou o internamento de alguns pacientes. Assistiu ainda os pobres, através da distribuição de alimentos e remédios. Para além disso, também auxiliou os mais pequenos, através da criação do primeiro colégio para estudantes órfãos na cidade de Braga (colégio de S. Caetano), e um recolhimento para meninas.

²⁵ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Aos pés de vossa alteza sereníssima: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 17, nº 1/2, 2002, p. 104.

²⁶ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Aos pés de vossa alteza sereníssima: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 17, nº 1/2..., p. 115.

3. Administração interna

3.1. Privilégios e compromissos

À semelhança das outras congéneres, a Misericórdia de Braga regeu-se pelo compromisso da confraria de Lisboa, muito embora, ao longo do Período Moderno tivesse conhecido outros estatutos, reajustados aos novos contextos políticos, económicos e sociais.

Em 1577 conheceu novas transformações, publicadas em 1600, ou seja, nos inícios do século XVII. Para além disso, em 1618 os estatutos foram novamente readaptados, publicados no ano seguinte, isto é, em 1619.²⁷ Porém, em 1621 esta confraria conheceu novas regras e um novo compromisso em 1630 “resultante de um trabalho concluído em 1628”.²⁸ Este foi o compromisso que mais tempo esteve em funcionamento, conhecendo apenas novas reformas em 1893, ou seja, em finais do século XIX.

Para evitar problemas com outras confrarias, a Misericórdia de Braga ratificava com a Coroa os seus privilégios de dois em dois anos. Este incentivo cimentava a posição desta confraria e assegurava a clarificação dos seus assuntos internos, isto é, dava a conhecer os seus estatutos, os seus privilégios, obrigações e deveres de forma clara e sucinta. Para além disso, ao conferir a validade dos seus privilégios, a Misericórdia evitava conflitos maiores com outras instituições.²⁹ Todavia, nem sempre a Santa Casa cumpriu este regulamento.³⁰

O compromisso inicial esboçou o primeiro desenho do quotidiano destas confrarias, descreveu-lhe as primeiras responsabilidades e concedeu-lhe os primeiros privilégios. Criadas no âmbito das novas reformas assistenciais, estas confrarias deviam prover os pobres, sobretudo os dignos deste tipo de auxílio.

Numa sociedade que considerava o pecado da preguiça o mais infame de todos, o sistema de assistência devia privilegiar aqueles que por situações alheias tinham caído na miséria e desamparo social. Os doentes, os velhos, os incapacitados eram por isso, sobrepostos sobre os restantes. Para além disso, os irmãos auxiliavam os pobres envergonhados, os presos (pobres), mulheres, crianças, cativos, peregrinos e os mortos. Estavam também encarregados de recolher

²⁷ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os irmãos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 89-103.

²⁸ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 33.

²⁹ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 22.

³⁰ Veja-se a propósito Castro, Maria de Fátima, «A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Contributos para o conhecimento da data da sua fundação», in *Misericórdia de Braga...*, p. 80.

os corpos dos condenados pela justiça e das crianças abandonadas, providenciando-lhes um funeral digno, inserido nas doutrinas e valores cristãos.

Para além dos deveres que lhe foram designados, os irmãos também receberam alguns privilégios. Em 1515 na presença do Arcebispo D. Diogo de Sousa, da Câmara e do provedor da Santa Casa, Diogo Bravo, também meirinho da cidade, os irmãos foram declarados isentos de fintas e talhas.³¹

Enquanto membros, beneficiavam de auxílio material e espiritual, tratando-se este último de um momento solene para a irmandade. Deste modo, sempre que um irmão partisse, a presença dos restantes era solicitada para acompanhá-lo à última morada.³²

Os estatutos de 1577 exprimiam já um certo conservadorismo, estas irmandades tornaram-se cada vez mais elitistas, menos permissivas na participação das comunidades nos seus assuntos internos. Para além disso, acentuaram-se as diferenças entre irmãos, especialmente entre os de primeira e segunda categoria. Só em 1619 é que se estabeleceu uma maior flexibilidade, caracterizada por uma ligeira mobilidade de cargos no seu interior.³³

Os reajustes do compromisso de 1577 impuseram uma nova realidade, exigiram novos critérios de aceitação, tais como, género, linhagem, escolaridade e boa fama. Para incorporar a Misericórdia, um irmão devia ser do sexo masculino, saber ler e escrever, ter um bom nome, boa fama e boa conduta. Para além disso, tinham de ser homens casados, com mais de quarenta anos e com disponibilidade para a atividade confraternal. A conduta religiosa era também alvo de escrutínio.

Embora os estatutos o exigissem, na Misericórdia de Braga foram aceites irmãos que não sabiam ler nem escrever, pois “o sistema eleitoral obrigava à rotatividade de anual e as elites locais não apresentavam plasticidade suficiente para preencher o *numerus clausus* apenas com homens letrados”.³⁴

³¹ Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 20.

³² Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 25-26.

³³ Apesar de se tratar de exemplos do século XIX, em 1852 foram vários os irmãos que ascenderam à condição de nobres. A sua ascensão foi conquistada através dos privilégios que obtiveram. Serem cavaleiros da Ordem de Cristo ou de ocuparem cargos de poder, como almotacé. Consulte-se, Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os Irmãos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 93.

³⁴ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Irmãos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 90-91.

Ainda que não pudessem exercer cargos, a presença feminina foi sentida em algumas confrarias. No entanto, à medida que estas confrarias foram crescendo e se afirmando, o sexo feminino foi cada vez mais afastado, limitando-se o seu papel à assistência material ou espiritual. Assim nos legitima o compromisso de 1577 que “arreda com o sexo feminino destas instituições”.³⁵

Na Misericórdia de Braga a presença feminina foi bastante significativa, embora as mulheres não pudessem exercer cargos na confraria. Todavia, foram alvo de assistência material e espiritual por parte da irmandade, recebendo alguns privilégios, especialmente as esposas dos confrades que beneficiavam de auxílio espiritual após a sua morte. As restantes, mediante pagamento, sob o qual solicitavam assistência espiritual, o que incluía as cerimónias fúnebres e a celebração dos ofícios religiosos.

O compromisso de 1577 também alargou os dias de presença obrigatória. Desde de então, a presença dos irmãos era solicitada três vezes no ano, o dia da Visitação, também conhecido pelo dia das eleições, na quinta-feira das Endoenças, para integrarem a procissão, no dia de Todos-os-Santos, de modo a recolherem e sepultarem os condenados, e no dia de S. Martinho, para que assistissem às celebrações religiosas, às pregações e às procissões em honra dos irmãos defuntos. Para além disso, a partir de 1618, a sua presença era também exigida no dia 10 de agosto de modo a elegerem o concelho de definidores.

O compromisso de 1618 ratificou os preceitos dos estatutos anteriores, o que incluía: “ser limpo de sangue, cláusula que se estendia à sua esposa, caso fosse casado, não ter fama, ter idade conveniente, pelo menos 25 anos de idade caso fosse solteiro, servir em regime de voluntariado, e por fim, possuir rendimentos suficientes para se poder dedicar ao serviço da instituição, sem prejudicar a sua vida pessoal”.³⁶

Os estatutos da primeira metade do século XVII sublinharam o carácter conservador e elitista destas confrarias, de maneira a garantir bom nome e estatuto destas confrarias.

O hospital de S. Marcos, à semelhança da Misericórdia, também conservava estatutos próprios, sendo o mais longo o de 1508, renovado posteriormente. Também o recolhimento era assegurado por um compromisso que desenhava a dinâmica do seu quotidiano, circunscrevia regras e as suas finalidades, essenciais para assegurar o seu sucesso e bom funcionamento.

³⁵ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os Irmãos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 123.

³⁶ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os Irmãos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 92.

3.2. A Mesa, os irmãos e os conflitos

Como em todas as restantes Santas Casas, a Mesa era constituída por treze elementos, um provedor, um escrivão e onze conselheiros. Com mandato anual, cabia à Mesa administrar esta confraria, muito embora não se tratasse do único órgão de poder. À Mesa juntou-se, a partir de 1618, a Junta ou Definitório.³⁷

Ocorriam novas eleições todos os anos, no dia da Visitação, uma cerimónia solene e simbólica para a irmandade. Estas festividades decorriam ao longo de dois anos e eram pautadas pela seleção da nova Mesa. As nomeações eram feitas através de um sistema eleitoral indireto, selecionavam-se dez irmãos, cinco de cada categoria, isto é de maior e menor condição, para votarem nos nomes dos irmãos eleitos. Quando concluído, distribuíam-se novas tarefas, escolhiam-se os conselheiros responsáveis pelas visitas dos doentes e dos presos pobres.³⁸ Por regra, estas funções eram realizadas aos pares, ou seja, eram efetivadas por dois irmãos de cada categoria, com valor simbólico para os irmãos menores, pois podia representar ascensão e destaque social.

À semelhança das suas congéneres, a Misericórdia de Braga era constituída por duas categorias de irmãos, os de primeira condição, constituídos pelos eclesiásticos, nobres e magistrados, e os irmãos menores, isto é os oficiais, geralmente “mestres de ofícios, mercadores e lavradores”.³⁹

Constituída, inicialmente, por cem irmãos, o número de confrades nesta Santa Casa foi aumentando ao longo do Período Moderno. A plasticidade do seu corpo constituinte acompanhou o crescimento que esta confraria conheceu ao longo deste período, pois tornou-se numa irmandade prestigiada, cuja incorporação significava a obtenção de privilégios, isenções fiscais e de cargos, mas também destaque social e local. Para além disso, à medida que ganhavam notoriedade, as Misericórdias foram reunindo novas funcionalidades nas mais diversas áreas, o que exigiu a contratação de novos “funcionários” e a aceitação de mais “irmãos”.

A necessidade de se ajustar aos contextos favoreceu nesta Misericórdia a aceitação de novos confrades, ultrapassando, por vezes, o número de vagas permitidas pelos estatutos. Ainda que

³⁷ Leia-se Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 129.

³⁸ Sousa, Ivo Carneiro de, *O Compromisso primitivo das Misericórdias portuguesas (1498 -1500)*, Porto, Universidade do Porto, 1996, p. 267.

³⁹ Para ler mais sobre este assunto, consultar Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna...*, p. 49.

no século XVII “ formalmente a Misericórdia mantivesse o número de 126 membros”⁴⁰, na prática, a confraria era constituída por cento e setenta irmãos, trinta dos quais eram eclesiásticos. Ainda na primeira metade deste século, em meados dos anos vinte, o número de confrades cresceu para o dobro, totalizando duzentos e sessenta irmãos, duzentos e vinte de primeira e segunda categoria e mais de quarenta eclesiásticos.

Esta diferença de dados sugere-nos o rápido crescimento que esta confraria obteve, a importância que os seus privilégios representavam para a população local, e o aumento da densidade populacional na cidade de Braga. De maneira a reduzir a afluência de novos membros, a confraria viu-se obrigada a reforçar os critérios de aceitação, cada vez mais exigentes e conservadores.

Desde de então, estas confrarias tornaram-se mais elitistas e fechadas à comunidade, reservando-se às famílias prestigiadas, assegurando o bom nome da irmandade e o seu estatuto junto da população da cidade.

Ainda que a aceitação de novos confrades fosse pautada por critérios conservadores e rigorosos, a incorporação de irmão dependia também do número de lugares que vagavam na confraria, o que sucedia em caso de ausência prolongada, expulsão ou morte de um membro.

Apesar das limitações, a Mesa voltou a reunir-se em 1624 de modo a solicitar novas permissões para o alargamento do seu corpo constituinte. O pedido foi aprovado, e foram acrescentados novos lugares, dez para cada categoria.⁴¹ As vagas foram imediatamente preenchidas.

Todavia, fruto da crise que se estabeleceu no interior destas confrarias, no século XVIII, o número de irmãos diminuiu bruscamente. O envelhecimento, as quezílias entre irmãos, as debilidades financeiras e má administração, contribuíram para a redução dos seus confrades, denegrindo a imagem destas confrarias junto das comunidades.

⁴⁰ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os Irmãos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 106.

⁴¹ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os Irmãos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 107.

4. O Património

Como não podiam bens de raiz, as emolas representaram para as Misericórdias uma parcela significativa das suas receitas, principalmente nos seus primeiros anos de existência. Doadas ou recolhidas, as esmolos tinham duas importantes finalidades: suportavam o leque assistencial das irmandades e estruturam os seus débeis alicerces.

Na Misericórdia de Braga, os peditórios ocorriam duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos domingos. Todavia, também eram realizados nos dias de festa, como a Semana Santa, os Santos e nas procissões que organizava. As esmolos podiam ser recolhidas em dinheiro ou géneros, que geralmente incluía o vinho, o milho, a cera, roupas, lenha, sobretudo no inverno⁴², e a carne, principalmente a de porco.⁴³

As esmolos podiam ser doadas por membros exteriores à irmandade, e pelos irmãos, especialmente o provedor, que assumia frequentemente algumas das despesas da confraria, pois estes gestos cimentavam o seu poder e estatuto na confraria, uma vez que repartia bens pessoais com os pobres.⁴⁴

À medida que estas confrarias se foram expandindo, adquirindo novas funcionalidades e responsabilidades, as esmolos passaram a representar um valor pouco significativo nas receitas destas irmandades, ainda que só caíssem em desuso no século XVIII.

No que diz respeito às receitas da confraria, as joias de entrada assumiam também um papel muito importante, pois este dinheiro entrava diretamente para o “casco da instituição, fundo de reserva que se devia manter perene como suporte e penhor da sua sobrevivência e sustentabilidade”.⁴⁵

Na primeira metade do século XVI, as indulgências também representavam uma fonte de rendimento, muito à semelhança do que sucedeu com as outras congéneres.

⁴² O que foi iniciado através de solicitações transformou-se, na verdade, numa tradição, sobretudo após o legado de Pedro da Lomba em finais do século XVI, que impunha a distribuição de lenha às famílias mais carenciadas, pela ocasião do Natal. Leia-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 74.

⁴³ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 19-31.

⁴⁴ Tratava-se, como refere a autora, de uma estratégia de afirmação no interior da irmandade. Sobre este assunto, consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo, «A Misericórdia de Braga e os Arcebispos da cidade na primeira metade do século XVI», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Atas...*, p. 63.

⁴⁵ Capela, José Viriato, «A economia social da Misericórdia e Hospital de Braga», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 162.

A partir da segunda metade do século XVI, a Misericórdia de Braga conheceu uma nova dinâmica, o que estimulou algumas atividades, como a assistência aos mortos. Como fruto, esta irmandade passou a receber vários testamentos e legados que contribuíram para o seu crescimento financeiro.⁴⁶ A instalação de tumbas próprias, a criação de espaços próprios para a celebração dos ofícios divinos, e a organização dos rituais fúnebres, trouxeram vários benefícios para esta irmandade, que se refletiram no aumento da sua riqueza e prestígio junto da sociedade.

Para além disso, a irmandade acumulou propriedades rústicas, rendas, foros e taxas, provenientes dos testamentos que recebiam, formando um vasto e riquíssimo património.

Ao incorporar algumas instituições, como o hospital de S. Marcos, mais tarde o recolhimento feminino, as gafarias, entre muitos outros⁴⁷, a Misericórdia passou a usufruir dos legados vinculados a este tipo de instituições, para além dos testamentos que recebiam, fruto da assistência espiritual que prestavam à comunidade. A partir de 1604-05, os legados assumiram um papel significativo nas receitas desta irmandade, mantendo-se inalterável até ao final desta centúria.

A partir do reinado de D. João III, as Misericórdias atreveram-se na atividade creditícia, ainda que censurada pela Igreja.⁴⁸ Para assegurar o seu bom funcionamento, a Misericórdia de Braga administrava um corpo específico de funcionários vocacionados para esta atividade, constituído por um juiz, um tabelião e um escrivão privado, à semelhança da Fazenda Real. Deste modo, a Misericórdia podia cobrar os juros do dinheiro emprestado a juro, sem necessitar da intervenção régia.⁴⁹

Embora condenada, a atividade creditícia conheceu um grande desenvolvimento ao longo da Idade Moderna, fruto da concessão de crédito à Coroa e as altas famílias nobiliárquicas. Todavia, as classes menores também o fizeram, nomeadamente os mercadores, artesãos, serieiros, albardeiros, ferradores, sapateiros, padeiros, ferreiros, cutileiros, torneiros, seleiros, ferradores, sangradores, armeiros, espingardeiros, barbeiros, vendeiros, alquiladores, alugadores de bestas e carruagens, estalajadeiros, livreiros, sem esquecer os homens das artes, como os escultores,

⁴⁶ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga assistência material e espiritual*, Vol. III..., p. 31.

⁴⁷ Para ler mais sobre este assunto, consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna...*, p. 53.

⁴⁸ O compromisso de 1618 permitia a sua prática, ainda que entrelinhas. Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno», in, *Cadernos do Noroeste*, 15-12, 2001, pp. 337-358.

⁴⁹ Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Vol. I..., pp. 47-77.

pintores, imaginários, mestres, entre muitos outros,⁵⁰ pois a Santa Casa de Braga oferecia pequeno, médio e grande crédito, ainda que os primeiros estivessem reservados às “classes médias”.

Para além dos legados, testamentos e do dinheiro emprestado a juro, a Misericórdia de Braga também arrendava prédios urbanos e rústicos, e a venda em leilão de algumas propriedades.⁵¹

Ainda que a Misericórdia administrasse várias fontes de rendimento, também suportava várias despesas, fruto das obras de caridade e das instituições que ministrava. Neste sentido, a Santa Casa viu-se forçada a hierarquizar as suas despesas, de maneira a gerir corretamente os seus recursos, garantindo o bom funcionamento da irmandade e a resposta a todas as necessidades dos que dependiam do seu auxílio.

Por regra, primavam pelas vontades instituídas, como “os encargos com os dotes, legados e obrigações ordinárias da Casa”.⁵² O valor sobranço era distribuído aos pobres.

Ainda que detivesse as suas próprias fontes de rendimento, a Misericórdia de Braga viu-se forçada a injetar dinheiro no hospital de S. Marcos, de modo a garantir o seu bom funcionamento.

Ainda que tivessem de garantir a gestão do hospital, a Misericórdia tinha de sustentar uma vasta rede de assistência, que incluía não só os doentes, como os pobres, as mulheres, os presos, as crianças e os mortos.

Para além da atividade assistencial, a Santa Casa tinha de sustentar os “funcionários” que contratava, isto é, os médicos, os enfermeiros, sangradores, cirurgiões, hospitaleiros, serviçais⁵³, advogados, procuradores, escrivães, agentes, caminheiros e os capelães.

As cerimónias religiosas que providenciavam também assumiam um papel central nas despesas desta confraria. A Misericórdia de Braga preparava com afínco e esplendor estas comemorações, de modo a dar visibilidade à confraria. Ainda que se responsabilizasse pela

⁵⁰ Nestas listagens, ocasionalmente, surge um ou outro agricultor. Para ler mais sobre este assunto, consulte-se Oliveira, Aurélio, «Misericórdia de Braga na actividade creditícia (1750-1800)», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional dos 500 Anos de História da Misericórdia de Braga. Atas...*, pp. 211-213.

⁵¹ Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Vol. I ..., pp. 47-77.

⁵² Capela, José Viriato, «A economia social da Misericórdia e hospital de Braga», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 175.

⁵³ Incluía sobretudo as engomadeiras e lavadeiras. Capela, José Viriato, «A economia social da Misericórdia e Hospital de Braga», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 164-166.

organização de muitas outras, os seus maiores investimentos recaíam nas celebrações em honra de Santa Isabel, na Quaresma e no dia de Nossa Senhora da Abadia.⁵⁴

Ao longo do século XVII, as Misericórdias conseguiram equilibrar as suas receitas e despesas, de forma a garantir o seu bom funcionamento. No século XVIII, muito mais enfraquecidas, as Misericórdias atravessaram um período de grave crise, que se refletiu também nas suas estruturas financeiras.

A acumulação de ofícios religiosos, e a incapacidade de contratar mais capelães para a sua celebração, denegriu a imagem destas confrarias junto das comunidades. Para além disso, passaram a receber menos legados e testamentos, agravando a sua conjuntura financeira.

Fragilizadas, as Misericórdias não tinham autoridade suficiente para cobrar os juros do dinheiro emprestado a crédito, o que exigiu a intervenção régia na sua recolha e na resolução de outros assuntos, como os conflitos internos, de maneira a repor a ordem no interior destas confrarias.

5. As práticas de caridade

As Misericórdias foram o instrumento mais “sofisticado”, estimulado pela Coroa portuguesa, para o combate da pobreza e miséria social.

À semelhança das suas congéneres, a Misericórdia de Braga também auxiliou os pobres, amparou os presos, resgatou os cativos, ajudou mulheres e órfãos, protegeu os viajantes, e assistiu os mortos, como já anteriormente referimos.

5.1 A assistência material

5.1 As esmolas, os pobres e os peregrinos

O privilégio de recolher esmolas foi alcançado em 1514, altura em que esta confraria recebeu os privilégios da Misericórdia de Lisboa. Deviam fazê-lo de “de forma organizada, numa área geográfica que ultrapassava o termo de Braga”,⁵⁵ isto é, em todas as localidades onde não estivessem instituídas outras congéneres.

⁵⁴ Para além disso, a Misericórdia era obrigada a contratar um corpo específico de funcionários, capelães da Casa (da Casa e do Coro), capelães de D. Pedro, capelães das Beatas, mestre-capela, organeiro, músicos, servo da sacristia, pregadores por serviço ao culto regular e aos festivos. Leia-se Capela, José Viriato, «A economia social da Misericórdia e Hospital de Braga», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 164-166.

⁵⁵ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga assistência material e espiritual*, Vol. III..., p. 39.

As esmolas eram dirigidas aos mais necessitados, ainda que nem sempre chegassem para todos. Com uma população em crescimento, a cidade de Braga conheceu novos casos de pobreza, aumentando o fluxo de pobres junto das instituições de assistência. Para distribuir as esmolas de forma justa, os irmãos estabeleceram critérios de seleção, dando privilégio, aos pobres, aos doentes, aos incapacitados, aos velhos, aos pobres envergonhados e aos aprendizes.⁵⁶ Todavia, a Santa Casa distribuía esmolas aos pobres duas vezes por semana, geralmente às quartas-feiras e aos domingos. Também o fazia nos dias de celebrações religiosas, especialmente no Natal, na Quaresma e na Páscoa.

Neste sentido, no momento de doar esmolas, eram avaliadas as condições dos assistidos, o que incluía os contextos financeiros, económicos e familiares. Outros aspetos eram ainda considerados, como as doenças e as deficiências físicas, para além dos valores e da moral, pois a Misericórdia apenas socorria os pobres “respeitáveis”.⁵⁷

As mulheres também foram auxiliadas frequentemente pelos irmãos da Misericórdia de Braga, especialmente as viúvas com filhos menores, as mulheres velhas e as órfãs.

Embora não fossem responsabilidade da confraria, a Santa Casa de Braga auxiliou também os órfãos.

Os irmãos desta confraria também proviam esmolas aos emigrantes, especialmente para viagens de longa duração, como sucedeu ao longo dos séculos XVII e XVIII, através dos vários pedidos para o financiamento das viagens para o Brasil.

Para além disso, a Misericórdia doava esmolas aos peregrinos, para além de lhe oferecer alojamento, sobretudo aos que faziam o trajeto de S. Tiago de Compostela.

A distribuição de esmolas por parte da irmandade destinava-se não só à comunidade, como também, aos irmãos. Estas confrarias, aliás, estimularam laços de solidariedade entre confrades, auxiliando-os materialmente e na morte.

A Misericórdia de Braga assistiu outras confrarias, como os padres de S. Francisco de S. João da Pesqueira, os padres de Marialva de S. Francisco, as freiras do Calvário de Évora, as freiras de Santa Marta de Évora entre muitas outras fundações femininas instituídas na cidade de Braga.⁵⁸

⁵⁶ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 465.

⁵⁷ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga...*, p. 23.

⁵⁸ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 209.

5.1.2 Assistir os presos e cativos

A assistência aos presos processava-se através do auxílio material, espiritual e penal, isto é, para além de lhes providenciarem comida, de lhes limparem as cadeias, também acompanhavam o seu processo criminal e desfecho da sentença. Em caso de doença, asseguravam-lhe atendimento médico, medicamentos e alimentação. Nos casos mais graves, administravam-lhe os sacramentos, assistindo-os espiritualmente caso morressem sob sua tutela.

O auxílio aos presos ficava à responsabilidade de dois mordomos, um de condição nobre e outro oficial, muito embora o compromisso de 1628 exigisse apenas a presença de um mordomo.⁵⁹ Para além dos mordomos, os presos eram assistidos por mais dois irmãos de segunda condição, responsáveis pela distribuição de comida aos encarcerados. Os presos eram auxiliados duas vezes por semana, geralmente à quarta-feira e ao domingo. Nestes dias recebiam as esmolas e a comida. Todavia, aos domingos era-lhes oferecida uma dieta alimentar mais variada, normalmente composta por pão, pelo caldo, azeite, feijão, hortaliças e peixe, como a sardinha e o bacalhau. Para além disso, na Quaresma, recebiam vinho.⁶⁰

A assistência aos presos dependia da condição em que cada encarcerado se encontrava. Em caso de doença, os irmãos da Misericórdia de Braga providenciavam-lhe assistência médica, medicamentos e uma dieta alimentar adequada ao seu tratamento. Nessas circunstâncias, os presos eram visitados diariamente, de modo a atender às suas necessidades e rápida recuperação.

Para além do auxílio material, os presos recebiam também assistência espiritual, através da administração dos sacramentos, como a confissão e a comunhão, sobretudo frequentes nas festividades religiosas, como o Natal, Quaresma, Todos-os-Santos, festa da Assunção e Espírito Santo.⁶¹

O auxílio espiritual alicerçava-se em dois importantes processos, o arrependimento, isto é o remorso pelo crime cometido, e o perdão pelas transgressões. Para além disso, incluía a assistência do seu corpo em caso de morte, e o auxílio da sua alma.

⁵⁹ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 481.

⁶⁰ Castro, Maria de Fátima, «Presos, enjeitados e meninos desamparados», in *N.W. Noroeste Revista de História Congresso Internacional de História, Territórios, Culturas e Poderes*, Vol. 1, 2, 2006, p. 380.

⁶¹ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 482.

A assistência aos presos foi também pautada por “critérios de aceitação”, onde eram avaliados alguns aspetos. Para serem assistidos pelos irmãos da Misericórdia, os presos tinham de ser pobres, deviam estar encarcerados há pelo menos trinta dias, e não podiam ter sido aprisionados por dívidas, fianças ou condenados em degredo. Para além disso, deviam submeter uma petição à confraria onde apresentavam as condições em que se encontravam, a razão do aprisionamento, os contextos financeiros e familiares.

Embora presente nas 14 obras de misericórdia, o resgate dos cativos foi sobretudo praticado pela Ordem dos Trinitários, secundarizando o papel das Misericórdias neste aspeto. Todavia, quando vinculado, as Misericórdias também o faziam, quer se processasse de forma direta ou indireta, isto é, através da recolha de recursos para a sua libertação, ou do resgate direto, sem a interferência de outras instituições.⁶² A Misericórdia de Braga também resgatou cativos, muito embora o fizesse esporadicamente, apenas quando recebia pedidos para esse efeito ou quando respondia a peditórios régios para esta causa.

5.1.3. Assistir os doentes

Os irmãos da Misericórdia de Braga assistiam os doentes através de distintas formas: internamento hospitalar ou dos cuidados ao domicílio.

Em 1559, quando a Misericórdia de Braga incorporou o hospital de S. Marcos, passou a usufruir de melhores condições para o tratamento dos doentes, pois administrava um espaço próprio para esse efeito. Até à data, os irmãos visitavam os doentes ao domicílio, reencaminhando os casos mais críticos para o hospital de S. Marcos, na altura administrado pela Câmara.

Fundado pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, o hospital de S. Marcos oferecia melhores condições para os seus doentes, ainda que estivesse preparado para receber peregrinos. Todavia, eram hospedados em locais próprios, separados dos doentes.⁶³ A estadia dos mesmos não podia ultrapassar os três dias, só em caso de doença é que o período de internamento podia estender-se, até se encontrarem totalmente restabelecidos.

⁶² Estes dados encontram-se registados nos livros dos termos da Mesa. Para saber mais sobre este assunto, veja-se o trabalho de Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 151.

⁶³ O internamento de doentes e peregrinos no mesmo espaço era uma prática bastante frequente na Idade Média, no entanto, o avanço da medicina e a nova perspectiva face aos cuidados dos doentes, permitiu o desenvolvimento de novos espaços mais adequados às necessidades dos enfermos. Geremek, Bronislaw, *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995, pp. 23-66.

Para além de cuidar dos seus doentes, o hospital de S. Marcos também oferecia assistência espiritual aos seus enfermos, através dos ofícios religiosos, da administração dos sacramentos e, em caso de morte, através da organização dos rituais fúnebres. Deste modo, o hospital “estava dotado de um capelão, homem de honesto viver, que residia dentro do edifício (...), encarregue de zelar pela acomodação dos peregrinos, especialmente os religiosos e de celebrar missa quinzenalmente aos domingos” e às “segundas-feiras celebrava missa de *requiem* às quartas-feiras pela invocação do Espírito Santo, aos sábados por Nossa Senhora e nos restantes dias do ano de *requiem*”.⁶⁴

A partir de 1630, o provedor da Santa Casa, autorizou o internamento dos doentes no hospital, sem consulta prévia da Mesa.

Quando internados, os doentes entregavam os seus pertences ao hospitaleiro ou ao provedor do hospital. Eram também aconselhados a providenciar o seu testamento. Em caso de morte, os bens deixados ao Hospital podiam ser utilizados como esmolas para os mais pobres, desde que se encontrassem em pleno uso.

Alguns doentes receberam mais atenção do que outros, especialmente os que se encontravam em estado crítico e os aleijados, principalmente os que precisavam de próteses, muletas e carros para deficientes motores. A Misericórdia responsabilizava-se ainda pelos custos dos aparelhos e, caso necessário, da sua reparação.

De maneira a abreviar o seu sofrimento, os doentes foram muitas vezes beneficiados em testamento, sobretudo os inválidos, aos quais eram deixados recursos de maneira a melhorar o seu estado.⁶⁵

Os Arcebispos da cidade estimularam a caridade aos doentes, onde se destacaram os papéis do prelado D. Rodrigo de Moura Teles e de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Muitos outros seguiram este exemplo, ajudando os doentes através de esmolas e o hospital, melhorando os seus recursos através da modernização das suas técnicas.

⁶⁴ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os serviços de saúde e a assistência à doença», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 349.

⁶⁵ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os serviços de saúde e a assistência à doença», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 349.

5.2 Assistência infantil

Embora se tratasse de uma responsabilidade direta das Câmaras locais, as Misericórdias auxiliaram os expostos, quer em vida como também na morte. Faziam-no quando instituído através de um testamento, quando recolhiam os seus corpos da rua ou quando solicitado com as Câmaras, desde que estas contribuíssem para as suas despesas.

Ainda que o fizessem, a atividade assistencial prestada pela Misericórdia, circunscrevia-se à recolha dos corpos dos expostos das ruas da cidade de Braga. Para além disso, providenciavam-lhes um funeral condigno, enquadrado nos rituais cristãos.

A partir de 1806, o príncipe Regente, exigiu uma participação mais ativa das Misericórdias junto dos expostos, um papel que desenvolveram ao longo do século XIX, especialmente quando vinculado através de legados ou testamentos.⁶⁶

5.3 A assistência às mulheres

Dada a sua fragilidade social e financeira, as mulheres foram frequentemente beneficiadas nos testamentos, tanto por parte da Coroa, da Igreja e de terceiros, que procuravam dotá-las de recursos, de modo a evitar a prevaricação e miséria.

Embora dependesse do contexto social onde estavam inseridas, na generalidade, as mulheres tinham um espaço de ação muito limitado, circunscrevendo-se sobretudo aos espaços domésticos. Ainda que pudessem exercer outras funções, os salários que recebiam eram tão baixos que impedia a sua autoafirmação, dependendo do auxílio de terceiro para subsistir. Deste modo, as mulheres eram figuras débeis, dependentes geralmente do homem, cuja autoridade se materializava na figura paterna e matrimonial.

A Misericórdia de Braga recebeu vários testamentos a seu favor, assistindo as mulheres, desde da sua fundação até aos finais do século XVIII.

Foram vários os Arcebispos que optaram por favorecer a frágil conduta feminina, de modo a resguardá-la do pecado, sobretudo, da miséria, fome e doença. A D. Diogo de Sousa seguiram-se muitos outros, como o Arcebispo D. Frei Baltasar Limpo que instituiu à Misericórdia de Braga a quantia de cinco mil réis, para a dotação das jovens órfãs da cidade.

Ainda que beneficiadas em testamento, para obter auxílio por parte da Misericórdia, as mulheres eram submetidas a um sistema de avaliação. À semelhança dos pobres, eram

⁶⁶ Castro, Maria de Fátima, «Presos, enjeitados e meninos desamparados», in *N.W. Noroeste Revista de História. Congresso Internacional de História, Territórios, Culturas e Poderes...*, p. 398.

analisados os seus contextos sociais, financeiros, familiares e morais. A conduta e a virtude assumiam um importante papel nestes critérios.

Os testamentos que as favoreciam podiam apresentar critérios próprios, muito embora semelhantes. Por vezes, a localização, a idade e a beleza da candidata eram fatores eliminatórios. Estes critérios podiam incluir familiares, protegidas ou desconhecidas, desde que se enquadrassem nas exigências que faziam.

Para além dos Arcebispos, as pessoas comuns também beneficiaram as mulheres através dos testamentos. No século XVII Pedro Aguiar e Maria Vieira doavam a quantia de sessenta mil réis às jovens casadoiras da sua família. Francisco Fernandes Leão seguiu os mesmos passos ao contemplar as suas sobrinhas com um dote anual de seis mil e duzentos e cinquenta réis. Após o matrimónio, as sobrinhas tinham direito a receber a quantia de cinquenta mil réis. Caso morresse uma, a outra recebia o dobro, isto é, a quantia de cem mil réis. Se morressem ambas, a Misericórdia recebia o valor dos dotes, de modo a providenciar-lhes e pagar-lhes as cerimónias fúnebres.⁶⁷ Também no século XVIII, confluíram na Misericórdia de Braga diversos dotes provenientes de emigrantes estabelecidos no Brasil. Assim sucedeu com o Capitão Domingos Fernandes Freitas que doou a esta confraria a quantia de oito mil cruzados para a dotação das jovens donzelas

Para além das mulheres jovens e com idade para casar, os testamentos favoreciam também outras mulheres, como as que viviam em clausura. Assim sucedeu com a irmã Francisca da Madre de Deus, membro do Mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios, que recebeu dote do padre António Faleiro.

Para além dotar jovens donzelas, a assistência feminina era também pautada pelo recolhimento em instituições próprias. A Misericórdia de Braga administrou um recolhimento feminino, instituído pelo clérigo Domingos Peres, em 1574, aclamado de Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha, foi incorporado em 1608.⁶⁸

Do mesmo modo que muitos outros, este recolhimento pretendia resguardar o bom nome, a fama, a conduta moral e social das recolhidas. Geralmente, estas instituições destinavam-se a mulheres de todas as idades e estatutos sociais, muito embora fossem regulados pelo rigor, disciplina e conservadorismo. Outras instituições do mesmo género

⁶⁷ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., pp. 237-258.

⁶⁸ Altura em que o seu fundador morre. Veja-se Castro, Maria de Fátima, «O Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha», in *Bracara Augusta*, XLVI, 1995-1997, pp. 169-250.

recolhiam mulheres de má conduta. Ainda que nem todos funcionassem assim, a maioria dos recolhimentos representavam isolamento.

À semelhança de muitos outros, o quotidiano recolhimento administrado pela Misericórdia de Braga, era marcado pelo isolamento, devoção, oração e pelo trabalho.⁶⁹ Em troca, as enclausuradas recebiam uma cuidada educação social, moral e religiosa, para além do “sustento material, socorro espiritual e apoio na doença e morte”.⁷⁰

De modo a assegurar assistência espiritual para as recolhidas, foram contratados dois capelães, que lhes administravam os sacramentos.⁷¹ O contato com o mundo exterior era evitado, todavia, em determinadas épocas do ano, estas mulheres abandonavam a clausura. As recolhidas desta instituição estavam autorizadas a assistir às cerimónias religiosas⁷², para além disso, visitavam o recolhimento de Santa Teresa no Natal.

Este recolhimento destinava-se principalmente às mulheres pobres⁷³, isto é, as que “não tinham meios para pagar aluguer e que pretendiam viver em recolhimento”.⁷⁴ Todavia, a conduta moral das candidatas era também considerada, aconselhava-se “cuidado na admissão para que os lugares fossem ocupados por pessoas de virtude”.⁷⁵ Com um total de três aposentos, este recolhimento apenas podia receber seis candidatas. Quando escolhidas, estas mulheres dividiam os seus quartos com outra companheira, de idade distinta, de maneira a evitar conflitos entre ambas.⁷⁶ Só no século XVIII vagaram novos lugares, fruto do aumento da procura.

⁶⁹ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 448.

⁷⁰ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 452.

⁷¹ Para o estudo desta instituição consulte-se Machado, Carla Manuela Sousa, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014, p. 27, dissertação de mestrado policopiada.

⁷² Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p.452.

⁷³ Apesar de permitir o recolhimento de mulheres mais pobres, geralmente o internamento das mulheres nestas instituições (religiosas ou não) exigia o pagamento de um dote pré-determinado. Sobre este assunto, veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Por entre as grades: as escrituras de dote no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (1629-1696)», in *Do convento ao Instituto...*, pp. 127-130.

⁷⁴ Machado, Carla Manuela Sousa, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)* ..., p. 28.

⁷⁵ A admissão dos capelães também devia ser cuidadosamente analisada. Dava-se preferência, aliás, aos cristãos-velhos, residentes em Braga, de bom nome e boa fama. Machado, Carla Manuela Sousa, *entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)* ..., p. 42.

⁷⁶ Machado, Carla Manuela Sousa, *entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)* ..., p.35.

À semelhança das suas congéneres, Misericórdia de Braga assistiu também mulheres pobres, particularmente as viúvas com filhos menores. Do mesmo modo que as restantes, para obterem auxílio estas mulheres davam a conhecer os seus contextos familiares, financeiros e sociais, sendo também avaliados os valores e o moral das candidatas.

As Misericórdias intervinham de modo a zelar “pela honra das viúvas”⁷⁷, através do auxílio educativo dos seus filhos, da distribuição de esmolas e géneros alimentares.

5.4. A assistência espiritual

Apesar de laicas, as Misericórdias desempenhavam um papel muito importante na esfera religiosa e espiritual, através da assistência aos mortos, do auxílio espiritual e das cerimónias religiosas que organizavam. Para além disso, atuavam como mecanismos de difusão da moral, da doutrina, e dos valores cristãos, consignados através dos rituais fúnebres e dos ritos que lhe estavam associados.

No que diz respeito à assistência espiritual, a Misericórdia de Braga centrou-se principalmente nos “sufrágios pelos mortos, através de missas, ofícios e responsos; o acompanhamento de defuntos, e a participação em procissões”.⁷⁸

O seu papel, enquanto intermediária entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, intensificou-se ao longo do Período Moderno, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, quando passou a beneficiar de um espaço próprio para o culto e para assistência espiritual.⁷⁹

À semelhança das suas congéneres, a Misericórdia de Braga oferecia assistência aos irmãos, mas também e sobretudo, à comunidade. Para além disso, as esposas dos confrades e os seus filhos menores beneficiavam também de assistência espiritual por parte da confraria. Quando um confrade partia, os restantes deviam comparecer nas suas cerimónias, pois tratava-se de um momento solene para a irmandade.

Ainda que todos os irmãos tivessem direito ao auxílio espiritual, o tipo de assistência variava de acordo com o estatuto e poder económico de cada confrade.

⁷⁷ Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Retalhos de vidas: a assistência às mulheres na Misericórdia de Ponte de Lima durante os séculos XVII e XVIII», in *Mínia*, III série, nº 8-9, 2000-2001, p. 168.

⁷⁸ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. II..., p. 294.

⁷⁹ A distribuição de sepulturas no interior da confraria respeitava a posição hierárquica dos irmãos, reservando-se os lugares mais próximos do altar para o provedor e os mesários. Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 499.

Os irmãos podiam ser sepultados nas tumbas da irmandade, todavia, para esse efeito, os confrades tinham de pagar a quantia de dois mil reais, limitando este privilégio aos mais abastados.

Ao longo do Período Moderno, a Misericórdia de Braga também assistiu espiritualmente pessoas alheias à confraria. Estes serviços incluíam as cerimónias religiosas e os rituais fúnebres, muito embora fossem cobrados.⁸⁰ Ainda que cobrasse este tipo de serviços, a Misericórdia também assistiu gratuitamente alguns membros da comunidade, como os corpos dos expostos que recolhia das ruas da cidade de Braga, e os condenados de justiça, especialmente quando recolhia os corpos das crianças expostas da rua e dos padecentes de justiça.

Vinculadas ou não através dos testamentos, a Santa Casa de Braga rezou muitas missas pela alma dos vivos mas também dos defuntos. O seu número era muito variável, podendo ser solicitada a sua celebração diversas vezes no mesmo mês, ao longo do ano ou em alturas muito específicas, especialmente nas principais festividades do Calendário Litúrgico, como no Natal, na Quaresma, na Páscoa e, por vezes, nos dias dos santos da sua devoção.

A instituição de missas pela alma dos defuntos tornou-se tão frequente ao longo deste período, que obrigou as Misericórdias a reduzir o seu número, de modo a abreviar os custos que lhe estavam associados, ainda que a sua celebração tivesse grande significado para o homem moderno, pois assegurava-lhe uma boa morte.⁸¹

Para além dos rituais fúnebres e da celebração dos ofícios religiosos, a Misericórdia de Braga organizou ainda festividades religiosas. Celebradas com pompa e magnitude, estes momentos eram solenes para a confraria, pois representavam contextos de lazer, cimentavam o convívio entre confrades, e entre a irmandade e a comunidade.

Ainda que realizassem cerimónias próprias, devotadas às santidades locais, todos os anos as Misericórdias celebravam o dia da Visitação, a quinta-feira das Endoenças, o dia de Todos-os-Santos, e no dia 10 de agosto, para as eleições do Definitório. Para além disso, reuniam-se pelo Natal, na Quaresma e na Páscoa, momentos de solenidade para a comunidade e simbólicos para a Igreja. No período da Quaresma, a procissão da quinta-feira das Endoenças destacava-se

⁸⁰ O tipo de pagamentos para a realização das cerimónias e rituais fúnebres dependia das possibilidades financeiras de cada agregado familiar, muito embora, os valores registados nos compromissos assumissem um papel de crescente importância. Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 489-498.

⁸¹ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-20013...*, p. 505.

das restantes, pois era a cerimónia mais solene organizada por estas confrarias, todavia, todas as quartas-feiras eram providenciadas outras cerimónias.⁸² Nestes dias, organizavam-se não só procissões, como também cerimónias, pregações e celebravam-se os ofícios religiosos.

Conjuntamente com a confraria de Santa Maria Madalena do Monte, a Santa Casa de Braga organizava procissões a favor do tempo, de modo a obter condições climatéricas favoráveis às plantações e colheitas.⁸³ Estas cerimónias ocorriam geralmente no outono e na primavera, podendo ser também celebradas nas épocas secas.

A Misericórdia de Braga comemorava ainda outros cultos, com especial destaque para o Santíssimo Sacramento, o Espírito Santo, a devoção de S. João de Deus, de S. Bento, de Santo António, de S. João de Marcos, reservando um espaço de devoção para as almas do Purgatório.⁸⁴

De modo a acentuar a grandiosidade destas festividades, a Santa Casa acompanhava estas celebrações com música, traduzindo o esforço que a confraria votava nestes dias. Para além de assumirem um importante papel para a sociedade, estas celebrações assumiam um papel de relevo para a irmandade, pois representavam um mecanismo de se dar a ver à comunidade e de por ela ser julgada

⁸² Castro, Maria de Fátima, «Devoções ligadas à Igreja da Misericórdia e Sé Primaz de Braga», in *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso...*, p. 164.

⁸³ Castro, Maria de Fátima, «devoções ligadas à Igreja da Misericórdia e Sé Primaz de Braga», in *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso...*, p.187.

⁸⁴ Machado, Manuela, «Festividades e devoções na Misericórdia de Braga em torno do culto a S. João Marcos (século XVIII)», in *Interconexões Revista de Ciências Sociais*, Vol.1, nº1, 2013, p. 86.

Capítulo III

Uma experiência de trabalho: o arquivo, biblioteca e a exposição

1. Os propósitos iniciais

O último capítulo deste trabalho refere-se ao período de estágio, que teve lugar no Arquivo Distrital e Biblioteca Pública da cidade de Braga. Ainda que inserido no âmbito de mestrado, este projeto enquadrava-se também nas celebrações dos 500 anos de existência da Misericórdia de Braga. De modo a celebrar o seu percurso existencial, foram organizadas várias iniciativas desde os começos de 2013, relembrando o valor desta instituição para a sociedade, ainda que, tivesse desempenhado diferentes papéis ao longo dos tempos.

Foi, sobretudo, a partir deste contexto que me foi facultada a possibilidade de realizar um estágio curricular. Embora estivesse inserido noutra plano, ajustaram-se as finalidades, isto é, enquadraram-se os objetivos da exposição com os propósitos do nosso trabalho, de modo a encontrar um plano comum que pudesse satisfazer todas as pessoas envolvidas.

Ainda que o nosso trabalho estivesse centrado na assistência ao longo da Idade Moderna, com particular destaque para o papel que as Misericórdias portuguesas desempenharam no auxílio aos mais necessitados, a exposição com vista à celebração dos 500 anos da Misericórdia de Braga, apresentava uma cronologia muito mais extensa, desde da data da sua fundação até aos dias de hoje. Ainda que mais abrangente, a exposição pretendia sublinhar a atividade assistencial desempenhada por esta instituição ao longo dos tempos, relembrando que ainda hoje executa um papel muito importante no âmbito social.

Deste modo, fui integrada num projeto que contava já com a participação de muitas outras entidades, como a Santa Casa da Misericórdia de Braga, o Arquivo Distrital e Biblioteca Pública da cidade de Braga, o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, CITCEM, o Conselho Cultural e o Departamento de História da Universidade do Minho.

Centrada na atividade assistencial desta confraria, a exposição enunciava também parte do património arquivístico e artístico da Misericórdia de Braga, relembrando o seu valor histórico, mas também e sobretudo a sua importância ao longo dos tempos, não só como instituição de assistência mas também como centro de poder, prestígio e riqueza.

De modo a demonstrar todos estes aspetos a exposição foi dividida em três importantes módulos: um arquivístico, um módulo bibliográfico, de modo a integrar os trabalhos feitos nos

últimos anos relativamente às Misericórdias portuguesas, e um módulo artístico, onde foram selecionados alguns objetos pertencentes à Santa Casa, para que se pudesse espreitar um pouco do passado histórico desta instituição.

Assente em três distintos pilares, os meus serviços foram solicitados apenas para duas componentes estruturais: a arquivística e bibliográfica. Ainda que os meus esforços estivessem centrados nestes dois objetivos, a sua concretização foi completada pela amabilidade dos funcionários que me receberam, e pela disposição que sempre me prestaram. Também as restantes entidades envolvidas no projeto, sempre se mantiveram por perto, de forma a orientarem-me para que pudesse corresponder aos objetivos por elas estabelecidos.

De maneira a integrar o projeto e a concretizar os objetivos finais, o período de estágio iniciou-se em agosto de 2013, sendo concluído em novembro do mesmo ano, aquando a inauguração da exposição.

Compreendido por quatro meses de trabalho, o período de estágio foi dividido em dois grandes propósitos: a revisão e análise do fundo arquivístico da Santa Casa da Misericórdia de Braga, depositado no Arquivo Distrital de Braga, e a pesquisa dos títulos bibliográficos referentes à História da Pobreza, Assistência e Caridade, com particular destaque para o papel que as Misericórdias portuguesas desempenharam enquanto instituições de auxílio aos mais pobres.

A primeira parte decorreu entre os meses de agosto e setembro, na qual foi feita a análise do acervo arquivístico da Santa Casa, de maneira a escolher os documentos que mais se enquadravam no objetivo da exposição. Constituído pelos meses de outubro e novembro, o segundo momento teve lugar na Biblioteca Pública de Braga. Nesta fase foram revistos e analisados vários artigos de revista e títulos bibliográficos, de modo a selecionarem-se os mais adequados para os nossos objetivos.

O estágio foi iniciado no primeiro dia do mês de agosto, onde me foram apresentadas as condições de trabalho, as instalações que me iam acolher nos próximos meses e os objetivos que tinham estipulado para o nosso trabalho. Deste modo, o diretor do Arquivo de Braga, Dr. António Sousa, concedeu-me total acesso ao Salão Paroquial, local onde se encontra guardado o fundo arquivístico da Santa Casa da Misericórdia. Para além do livre acesso, ofereceram-me um lugar cómodo, para que pudesse trabalhar confortavelmente, de maneira a concretizar os nossos objetivos. O arquivo da Misericórdia que se encontra guardado no Arquivo da cidade de Braga encontra-se praticamente todo inventariado e muito bem conservado.

Analisadas e selecionadas as fontes, sucedeu-se o segundo momento do nosso trabalho, a escolha dos títulos bibliográficos para a exposição. De maneira a concretizar as finalidades pretendidas, facultaram-me também um lugar próprio, na sala de leitura da Biblioteca Pública, para que trabalhasse em silêncio e comodamente. Destaco, no entanto, o carinho e atenção dos funcionários de toda a instituição pela amabilidade com que me receberam, sempre prontos a oferecer-me ajuda e orientação, apoio fulcral na análise, pesquisa e escolha do material para a referida exposição.

A primeira fase de trabalho enquadrou-se no horário de funcionamento do Arquivo Distrital da cidade de Braga, isto é, entre as 9h e as 12h, entre as 14h e as 17h, com a respetiva pausa para o almoço. A fase seguinte remeteu-se para o horário da tarde, trabalhando apenas entre as 14h e as 17h. Todavia, mais para a frente este horário foi estendido para as 18h, devido às novas alterações de abertura e encerramento das instituições públicas.

2. O fundo documental da Santa Casa da Misericórdia de Braga

Especialmente ao longo do Período Moderno, as Misericórdias detiveram um importante papel enquanto agentes de poder, assistência e sociabilidade, promovendo um sistema de auxílio aos mais necessitados, baseado na moral e doutrina cristã. Para além disso, o prestígio e a notoriedade que conheceram ao longo deste período, permitiu-lhes afirmarem-se enquanto fontes de poder, atribuindo-lhes ainda um forte dinamismo financeiro. Como gozavam de proteção régia, as Misericórdias rapidamente se expandiram no reino e império português, sublinhando assim, o seu papel enquanto principais instituições de assistência ao longo da Idade Moderna.

Atualmente estas confrarias afirmam-se não só nos contextos sociais e assistenciais, como representam um importante valor para a comunidade científica, pela riqueza informativa que guardam nos seus arquivos. No entanto, alguns deles encontram-se já estudados pelos investigadores das mais diversas áreas.

De acordo com os dados fornecidos pela União das Misericórdias existem, atualmente, setenta e seis arquivos de Misericórdias com documentação histórica, alguns dos quais, dispondo parte do seu património arquivístico à disposição dos arquivos locais a título de depósito. Estimulado sobretudo nos anos 90, este processo resultou de uma parceria com o

Estado Português, de maneira a identificar, valorizar e preservar estes patrimónios. Para além disso, este projeto pretendia facilitar as condições de acesso a todos os investigadores.¹

Apesar do esforço investido, no sentido de preservar e valorizar o património arquivístico das Santas Casas, existem ainda muitas confrarias que pela falta de condições não conseguem conservar os seus arquivos como queriam. Outras irmandades guardam estes acervos em locais pouco adequados à sua preservação, colocando em causa a qualidade das suas fontes arquivísticas.²

Atualmente, o fundo arquivístico desta confraria está guardado no Arquivo Distrital da cidade e na Santa Casa da Misericórdia, que preserva parte da sua documentação.

Todavia, para a seleção das fontes apenas me facultaram o acesso ao fundo documental depositado no Arquivo Distrital de Braga, não sendo possível no tempo disponível, analisar o fundo documental existente na Santa Casa da Misericórdia de Braga. O acervo guardado no Arquivo Distrital é constituído por 720 volumes, agrupado por termos e organizados por ordem cronológica. Este espólio documental encontra-se ainda dividido em nove categorias: os estatutos, os livros de termos ou atas, o livro de eleições e de aceitação de irmãos, os livros de assistência, os livros referentes ao culto e cemitério, património, vida interna, correspondência registada e, por fim, documentos sobre o recolhimento das Beatas do Campo da Vinha, estando, na sua maioria, trabalhado e inventariado, apresentando ainda, excelentes condições de preservação e conservação. Balizada entre o ano de 1531 e 1974³, nesta série documental destacam-se os compromissos (1618-1630), termos e atas (1558-1817), índice dos termos da Mesa e da Junta (1558-1817), índice dos termos da Junta (1586-1811), documentação sobre as eleições e aceitação de irmãos (1554-1961), documentação sobre as eleições (1647-1871) documentação sobre irmãos (1585-1942), documentação sobre os irmãos nobres (1818-1859), livros de missas dos irmãos (1711-1860), missas de obrigação (1547-1870), missas de legados (1655-1956), registo de sepulturas e termos (1552-1961), registos de legados (1729-1849), livros de prazos (1408-1844), copiadores de registos (1827-1972), livros de celeireiros (1643-1835), registo de resoluções e provisões régias (1617-1795), registo dos privilégios (1712-1830), índices de privilégios (século XVIII), livros de contratos (1630-1870), livros de receita e

¹ Para saber mais sobre este assunto, consulte-se Pedro, Penteadó, «A documentação acumulada nas confrarias e Misericórdias de Portugal: problemas e soluções», in *Oceanos*, nº35, 1998, p. 468.

² Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os arquivos das Misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação», in *Cadernos Vianenses*, nº 40, 2007, pp. 357-377.

³ Pedro Penteadó, «As Misericórdias: contributo para um guia dos arquivos», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, Centro de Estudos de História Religiosa, 2002, p. 150.

despesa (1508-1889), tombos de propriedades da Misericórdia e do Hospital de S. Marcos (1624-1742), inventários sobre os bens da Misericórdia e do Hospital de S. Marcos (1736-1794; s.d), documentação sobre dotes (1642-1802), regimentos dos capelães do coro (1746-1794), livros de devassas e visitas (1639-1800) regimentos e memórias (1746-1856), registo de correspondência (1863-1873), registo de ofícios expedidos e recebidos (1814-1863), copiadores gerais de correspondência (1863-1873), copiadores de correspondência expedida (1969-1974), registo dos ofícios expedidos (1839-1863). No campo da assistência estão ainda agrupados os livros dos pobres e dos expostos (1735-1870) e os livros dos presos (1740-1814). No que diz respeito à gestão das atividades hospitalares da Misericórdia de Braga é possível encontrar documentação referente aos projetos de reformas internas (século XX), as atas das reuniões da Comissão facultativa do hospital sobre o regulamento interno (1856), documentos sobre a reparação interna do edifício (1734-1880), e documentos relativos ao movimento de doentes (1617-1890).⁴ Este fundo contém ainda uma série documental sobre o recolhimento das Beatas do Campo da Vinha, constituído pelos estatutos (1746-1817), por um livro de eleições (1594-1606), inquéritos, visitas e devassas (1639-1800).⁵

Ainda que muito extenso, foi-me exigida a revisão de todo o fundo documental, de modo a recolher vários exemplares para colocar na exposição. Não me foram dadas limitações cronológicas ou temporais, apenas me disseram para recolher o máximo de informação de maneira a demonstrar não só a organização administrativa, financeira e assistencial da confraria, como também, um pouco do quotidiano desta irmandade. Mais do que exteriorizar a Santa Casa, a exposição pretendia valorizar o seu fundo documental, lembrando a comunidade da importância que os arquivos assumem para a comunidade científica. Todavia, ficou estipulado seleccionar cinco exemplares de cada categoria⁶, de diferentes épocas, de maneira a enriquecer a exposição e a demonstrar que a confraria teve sempre o cuidado de registar toda a sua dinâmica administrativa, financeira e assistencial. Para facilitar a pesquisa documental, demos prioridade aos documentos ilustrados, com tabelas ou listagens, pela sua fácil leitura, e, simultaneamente, por demonstrarem os cuidados com que os irmãos registavam toda a sua atividade. Para além disso, foi-me indicada a preferência por tabelas, listagens, assinaturas, imagens ou ilustrações,

⁴ Pedro Pentead, «As Misericórdias: contributo para um guia dos arquivos», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, Centro de Estudos Religiosos, 2002, p. 151.

⁵ Pedro Pentead, «As Misericórdias: contributo para um guia dos arquivos», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, Centro de Estudos Religiosos, 2002, p. 151.

⁶ Os estatutos, os livros de termos ou atas, o livro de eleições e de aceitação de irmãos, os livros de assistência, os livros referentes ao culto e cemitério, património, vida interna, correspondência registada e, por fim, documentos sobre o recolhimento das Beatas do Campo da Vinha.

por consistirem antes de mais, elementos de fácil identificação e leitura, e simultaneamente por se tornarem mais atrativos e cativantes, especialmente para a comunidade local. Deste modo, estabeleceu-se a escolha dos mais importantes exemplares para cada categoria, que representassem, se possível diferentes momentos históricos.

Apesar da simplicidade dos critérios de seleção, este trabalho de análise apresentou alguns obstáculos, relacionados não só com a qualidade das fontes, mas também, com a dificuldade em encontrar os documentos que se enquadrassem nos objetivos pretendidos. Ainda que tivesse de recolher um exemplar de cada categoria, a maior dificuldade deste trabalho esteve na seleção de documentos referentes às práticas de caridade da Santa Casa da Misericórdia. Embora, os documentos revistos correspondessem aos critérios de seleção, alguns deles encontravam-se muito fragilizados, correndo o risco de se deteriorarem ao serem usados na exposição. Assim, sucedeu com alguns livros de pobres, presos, doentes e expostos, negligenciados pelo tempo, confusos, com letras borratadas e manchadas, sendo difícil de analisar a informação que continham. Os poucos livros que se enquadravam nos critérios estabelecidos foram excluídos, pois a sua exposição podia colocar em causa a conservação dos próprios documentos. Nesta lista estão incluídos os seguintes exemplares: o livro das missas da casa (1634-1635), o 6º livro dos contratos (1677-1688), o 15º índice geral do 1º e 2º livro dos contratos da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Braga, e o 1º livro dos juros, foros e propriedades do Hospital de S. Marcos desta cidade de Braga (1508-1635). De modo a evitar situações semelhantes, debateram-se algumas soluções, como a fotografia, de maneira a evitar a exposição dos documentos mais frágeis que, no entanto, pela sua riqueza informativa, deviam constar na exposição. Era importante dar a conhecer, mas nunca expor os documentos a uma situação que os prejudicasse. Esta noção simples que todos os historiadores possuem, esteve, desde de sempre, presente em todos os momentos do meu trabalho.

A a necessidade de rever documento por documento obrigou-se a alargar o meu prazo de trabalho para que pudesse concretizar os meus objetivos dentro do tempo previsto. Para além disso, foram revistos vários livros e documentos que não correspondiam ao que procurávamos, o que dificultava todo este processo. Depois de muito trabalho, foram escolhidos os exemplares que de uma maneira ou de outra correspondiam ao que pretendíamos, todavia, de forma a facilitar a análise documental, acrescentaram-se novos documentos que embora não tivessem imagens, listagens ou ilustrações, eram de fácil leitura e compreensão, podendo constar na exposição. A seguinte lista agrega todos os documentos de fácil leitura. Constan

neste módulo: o 2º livro do copiador da Misericórdia (1863-1873), o 6º livro das demandas (1774-1793), o 9º livro das contas da mordomia da casa (1848-1849), o 49º livro da cobrança do celeiro (1710-1711), o 54º livro do celeiro da Santa Casa da Misericórdia (1717-1718), o 58º livro do celeiro (1721-1722), o 61º livro do celeiro da Santa Casa da Misericórdia (1724-1725), o 63º livro do seleiro da Santa Casa da Misericórdia (1726-1727), o 67º livro do celeireiro (1731-1732), o 71º livro do celeiro (1736-1737), o 73º livro do celeiro (1739-1740), o 78º livro do celeiro (1746-1747), 80º livro do celeiro (1747-1748), 84º livro do celeiro (1751-1752), o 97º índice dos livros pertencentes ao celeiro da Santa e real Casa da Misericórdia (1835), o 5º livro do tombo do Hospital de S. Marcos (1693), o 8 livro 2º do tombo (1719), o 1º índice dos títulos e propriedades desta casa (S/data), o 2º índice dos títulos do Hospital (1707-1755), o 10º livro de prazos – livro 6º (1746-1754), o 17º livro nº3 dos prazos (1630-1688), o 21º livro – Prazos (1798-1808), o 22º livro nº 8 – Prazos (1814-1830) e o 11º livro para o recibo das guisamentos da igreja, capela das almas e cemitério do Hospital de S. Marcos desta cidade de Braga (1815-1870). Por constituírem elevado número, mas por se apresentarem em bom estado de conservação e de fácil leitura, fazem ainda parte desta listagem todos os livros da subcategoria legados pios (1751-1849). No campo das listagens e assinaturas foram agregados os seguintes exemplares: o 1º livro dos termos (1558-1596), o 4º livro dos termos (1645-1653), o 5º livro dos termos (1653-1661), o 6º livro dos doentes que se curaram na santa da enfermaria (1691-1693), os volumes relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira (1782), proposta sobre os dotes de Pedro Aguiar e de sua mulher Mana Vieiral (1803-1804), dotes de Pedro Aguiar a receber (1817), dote de Pedro de Aguiar a receber no ano de 1818 (1817), como se mostra habilitada Luisa Marques (1831), o 66º livro do celeireiro da Santa Misericórdia (1729-1730), o 69º livro do celeireiro (1733-1734), o 71º livro do celeiro (1736-1737), o 74º livro do celeiro da Santa Misericórdia (1739-1740) e o 84º livro do celeireiro (1751-1752). No critério ilustrativo constam os seguintes exemplares: o 1º livro das eleições e aceitação dos irmãos (1554-1604), o 2º livro dos irmãos (1585-1711), o 6º livro 5º das eleições (1635-1691), o 8º livro dos irmãos da santa Misericórdia (1694-1760), o 10º livro das eleições de novos irmãos (1727-1793), o 12º livro do juramento para os novos irmãos desta real casa da santa Misericórdia (1794-1832), o 12º livro dos assentos das missas dos irmãos defuntos (1808-1829), o 3º livro das missas de Santo António do Campo dos Touros (1794-1764), o 2º livro antigo das missas da casa (1617-1632), o 4º livro das missas que esta santa casa da Misericórdia tem de obrigação mandar dizer em cada um ano (1652-1751), o 5º livro das

obrigações de missas (1789-1789), o 6º livro dos legados das missas do hospital de S. Marcos (1798-1838), o 7º livro das missas de obrigação de capelas e sepulturas – estatutos desta santa casa (1591-1645), o 8º livro em que estão carregados os testamentos e capelas desta Santa Casa da Misericórdia de Braga (1642-1682), o 10º livro das missas dos pobres (1747-1793), o 13º livro dos legados de missas (1831-1837), o 1º livro de legados (1655-1656), o 2º livro de legados (1656-1657), o 13º livro de legados (1674-1678), o 1º livro das sepulturas e termos (1552-1691), o 1º livro dos dotes do falleiro (1642-1798), o 4º livro 1º - translados de prazos (1720-1814), o 3º livro das propriedades da casa (1625-1628), o 4º livro do tombo das propriedades pertencentes à casa do Hospital de S. Marcos, gafarias e outros bens a eles pertencentes (1630), o 5º livro do tombo do Hospital de S. Marcos (1693), o 6º livro 3º das propriedades da casa (1711), o 7º livro 1 do tombo (1715), o 8º livro 2º do tombo (1719), o 9º livro do tombo dos RR, PPR, capelães de S. João Marcos (1742), o 1º livro do copiador nº1 – inventário das rendas e foros do Hospital de S. Marcos (1827-1834), o 1º livro do inventário de todos os bens e roupas deste Hospital e de tudo o que se entrega aos enfermeiros mores e menores (1736-1737), o 2º livro dos inventários anuais dos bens móveis e fábrica do hospital (1751-1794), o 3º livro de inventário de todos os bens móveis pertencentes à Santa Casa da Misericórdia da cidade de Braga (1752), o 1º livro para as contas do celeiro (1643-1644), o 2º livro do celeiro da Santa Misericórdia (1650-1651), o 3º livro do celeiro da casa da Santa Misericórdia (1651-1652), o 7º livro para o celeiro da Misericórdia da cidade de Braga (1656-1657), o 8º livro para o celeiro da Santa Misericórdia da cidade de Braga (1657-1658), o 22º livro da Santa Misericórdia do celeiro dela (1675-1676), o 26º livro do celeiro da Casa da Santa Misericórdia (1683-1684), o 27º livro do celeiro da Casa da Santa Misericórdia desta cidade de Braga (1684-1685), o 28º livro do celeiro da Casa da Santa Misericórdia desta cidade de Braga (1685-1686), o 29º livro do celeiro da Casa da Santa Misericórdia da cidade de Braga ((1685-1686), o 30º livro do celeiro da Casa da Santa Misericórdia desta cidade de Braga (1686-1687), o 32º livro do celeiro da Casa da Santa Misericórdia da cidade de Braga (1688-1693), o 48º livro da cobrança do celeireiro (1709-1710), 50º livro da Santa Misericórdia (1713-1714), o 61º livro do celeiro da Santa Misericórdia (1724-1725), o 63º livro do celeiro da Santa Misericórdia (1726-1727), o 64º livro do celeireiro da Santa Misericórdia (1727-1728), o 65º Livro do Celeireiro da Santa Misericórdia (1728-1729), o 92º livro das medidas que pagam no celeiro (1819-1869), 96º índice do celeiro dos preços do pão (1756), o 6º livro dos privilégios (1793-1829), o 3º livro dos contratos (1653-1679), o 13º livro de contratos da real Casa da

Misericórdia (1793-1861), o 14º livro dos contratos do legado de José Joaquim Fernandes (1835-1870), o 4º livro do recebimento das esmolos da confraria da Santa Misericórdia desta cidade de Braga (1584-1597), o 5º livro do recebimento das esmolos juro e todo o mais que em dinheiro se recebe nesta Santa Casa da Misericórdia (1597-1605), o 6º livro do recebimento (1615-1727), o 9º livro dos juros (1643-1649), o 18º livro do registo dos consentimentos (1747-1851), o 19º livro das despesas (1757-1792), o 12º livro do recibo e da despesa dos mordomos (1651-1660), o 5º livro dos salários (1820-1868), o 6º livro da contagem do coro (1820-1880), o 1º livro das provisões da casa e do hospital (1617-1774), o 1º livro das eleições de capelães e beatas e o rendimento de medidas e dinheiro o qual fica à Casa da Santa Misericórdia (1594-1606), e o 4º livro dos estatutos e instituição do recolhimento de santo António das Beatas para o uso da Mesa (1816-1817). Apesar de não se enquadrarem nos critérios de escolha, pela importância que assumem para a Misericórdia de Braga, foram ainda escolhidos os estatutos (1618-1625) e o compromisso (1628-1630). Depois de selecionados, criamos uma tabela com os dados recolhidos, entregue posteriormente aos funcionários do Arquivo Distrital de Braga, e docentes da Universidade do Minho envolvidos neste projeto.

Ainda que tivessem sido selecionados vários exemplares, representavam uma minoria daquilo que o fundo arquivístico da Santa Casa representa. No entanto, porque alguns documentos encontravam-se muito fragilizados, a lista de exemplares foi reduzida para mais de metade, constituindo apenas uma pequena parcela da documentação trabalhada.

Ajustados estes pequenos detalhes, a exposição começou a ganhar forma, sendo no entanto, constituída pelos seguintes exemplares arquivísticos: o compromisso da Misericórdia de Braga (1628-1630), o livro da fundação da casa nova da Santa Misericórdia desta cidade de Braga – 1º livro dos termos (1558-1596), livro dos irmãos (1585-1711), o livro da eleição do Arcebispo Dom Frei Caetano Brandão para irmão da Santa Casa da Misericórdia – livro das eleições de novos irmãos (1727-1793), o livro dos irmãos nobres – 2º caderno (1818-1859), o livro dos doentes que se curaram na Casa da enfermaria e gálico do ano de 1691 até 1693, o livro antigo das missas da Casa (1617-1632), o livro das missas dos pobres – Este livro é para se lançarem certidões das missas dos pobres (1747-1793), o livro dos legados (1764-1842), João Baptista intitulado das Beatas de Santo António do Campo da Vinha que deixou à Misericórdia várias propriedades pela referida instituição (1594), livros para as contas do celeiro (1643-1652), livro do celeiro da Santa Misericórdia (1740-1793), Livro dos contratos da Santa Casa da Misericórdia (1740-1793), livro dos juros, foros e propriedades do Hospital de São

Marcos desta cidade de Braga (1508-1635), livro da contagem do coro (1820-1880), livro das visitas do Hospital e Beatas e da Casa e termo dela (1639-1684), estatutos para o recolhimento de Santo António das Beatas do Campo da Vinha (1746-1747) e os estatutos e instituição do recolhimento de Santo António das Beatas para o uso da Mesa (1816-1817). Os documentos expostos corresponderam, na totalidade, aos critérios de escolha, contudo, ao contrário do objetivo inicial, onde se esperava a exposição de mais documentos, foram exibidos apenas os possíveis, de acordo com as restantes componentes que integravam a exposição e com o espaço disponível. Apesar do limitado espaço para tão grande espólio, ainda assim foi possível colocar pelo menos um exemplar de cada categoria, existindo, no entanto, casos em que foram colocados vários exemplares de uma única categoria. Seguindo a ordem do catálogo, de modo a representar a série dos estatutos foi selecionado o *Compromisso da Misericórdia de Braga*, por apresentar um grande valor para esta confraria. No caso dos *livros dos termos ou atas*, como exemplar surge o 1º livro dos termos (1558-1596). Na série *eleições e aceitação de irmãos* foram selecionados vários exemplares, nomeadamente, o livro dos irmãos (1585-1711), livro das eleições dos irmãos (1727-1793) e o livro dos irmãos nobres (1818-1859). Em termos de *assistência* o exemplar recaiu sobre o livro dos doentes que curaram na enfermaria e gálico do ano de 1691 até 1693, Na categoria *culto e cemitério* foram selecionados os seguintes exemplares, o livro antigo das missas da casa (1617-1632), este livro é para se lançarem certidões das missas dos pobres (missas dos pobres, 1747-1793) e os legados de 1764-1842. Os exemplares selecionados para a série *património* são os seguintes, João Baptista intitulado das Beatas de Santo António do Campo da Vinha que deixou à Misericórdia várias propriedades pela referida instituição (1594), livro para as contas do celeiro (1643-1652), livro do celeiro da Santa Misericórdia (1711-1712), o livro 2 dos contratos da Santa Casa da Misericórdia (1740-1793), livro dos juros, foros e propriedades do Hospital de São Marcos desta cidade de Braga (1508-1635) e o livro da contagem do coro (1820-1880). O livro das visitas do Hospital e Beatas da Casa e do Termo é o único exemplar da série documental *vida privada*. Não existem exemplares relativos à correspondência registada, no entanto, foram ainda compilados para a última série, isto é, *recolhimento das Beatas do Campo da Vinha*, os seguintes exemplares, estatutos para o recolhimento de Santo António das Beatas do Campo da Vinha (1746-1747) e por fim, os Estatutos e instituição do recolhimento de Santo António das Beatas para o uso da Mesa (1816-1817).

Na segunda fase de estágio realizou-se a inventariação de uma série documental, não estudada, pertencente à Misericórdia de Braga. Esta breve experiência foi fundamental para mim, pois revelou-se num momento de profunda aprendizagem, onde tive a possibilidade de melhorar as minhas técnicas de investigação e conhecimento sobre os arquivos. Ainda que não correspondesse a um acervo documental do Período Moderno, esta experiência não podia deixar de ser registada, uma vez que representou um grande esforço para mim. Esta série documental pertencia ao século XX, especialmente à sua segunda metade, o que me permitiu conhecer a sua evolução através do tempo, estabelecendo um paralelo entre as formas de assistência da Idade Moderna, do Período Contemporâneo, até aos dias de hoje. As referidas tarefas decorreram também no Arquivo Distrital de Braga com a ajuda e colaboração de uma colega de mestrado, Angélica Rodrigues, para além do apoio dos vários funcionários desta instituição, que sempre se mostraram disponíveis a tirar-me dúvidas e a orientar-me pelo melhor caminho. Para melhor realizar os objetivos estabelecidos, providenciaram-me as melhores condições de trabalho, num espaço próprio e adequado a para esta função. Após uma primeira análise, dividi a série documental em dois grandes grupos: um constituído por documentos pertencentes à Santa Casa, e outro grupo composto pelo arquivo pessoal de D. Arminda Ribeiro da Cunha Veiga. Depois de uma cuidada pesquisa, estabeleceu-se a relação entre estas duas séries documentais, chegando-se à conclusão que D. Arminda foi uma das muitas benfeitoras da Santa Casa da Misericórdia de Braga, onde praticou caridade amiudadamente ao longo da sua vida.

Depois de dividida em dois grupos, analisou-se cada um. O primeiro grupo foi dividido em duas subséries: um correspondente à administração interna da Santa Casa, e o outro referente ao hospital de S. Marcos.

Por fim, estabeleceu-se uma cronologia, concluindo que todos os documentos pertenciam ao século XX, mais concretamente entre as décadas de 1930 e 1960 (1936-1968). Todavia, este grupo de documentos era bastante heterógeno, sendo constituído por assuntos de natureza administrativa, financeira e assistencial. Todavia, analisaram-se, primeiramente, os documentos assistenciais.

Os primeiros documentos analisados foram os inquéritos de assistência social, encontrados neste espólio documental, onde, a maioria dos requerentes procuravam obter uma nova habitação no bairro da Santa Casa da Misericórdia. Tratavam-se de documentos bastante ricos em informação, que nos permitiram, por um lado, reconhecer a importância que o sistema de assistência da Misericórdia de Braga representava para a população deste período, e por

outro lado, foi-nos possível conhecer a identidade e passado das pessoas em questão. Isto é, o seu estado civil, a sua morada, o seu agregado familiar, as suas condições de higiene e habitacionais, e as razões que os conduziram a solicitar uma habitação no bairro da Santa Casa.

Datados entre 1950 e 1959, seguem-se os requerimentos de arrendamento, que do mesmo modo que a documentação anterior, forneceram importantes dados sobre os seus solicitadores. Ainda assim, o seu propósito difere dos inquéritos de ação social, pois serviam como atestados de pobreza. A pasta dos requerimentos contém cerca de trezentos e vinte documentos, organizados em dois importantes grupos: os requerimentos simples, constituídos apenas por um documento, e os processos mais completos, isto é que integram outros documentos, como as declarações de ordenado e os atestados de pobreza. Seguindo esta ordem, foram estudados os contratos de arrendamento, correspondentes à década de 1950, mais concretamente aos anos de 1950 e 1959. Depois de separados, verificamos uma semelhança com a documentação anterior. Este cruzamento de dados permitiu-nos concluir que alguns dos pedidos foram não só atendidos pelo provedor da Santa Casa, como também, foram facultadas as habitações que os solicitadores desejavam.

Todavia, a documentação encontrada enquadra-se no contexto político e social português pós II Guerra Mundial, no qual o Estado português incentivou à construção de bairros de ação social por parte das Misericórdias. Dados os seus elevados custos, a Misericórdia de Braga viu-se forçada a vender algumas propriedades, de modo a obter os rendimentos necessários para a concretização deste projeto. Para além das habitações, o projeto incluía a construção de uma escola, destinada às crianças que habitavam o próprio bairro, mais tarde complementado por um parque infantil e uma capela. As candidaturas para a obtenção de uma habitação no Bairro da Misericórdia foram abertas em 1950 e, apesar de privilegiarem os mais carenciados, como comprovam os vários atestados de pobreza, a escolha dos novos moradores assentava noutros importantes critérios, nomeadamente religiosos, civis, morais e familiares (o número de filhos por casal).⁷

Seguem-se os termos de vistoria, que ao contrário dos documentos anteriores, continham pouca informação. Assim, não foi possível estabelecer um cruzamento de dados com a documentação anterior. Para além disso, foi impossível reconstruir a regularidade com que ocorriam estas inspeções. Esta categoria é constituída por um número muito reduzido de

⁷ Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos », in Capela, José Viriato, Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 73-76.

documentos, sem informação cronológica. Todavia, tomamos conhecimento da vistoria feita à casa de Manuel Sampaio e António Carvalho, ocorridas em 1958. Poucas informações se registaram em relação à primeira, o que nos indica que o inclino respeitava o regulamento e mantinha a habitação em boas condições. O mesmo não sucedeu com a segunda, cujo inspetor anotou algumas infrações, como uma bacia partida e uma torneira desaparecida, sublinhado a responsabilidade do inclino na sua reparação. Como não existia muita informação relativa a este assunto, concluímos que as inspeções eram esporádicas, ocorrendo em casos de queixas, de desconfianças por parte dos vizinhos e ou do provedor.

Em modo de conclusão, mas ainda inserido neste contexto, surgem as revogações de contratos, datadas entre 1955 e 1959, nas quais alguns moradores do bairro expressam a sua vontade em abandonar o bairro. São documentos com pouca informação, não nos permitindo conhecer as razões que levaram estes agregados familiares a abandonar as suas habitações no bairro da Santa Casa da Misericórdia.

Os documentos seguintes inserem-se num novo contexto, a dinâmica financeira e patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Este grupo é constituído por diversas contas de gerência, compreendidas entre 1934 e 1960. Muito importantes, estes documentos permitem-nos conhecer a forma como a Santa Casa e o hospital de S. Marcos administravam as suas propriedades, através da discriminação de todos os movimentos financeiros verificados nos anos referidos. Estes documentos forneceram-nos informações sobre o conjunto de despesas e receitas da Santa Casa, especialmente do hospital de S. Marcos, com particular as suas fontes de rendimento, e as suas despesas no setor da assistência, saúde e corpo de trabalhadores. Pelo menos até meados de 1948, as contas de gerência incluíam os orçamentos (ordinários e suplementar). Todavia, a partir desta data, as contas de gerência dividiram em dois blocos, fornecendo mais informação sobre estes movimentos. A partir de 1948 verificou-se uma frequência maior na elaboração dos orçamentos suplementares, de maneira a contabilizar gastos adicionais que não constavam nos livros anteriormente elaborados. Os dados obtidos nestes livros eram analisados em conformidade com os resultados dos anos anteriores, de modo a estabelecer um cruzamento de informação e evolução dos mesmos. As contas de gerência permitiram-nos ainda conhecer as fontes de rendimento da Santa Casa ao discriminarem todo ao seu património móvel e imóvel, isto é, os dinheiros que circulavam dentro da instituição, as heranças, os dotes, os legados, as habitações e respetivos recheios. O primeiro orçamento suplementar foi enviado 1948, agregando uma série de documental que nos permitiu conhecer

a gestão financeira do hospital de S. Marcos. Do mesmo modo que a documentação anterior, são fornecidos dados minuciosos entre o conjunto de receitas e despesas da instituição relativamente aos doentes e tratamentos médicos, como medicamentos, com o equipamento hospitalar, com o corpo de trabalhadores, vestuário e a alimentação do hospital.

O primeiro orçamento ordinário encontrado neste espólio documental, inscrito em livro próprio, surge, no entanto, em 1949, não se distanciando dos restantes. Tratava-se, porém, de um documento mais minucioso que os anteriores, pois para além das informações fornecidas anteriormente, compila um conjunto de importantes dados sobre os custos e gastos da farmácia do hospital de S. Marcos. A partir de 1949 até meados de 1960 as contas de gerência e os respetivos orçamentos passam a ser enviados anual e individualmente ao Estado português. A partir de 1960 deixam de existir dados referentes às contas de gerência mas permanece, no entanto, até meados de 1968, o envio dos orçamentos (complementar e ordinário). Apesar de importantes, estes documentos não foram os únicos a facultar informação sobre a gestão do hospital de S. Marcos. Os mapas estatísticos, datados de 1955-57, dispensam dados desta natureza. Para além de fornecerem informação sobre o funcionamento administrativo do hospital, estes mapas são também bastante esclarecedores no que diz respeito às ações de beneficência, sobretudo no tratamento dos doentes e cuidados médicos. Facultavam ainda dados importantes sobre o seu corpo de trabalhadores, isto é, os médicos, enfermeiros, e outros funcionários e o número de estudantes que frequentavam a escola de enfermagem. Para além disso, indicam-nos os números de consultas, as especialidades médicas e os tratamentos de doentes ao domicílio. As despesas permanecem sempre presentes, apontando os gastos evidenciados na compra de alimentos, vestuário e medicamentos.

Todavia, foram analisados os projetos de modificação das enfermarias do hospital de S. Marcos, cujas obras foram iniciadas em 1953. Esta série documental é composta por uma grande variedade de documentos, que nos permitiu, conhecer os projetos de modificação e ampliação das enfermarias, e o seu tipo de despesas. Assim, esta série documental contém, uma quantidade variável de recibos e faturas, indicativos dos tipos de materiais comprados para as obras e utilizados nas mesmas, as declarações de pagamentos (funcionários do hospital e operadores de obras). Para além disso, anexavam autorizações, que legitimavam o funcionamento da nova enfermaria e a transferência dos médicos, enfermeiros e doentes para as novas instalações.

A seguinte série documental anexa, em primeiro lugar, uma variedade de queixas e avisos, em segundo lugar, um conjunto de declarações, e por fim, um conjunto de documentos a que demos o nome de “arrendamento de componentes”⁸. Como não existia uma categoria específica, estes documentos foram compilados numa mesma pasta. Ainda que não exista uma relação direta entre estes documentos, pertencem à década de 50 (1950-1955). A subsérie documental “arrendamento de componentes” é constituída por onze documentos, no entanto, apenas estava devidamente preenchido, indicando-nos que um morador do bairro da Santa Casa tinha arrendado um par de torneiras. As declarações de vencimento pelas semelhanças que apresentavam com outros documentos, possivelmente faziam parte de alguns requerimentos à Santa Casa da Misericórdia de Braga. Por fim, segue-se a subsérie constituída por queixas dos moradores e pelos membros da confraria, com especial destaque para a o provedor da Santa Casa. No ano de 1953 Manuel Rodrigues manifestava o seu desagrado ao provedor da Santa Casa, relativamente aos abusos e a violência que os moradores do bairro da Santa Casa exerceram sobre a sua esposa e filhas. Ainda no mesmo ano, Adelaide Sousa, moradora do bairro da Santa Casa, foi reportada ao provedor como uma mulher violenta que não só criava tumultos constantes com os seus vizinhos, como também, era uma mulher violenta com a sua própria mãe. Dois anos depois, em 1955, o provedor da Santa Casa manifesta o seu descontentamento face aos moradores do bairro da Santa Casa, aconselhando Augusto a transferir o seu galinheiro para uma área mais adequada. Ainda inserida nesta subsérie documental, surgiu um pedido de transferência de habitação, no qual se solicitava uma nova habitação no bairro da Santa casa, todavia mais adequada a um agregado familiar em crescimento. Não existe, no entanto, registo de qualquer resposta por parte do provedor da Santa Casa.

Como já foi dito, o segundo grande grupo era constituído pelo arquivo pessoal de D. Arminda Ribeiro da Cunha Veiga, um verdadeiro achado neste processo de investigação. Esta senhora, apesar de nunca ter contraído matrimónio, manteve relações muito próximas com a Misericórdia de Braga, delegando-lhe parte do seu arquivo pessoal e fortuna após a sua morte. Pela sua dimensão, e simultaneamente, pela sua importância, este arquivo foi dividido em dois importantes módulos; separamos os documentos pessoais de D. Arminda dos restantes, de maneira a compreender melhor este acervo documental. Este último, Assim, classificado como

⁸ Como não existe conformidade entre os materiais arrendados, estabeleceu-se, para este critério, a escolha de um título amplo. Refere-se, no entanto, ao arrendamento de torneiras e outro tipo de utensílios.

Os legados deixados por D. Arminda à Santa Casa, agregava um conjunto de autorizações e declarações que concediam à Misericórdia o direito de administrar a heranças delegadas por D. Arminda. Para além disso, era também constituído por vários documentos que sublinhavam as obrigações fúnebres que esta confraria devia respeitar após a sua morte. A Misericórdia recebeu parte da sua fortuna, todavia ficou ainda responsável pelas suas cerimónias fúnebres. Nesta série documental encontram-se ainda autorizações e declarações que atestavam a vontade do provedor em vender algumas das propriedades adquiridas. Para além disso, é constituída por um inventário onde constam todos os bens recebidos pela Santa Casa, as habitações e recheios recebidos. Encontram-se ainda outros documentos que atestam a atribuição de terras e joias, ao que se encontrava anexado uma autorização que permitia a administração destas heranças. Esta pasta compila ainda recibos dos gastos do funeral da benfeitora, ofícios religiosos, e esmolas.

Os documentos referentes ao arquivo pessoal de D. Arminda encontravam-se em mau estado, desorganizados, e sem elos de ligação. Construir e analisar esse arquivo, foi sem dúvida, o passo mais interessante deste projeto. Este acervo documental deu-nos informação sobre a sua família e amigos, com particular destaque para Carolina Rodrigues, com quem manteve relações muito próximas ao longo da sua vida. Apesar de residir em Espinho, D. Arminda manteve-se sempre presente na confraria de Braga, uma relação estimulada pelo seu pai, Manuel Ribeiro da Cunha Veiga. Esta pasta contém vários documentos pessoais, como o seu bilhete de identidade, a caderneta do banco, a caderneta predial e, seguros referentes ao seu trabalho, aos transportes e incêndios. A par destes documentos foram ainda encontrados vários recibos de pagamentos, de depósitos, declarações, certidões de óbito, contratos de arrendamentos, autorizações, inventários, e vários documentos de natureza judicial. Encontraram-se várias correspondências, especialmente trocada com os seus familiares, e o seu médico, quando D. Arminda se encontrava fora do país. Através do seu bilhete de identidade ficamos a saber que esta benfeitora nasceu em 1879. A este fundo foi ainda adicionado o testamento de D. Arminda, o que nos forneceu informações sobre o seu património e os seus últimos desejos antes de morrer. Assim, a par de toda esta informação, Neste documento, a benfeitora nomeou responsabilidades e herdeiros, dividindo o seu património com a Santa Casa da Misericórdia e o hospital de S. Marcos.

3. As tarefas desenvolvidas na Biblioteca Pública de Braga

A terceira parte do estágio iniciou-se em meados de setembro e prolongou-se pelo mês de outubro, sendo concluída, nos inícios do mês de novembro, aquando a abertura da exposição. O principal objetivo deste trabalho consistia na análise de um conjunto de revistas, com vista à seleção de vários artigos sobre a Misericórdia de Braga, de maneira a enriquecer e complementar a informação presente na exposição.

Este trabalho foi também pautado por critérios de seleção, que impunham uma cuidadosa análise de todas as revistas, de forma a escolher os artigos sobre Misericórdias, principalmente sobre a Santa Casa de Braga. Por ser impossível no tempo existente rever todas as revistas, demos preferência às seguintes: *Bracara Augusta*, *Mínia*, *Cadernos do Noroeste*, *N. W. Revista de História*, *Análise Social*, *Ler História*, *Lusitânia Sacra*, *Revista de História*, *Sociedade e Cultura*, *Misericórdia de Braga*, *Revista da Faculdade de Letras-história*, *Penélope*, *A Cidade de Évora*, *Revista Portuguesa de História*, *Revista das Ideias*, *Oceanos*, *Revista de Ciências Históricas*, *Estudos Regionais e Cadernos Vianenses*. Todavia, nem todos os exemplares estavam digitalizados, o que nos obrigou a proceder manualmente à pesquisa, o que dificultou o nosso trabalho, exigindo um esforço maior e mais apurado na concretização dos nossos objetivos finais, pois muitas destas revistas eram constituídas por diversos volumes.

Ao contrário do que sucedeu no Arquivo, cujos documentos selecionados pretendiam espelhar um pouco do quotidiano da Misericórdia, no trabalho de biblioteca foram encontrados vários artigos enquadrados no tema da exposição, o que nos obrigou a estabelecer novos critérios, de maneira a selecionar os temas que abordassem sobretudo a história da Santa Casa de Braga. Na lista de revistas analisadas apenas a *Revista de História das Ideias*, não apresentava qualquer artigo relacionado com os critérios de seleção. Todavia, as restantes forneciam vários artigos sobre o tema, mas não só, também se encontravam alguns trabalhos sobre as Misericórdias da região minhota, do reino e império português. Finalizada a pesquisa, elaborou-se uma lista de referências que posteriormente foi entregue ao diretor da Biblioteca, aos docentes da Universidade do Minho e ao Conselho Cultural, de modo a procederem à última triagem dos artigos, selecionando os títulos de maior valor para a exposição. Nesta lista foram compilados os artigos da autoria de Laurinda Abreu, Alberto Abreu, Maria Albuquerque, Inês Amorim, Marta Lobo, Sílvia Araújo, Caio Boschi, José Branco, Mariano Cabaço, Joaquim Caetano, Maria Cardoso, Maria Carmelita, Fátima Castro, Torcato Correia, Jorge Coutinho, Margarida Durães, Túlio Espanca, Alexandra Esteves, Fátima Farriga, Mário Fatela, Juliana

Guimarães, Maria Antónia Lopes, Isabel dos Guimarães Sá, José Loureiro, António Macedo, José Marques, Victor Melícias, Nuno Monteiro, Pedro Penteado, Juliana de Mello Moraes, Manuel Moreira, Humberto Moreno, José Ribeiro, Maria Reis, Anabela Ramos, Bernardo Reis, Manuel Serra, Joaquim Serrão, Ana Silva, Augusto Silva, Ivo Carneiro de Sousa, Nuno Teixeira, entre muitos outros autores. Dos cento e sete artigos selecionados apenas alguns exemplares puderam constar na exposição. Limitados ao espaço existente, alguns dos artigos selecionados não puderam constar na exposição, ainda que enquadrados no tema da mesma.

Para além da informação, também foram escolhidos artigos enriquecidos com imagens e ilustrações, de maneira a facilitar a leitura e compreensão dos visitantes. Neste sentido, deu-se primazia aos artigos que se encontravam na revista *Oceanos*, sobretudo à edição especial sobre as Misericórdias portuguesas⁹, por conter vários estudos sobre estas irmandades e, por se encontrar enriquecida por ilustrações sobre este tema.

Os estudos presentes no volume nº35 da revista *Oceanos*, intitulado *Misericórdias, Cinco Séculos*, inserem-se no contexto da história das Misericórdias, todavia, para esta exposição foi selecionado o artigo de Ivo Carneiro de Sousa, *Da fundação e da Originalidade das Misericórdias Portuguesas (1498-1500)*, por se apresentar como um ponto de partida nesta cronologia sobre o passado histórico destas confrarias. Os restantes artigos selecionados não eram tão ricos em termos ilustrativos, contudo, forneciam informações preciosas relativamente às Misericórdias Minhotas, com particular destaque para a Misericórdia de Braga.

Para além da seleção dos artigos de revista, o trabalho de biblioteca passou também pela escolha de diversos títulos bibliográficos sobre a Misericórdia de Braga. À semelhança do que sucedeu com o trabalho anterior, também se aceitavam livros que trabalhassem outros Misericórdias, desde que se estabelecesse uma relação com o tema da exposição.

Esta segunda fase de trabalho incluía a revisão de vários títulos bibliográficos disponíveis na Biblioteca Pública de Braga e na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva. De modo a simplificar este trabalho, foi-me facultada uma lista de títulos para melhor me orientar e conhecer o tipo de investigações publicadas em ambas instituições. Este trabalho foi feito sobretudo através da internet, através de uma pesquisa extensiva, formando-se depois uma lista onde constavam todos os exemplares colocados na exposição.

Mais uma vez, destacaram-se os livros referentes à Misericórdia de Braga, encontrando-se, todavia, outros que trabalhavam os temas da assistência e caridade, para além de outras

Santas Casas, pois todas partilham o mesmo passado. Para além disso, encontravam-se livros que se centravam não só na Idade Moderna como também Contemporânea, enquadrando-se assim, na cronologia da exposição.

Todavia, pela sua extensão, o catálogo da exposição sumaria apenas os títulos bibliográficos de maior importância, fazendo parte desta lista, os livros da autoria de Maria Fátima de Castro e José Augusto Ferreira, sendo no entanto, complementados na exposição por outros livros da autoria de Maria Marta Lobo de Araújo, Isabel dos Guimarães Sá, Laurinda Abreu, Natália Alves, António Brásio, Rogério Seabra Cardoso, Sérgio Carvalho, Fernando Corrêa, Américo Costa, Alexandra Esteves, Ana Faria, Paula Fernandes, Fátima Ferreira, Carlos Fonseca, Manuel Freire, José Gama, Costa Goodolphim, Paulo Guimarães, Alberto Lamy, Maria Antónia Lopes, Sebastião Matos, Américo Mendes, José Miranda, Augusto Nascimento, Isabel Oliveira, Ivo Carneiro Sousa, Graça Santos, António Magalhães, José Silveira, entre vários outros autores.

Exposição Comemorativa dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga



Figura 1 - Exposição 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga

(Foto: cortesia da Misericórdia de Braga)

4. A Exposição Comemorativa dos 500 Anos da Misericórdia de Braga

A exposição sobre os 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga foi inaugurada no dia cinco de novembro e manteve-se aberta ao público nos dias úteis, durante o horário de expediente, até ao dia dezasseis de dezembro.

Na sua organização estiveram envolvidas diversas instituições, nomeadamente a Misericórdia de Braga, a Universidade do Minho, o Arquivo Distrital de Braga, a Biblioteca Pública da mesma cidade, o Conselho Cultural e, por fim, o Departamento de História da Universidade do Minho.

De entrada livre, a exposição foi elaborada de maneira a celebrar os 500 anos da Misericórdia de Braga, apresentando parte do seu património arquivístico e artístico, revitalizando o seu passado histórico, a importância que esta

confraria assumiu no contexto social e assistencial. Dirigida a um público abrangente, todos podiam visitar a referida exposição, conhecendo assim o seu percurso histórico, as suas finalidades, a sua evolução, por fim, o seu património arquivístico e cultural.

A exposição decorreu nas galerias do Salão Medieval da Universidade do Minho, estando dividida em três importantes núcleos, isto é, um módulo arquivístico, onde constavam os diversos exemplares documentais guardados no Arquivo Distrital da cidade de Braga, um módulo bibliográfico, constituído vários títulos bibliográficos e artigos de revista e, ainda, um módulo patrimonial, organizado pelo Conselho Cultural. Este último módulo era constituído por diversos bens pertencentes à Misericórdia de Braga, tais como: móveis, objetos decorativos, peças de



Figura 2 - Escultura de São Marcos - século XVIII

(foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

mobiliário, esculturas, bandeiras, quadros, a vara de mesário, um jarro, uma custódia-relicário em madeira e a caixa do despacho. Os objetos foram cuidadosamente selecionados e devidamente enquadrados no tema da exposição. Em honra à memória do padroeiro do hospital,



Figura 3 - Bandeira da Paixão, século XVIII

(Foto: cortesia da Misericórdia de Braga)

na exposição constava a estátua de São Marcos. Para além disso, na exposição também se encontravam outras peças, nomeadamente uma pintura em tela com aro em madeira conhecida como *A Barrosã*, datada do século XVII, e um conjunto de bandeiras, tais como, a Bandeira da Paixão, pertencente ao século XVIII e a “Bandeira Real”. As bandeiras expostas representam episódios bíblicos, como a Paixão de Cristo e a Visitação da Virgem a Santa Isabel, um dos dias mais solenes desta irmandade. A primeira é caracterizada por ilustrações dos dois lados, retratando na tela do anverso

Cristo atado a uma coluna, e na tela do reverso surge-nos Cristo flagelado e escarnecido. A bandeira da Visitação também está preenchida dos dois lados, de um lado está presente a imagem da Virgem Maria à Misericórdia, e do outro a visitação da Virgem Maria a Santa Isabel.

Cuidadosamente guardados ao longo dos séculos, estes estandartes encontravam-se em excelentes condições de preservação. Assumiam grande importância para a confraria e eram utilizados nas cerimónias que providenciavam, como as procissões religiosas.

Para além de nos dar a conhecer parte do seu património arquivístico, a exposição era ainda composta por outros dois importantes módulos, um arquivístico e outro bibliográfico, o que nos permitia conhecer a evolução desta confraria ao longo do seu percurso existencial, dando-nos ainda a conhecer parte das suas atividades administrativas, financeiras e também assistenciais. Os vários artigos expostos revelavam informação sobre a fundação da Santa Casa de Braga, para além de representarem parte do seu trajeto, importância, evolução e funcionalidades.

Nesta exposição constavam ainda objetos de “cariz administrativo”, permitindo-nos “espreitar as cortinas”. Encontra-se assim exibida a vara de mesário, datada do século XIX, símbolo de poder e distinção. Este objeto era utilizado nas procissões organizadas pela Santa Casa de maneira a assegurar a ordem e bom funcionamento destas celebrações. Para além disso, na exposição encontrava-se a caixa do despacho, pertencente ao século XVII, onde se colocavam os assuntos que deviam ser debatidos pela Mesa, órgão máximo de poder da confraria. No campo religioso destacou-se a custódia-relicário em madeira, do século XVIII, com um medalhão central de cera, representando o *Agnus Dei* e a *Visitação*.

Ainda que estivesse exibido algum do seu património, a exposição relembra também o importante papel que a Misericórdia de Braga assumiu no campo da assistência, sublinhando ainda o seu papel enquanto difusora da doutrina e moral cristã, enquanto espaços de sociabilidade e fontes prestigiadas de poder local. Deste modo, nesta exposição celebrou-se



Figura 4 - Vara de Mesário

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

muito mais do que o passado desta confraria, mas sim, a sua evolução, especialmente no âmbito caritativo assistencial, papel, aliás, que desempenha ainda nos dias de hoje.

No que diz respeito à exposição dos títulos bibliográficos e documentais, em alguns casos, optou-se pela sua exposição através da fotografia, de maneira a garantir a preservação dos mesmos, garantindo os cuidados que ainda hoje a confraria mantém com o seu espólio arquivístico. Para além disso, esta solução permitiu-nos rentabilizar espaço, de modo que foi possível colocar enriquecer esta exposição com mais documentos e livros sobre esta temática.

A montagem da exposição ocorreu nas semanas anteriores à sua inauguração, e foi sobretudo encaminhada pelo Conselho Cultural, pela Santa Casa da Misericórdia,

pelo Arquivo Distrital de Braga e a Biblioteca Pública da cidade de Braga. Embora tivesse contribuído, admito que neste aspeto desempenhei um papel de menor relevo, voluntariando-me, no entanto, para ajudar naquilo que fosse útil.

Ainda que aberta ao público, o dia da abertura contou a participação dos grupos organizativos nomeadamente, os membros do Conselho Cultural, CITCEM, os funcionários do Arquivo Distrital e da Biblioteca Pública de Braga, docentes da Universidade do Minho, irmãos de outras Misericórdias, a Câmara Municipal de Braga, a Reitoria da Universidade do Minho, membros da União das Misericórdias Portuguesas e do hospital de S. Marcos e todos os confrades da Misericórdia de Braga. A adesão foi muito grande, encontrando-se o seu espaço completamente preenchido. A Misericórdia de Braga ficou responsável pela elaboração dos convites, e toda a organização dos participantes. Para além disso, promoveu os meios de divulgação da exposição conjuntamente com o Conselho Cultural, recorrendo à comunicação social, ao CITCEM, para além da internet e dos Correios.



Figura 5 - Custódia – Relicário

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)



Figura 7 - Abertura da exposição

(foto: cortesia da Misericórdia de Braga)



Figura 6 - Exposição Comemorativa dos 500 anos da Misericórdia de Braga

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)



Convite

O Reitor da Universidade do Minho e o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga têm a honra de convidar Vossa Excelência para a inauguração da Exposição comemorativa dos 500 Anos da Misericórdia, a ter lugar no dia 5 de Novembro, às 17h00, na Galeria do Salão Medieval, no Largo do Paço, em Braga.

Organização:
Santa Casa da Misericórdia de Braga, Conselho Cultural da Universidade do Minho,
Arquivo Distrital de Braga, Biblioteca Pública de Braga, Departamento de História da Universidade do Minho
e CITCEM - Polo da Universidade do Minho
Patente até 16 de Dezembro - dias úteis: 9h00/12h30 e 14h00/17h30

Figura 8 - Convite para a exposição

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

Pecas integrantes da exposição e pertencentes ao espólio da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Escultura São Marcos



Data: século XVIII

Descrição: Escultura em madeira estofada representando o padroeiro do Hospital.

Pintura em tela com aro em madeira, "A Barro  "



Data: século XVIII

Descrição: Retrato pintado a óleo sobre tela, de uma camponesa representada de p  e em posição frontal. No canto superior esquerdo da tela encontra-se a seguinte inscrição: "A BARRO   *Angela Martins da Freguesia de N. S.  de Assumpção da V.é de Montalegre em 1726 deixou 1000\$ ao hospital e se mais tivera mais dera*". No canto inferior esquerdo: "De Monte Alegre 1000 mil reis p. e que vendessem p.é. alimento dos enfermos".

Vara de mesário



Data: século XIX

Descrição: Pertence a conjunto de 13 varas destinadas a serem usadas pelos  rg os Sociais da Santa Casa da Misericórdia, para manter o correto andamento das procissões, representando a do Provedor a autoridade da Instituição. Apresentam diâmetro unânime, são pintadas a preto e decoradas por duas listas douradas perto do topo, entre as quais figuram as armas do reino e as armas da Misericórdia de Braga.

Caixa do Despacho



Data: Finais do século XVII

Descrição: Caixa onde se colocavam os assuntos que iam a despacho na Mesa.

Custódia-relicário em madeira



Data: Finais do século XVIII

Descrição: Custódia-relicário em madeira dourada, com figuras policromadas, com medalhão central de cera moldada e com relicário em volta.

Bandeiras



Datas: século XVII e século XVIII

Descrição: Bandeiras constituídas por estrutura de madeira de formato retangular, cobertas em ambas as faces por tela pintada a óleo, unidas de haste de transporte e rematadas por cruz dourada.

Na tela do anverso está representada a Virgem da Misericórdia.

Na pintura do reverso está representada a Visitação da Virgem a Santa Isabel.

Criadas pela Casa Real, as Misericórdias portuguesas conheceram desde a fundação da Santa Casa de Lisboa em 1498, uma rápida disseminação pelo território nacional e ultramarino, demonstrando a adesão das populações e das elites locais aos seus propósitos.

Dedicadas às 14 obras de misericórdia, estas confrarias foram desde início muito acarinhadas pela Cor a com privilégios e esmolas e alcançaram o estatuto de "imediate proteção régia", no Concílio de Trento. Medraram com os legados que lhes chegaram ao longo da Idade Moderna, tornando-as poderosas e influentes, conheceram sinais de crise a partir de meados de Setecentos, ultrapassaram as dificuldades surgidas nos séculos XIX e XX, mantendo-se na atualidade firmes na defesa dos seus princípios norteadores.

A Santa Casa da Misericórdia de Braga nasceu no alvorecer de Quinhentos, mas em data ainda por precisar.   semelhança das suas congéneres, seguiu as linhas mestras insertas nos compromissos que a Cor a lhe enviou, construiu os seus próprios regimentos para diferentes setores e atuou com determinação no cumprimento das linhas assistenciais que criou, mantendo desde meados de quinhentos uma forte presença no setor da saúde através do Hospital de S. Marcos. Ao longo dos tempos, ajudou pobres, peregrinos, viajantes, mulheres, presos, distribuiu dotes de casamento e enterrou defuntos. Na atualidade, para responder às solicitações presentes, criou Creches para os mais pequenos e Lares de Terceira Idade para os mais idosos.

Assumindo ao longo dos séculos um lugar de chame o no combate à pobreza, a Misericórdia de Braga interagiu no seu percurso com os diferentes poderes da cidade, quer da esfera civil, quer da religiosa, lucrando principalmente ao longo da Idade Moderna com a proteção e apoio dos Arcebispos.

A memória da sua atividade em prol dos mais desfavorecidos encontra-se preservada no valioso espólio documental que possui, e que se encontra sob custódia do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e da própria Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Na comemoração dos seus 500 Anos   propósito dar a conhecer aos visitantes desta Exposição parte do património documental da Santa Casa da Misericórdia, bem como uma seleção bibliográfica sobre estas importantes confrarias, que se encontra na Biblioteca Pública de Braga/Universidade do Minho e na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.



Organização:

Santa Casa da Misericórdia de Braga, Conselho Cultural da Universidade do Minho, Arquivo Distrital de Braga, Biblioteca Pública de Braga, Departamento de História da Universidade do Minho e CITCEM - Polo da Universidade do Minho

Exposição Comemorativa

500 Anos da Misericórdia de Braga



5 de Novembro a 16 de Dezembro de 2013

Galeria do Salão Medieval da Universidade do Minho

Largo do Paço, Braga

2.  a 6.  FEIRA: 9H00-12H30 I 14H00-17H30

Figura 9 - Catálogo da exposição

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

Alguns documentos custodiados pelo Arquivo Distrital de Braga, pertencentes ao fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga e em exposição.

1 - Compromisso da Misericórdia de Braga
1628-1630
Enc. pergaminho; 43 f.; 290x206 mm
ADB/SCMB/2

2 - Livro da fundação da casa nova da Sancta Misericórdia desta cidade de Braga.
1.º Livro dos Termos
1558-1596
Enc. pergaminho s/cartão; 111 f.; 290x207 mm
ADB/SCMB/3

3 - Livro de Irmãos
1585-1711
Enc. pergaminho s/cartão; 315x225x65 mm
ADB/SCMB/51

4 - Eleição do Arcebispo Dom Frei Caetano Brandão para irmão da Santa Casa da Misericórdia.
Livro das eleições de novos Irmãos, f. 71v
1727-1793
Enc. pergaminho; 80 f.; 280x205 mm
ADB/SCMB/59

5 - Irmãos nobres [2.º caderno]
1818-1859
20 f.; 330x221 mm
ADB/SCMB/62

6 - Livro dos doentes que se curarão na Casa da Infermaria & gallico do anno de 1691 athe 1693
Enc. pergaminho; 49 f.; 305x220 mm
ADB/SCMB/70

7 - Livro antigo das Missas da Casa
1617-1632
Enc. pergaminho; 54 f.; 237x187 mm
ADB/SCMB/109

8 - Este livro é para se lançarem certidões das missas dos pobres.
[Missa dos Pobres]
1747-1793
Enc. pergaminho; 96 f.; 298x210 mm
ADB/SCMB/117

9 - Legados
1764-1842
ADB/SCMB/315 a 317

João Baptista intitulado das Beatas de Santo António do Campo da Vinha que deixou à Misericórdia várias propriedades pela referida instituição
1594
ADB/SCMB/473

11 - Livros para as contas do Celleiro
1643-1652
ADB/SCMB/497; 499; 500

12 - Livro [do celeiro] da Santa Misericórdia
1711-1712
Enc. pergaminho; 58 f.; 305x223 mm
ADB/SCMB/546

13 - Livro 2.º dos Contratos da Santa Casa da Misericórdia
1740-1793
Enc. couro sobre cartão com fivelas; 433x305x108 mm
ADB/SCMB/611

14 - Livro dos Juros, foros e propriedades do Hospital de São Marcos, desta cidade de Braga
1508-1635
ADB/SCMB/617

15 - Livro da Contagem do Coro
1820-1880
14 f.; 325x210 mm
ADB/SCMB/694

16 - Livro das visitações do Ospital e Beatas e da Casa e Termo dela
1639-1684
ADB/SCMB/706

17 - [Estatutos para o Recolhimento de Santo António das Beatas do Campo da Vinha]
1746-1747
Enc. pergaminho s/cartão; 34 f. (9 em branco); 301x212 mm
ADB/SCMB/719

18 - Estatutos e instituição do Recolhimento de Santo António das Beatas para o uso da Meça
1816-1817
Enc. pergaminho s/cartão; 53 f. (11 em branco); 362x230 mm
ADB/SCMB/720

sucinta, às publicações sobre a Santa Casa da Misericórdia de Braga que, pela sua singularidade, merecem ser destacadas.

Boletim Misericórdia de Braga.
Braga : M.B. , 2006-.

Compromisso da Misericórdia da cidade de Braga.
Braga : Francisco Fernandez de Basto, 1631.

Compromisso da Irmandade da Sancta e Real Casa da Misericórdia da cidade de Braga.
Novamente impresso, com notas declaratórias, e explicativas. Braga : Na Typographia Lusitana , 1857.

Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga.
Braga: Santa Casa da Misericórdia, 1982.

Estatuto da Misericórdia de Braga: aprovado por Alvará do respectivo Governador Civil aos 18 de Julho de 1911. - Braga :Typographia a vapor de Augusto Costa & Manos, 1911.

Estatuto da Misericórdia e Hospital de S. Marcos de Braga: por Alvarás do Governador Civil aos 18 de Julho de 1911, 22 de Outubro de 1914 e 22 de Dezembro de 1915
Braga: Typografia Lusitana, 1916.

Estatuto da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de São Marcos de Braga.
Braga : S.C.M. , 1952.

CASTRO, Maria de Fátima - A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual : das origens a cerca de 1910.
Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2006.

FERREIRA, José Augusto - Catálogo dos provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga, instituída pelo grandioso arcebispo D. Diogo de Sousa (1513?): Séc. XVI - Séc. XX
Braga: Livraria Cruz, 1940.

Misericórdia de Braga: revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga.
Braga : S.C.M.B. , 2005-.

Regulamento interino do Hospital de S. João Marcos de Braga.
[Braga] : Na Typographia Bracharense , 1837.

Regulamento do Hospital de S. Marcos da cidade de Braga.
Braga : Typographia Lusitana , 1893.

Da numerosa bibliografia pesquisada na Biblioteca Pública de Braga e na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva faz-se aqui referência, de forma

10 - Próprios títulos do Padre Domingos Peres, abade de São



Figura 10 - II Parte do catálogo da exposição

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

A exposição foi aberta pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Dr. Bernardo Reis, e contou ainda com o discurso da vice-reitora da Universidade do Minho, professora Doutora Graciete Dia. A coordenação científica da exposição foi da responsabilidade da historiadora Marta Lobo, que completou a inauguração com uma visita guiada aos convidados e participantes. Para além disso, a comissão organizadora teve o cuidado de elaborar um catálogo, de maneira a orientar os visitantes na exposição. Neste guia encontravam-se alguns dos exemplares expostos, devidamente datados e caracterizados. Na sua folha de rosto encontrava-se uma imagem extraída de um hino de irmãos, pertencente a um livro do espólio arquivístico da Santa Casa da Misericórdia que se encontra sob custódia do Arquivo Distrital da cidade de Braga. Este desdobrável é ainda completado por breve sumário da autoria da historiadora Marta Lobo, onde foi traçada a evolução desta confraria, desde da sua fundação até ao período de maturação, referindo ainda o seu contexto fundacional, principais fundamentos e finalidades. Para além da informação, este guia é composto por imagens, de maneira a tornar mais simples a sua leitura e compreensão. Pela sua dimensão, este sumário apenas apresenta uma pequena parcela dos títulos arquivísticos e bibliográficos, muito embora tivessem sido selecionados os de maior relevo e importância para a confraria.

O dia da abertura da exposição foi devidamente documentado pela comunicação social, que referiu o sucesso da sua inauguração, bem representado no grande número de pessoas que estiveram presentes. Assim nos indica o jornal *Correio do Minho* que, no dia seguinte à inauguração da exposição, publicava a letras garridas *Exposição dá a conhecer espólio da Santa Casa da Misericórdia*. Inserido no contexto da celebração dos 500 anos da Misericórdia de Braga, o mesmo artigo apresenta ainda a caracterização da exposição, ressaltando a valorização atribuída ao património arquivístico da Misericórdia de Braga por parte da comissão organizadora, sem esquecer o papel que a Misericórdia de Braga desempenha no âmbito social, como muito bem o próprio provedor da Santa Casa, Dr. Bernardo Reis.

O mesmo sucedeu com o *Diário do Minho* que abriu o seu jornal no dia seis de novembro com a seguinte notícia, *Estado não pode ignorar obra social das Misericórdias*. Uma vez mais o seguinte artigo é iniciado com o contexto que promoveu a elaboração da exposição, referindo-se por isso, às celebrações dos 500 anos de existência da Misericórdia de Braga.

À semelhança do artigo anterior, esta notícia caracteriza exposição, destacando o módulo arquivístico e as finalidades sociais desempenhadas pela Santa Casa da Misericórdia ao longo da sua existência. Apoiando-se sobretudo no discurso do provedor da Santa Casa, o presente artigo

refere a importância que a Misericórdia ainda hoje assume no plano social e assistencial da cidade de Braga. Para além disso, destacou as novas reformas induzidas por esta confraria, no sentido de amparar os mais necessitados, através da adesão ao programa de emergência alimentar e da criação de novas cantinas sociais. Para além dos jornais locais, esteve também presente o Porto Canal, que se traduziu num importante meio de divulgação do evento e da exposição.

Exposição dá a conhecer espólio da Santa Casa da Misericórdia

INICIATIVA INSERE-SE nas comemorações dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga, que vai entregar vários documentos ao Arquivo Distrital de Braga.

UNIVERSIDADE DO MINHO

| Miguel Viana |

A Santa Casa da Misericórdia de Braga (SCMB) inaugurou ontem, na Galeria da Reitoria da Universidade do Minho (UMinho), a exposição comemorativa dos 500 anos da Misericórdia.

A exposição é composta por vários documentos (datados entre os séculos XVI e XIX), quadros e vários objectos usados na administração da Misericórdia.

"Esta exposição é uma homenagem às misericórdias pelo espírito de dedicação aos mais carenciados", explicou o provedor da SCMB. Bernardo Reis referiu, ainda, que o "acervo (arquivo) da Misericórdia vai ser entregue ao Arquivo Distrital de Braga", depois de devidamente catalogado. O responsável da



Inauguração da exposição incluiu uma visita guiada

MIGUEL VIANA

Figura 11 - Excerto da notícia "Exposição dá a conhecer espólio da Santa Casa da Misericórdia" do Correio do Minho

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

Para além das fontes arquivísticas, dos títulos bibliográficos e de alguns exemplares artísticos, constava ainda um livro de assinaturas, permitindo deste modo, uma interação entre os conselhos organizadores e as pessoas que visitaram a exposição. Neste livro encontram-se diversos comentários referentes à exposição, dicas sobre a sua elaboração e novas sugestões para a sua composição. Revelou-se uma importante fonte para a comissão organizadora, pois traduziu-se numa fonte de informação sobre o tipo de público que visitou a exposição. À parte do elevado número de estrangeiros, a exposição foi ainda visitada por diversas escolas da cidade.

Parabéns

infância plus
RJ . Brasil
6/11/13

Contos muito

M. C. Braga

O futuro, a cultura e a história de Braga
e a sua importância para a sociedade

Figura 12 - Excerto do livro das assinaturas

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

I come Back!

Boena Carborg Ribeiro - Salvador - Bahia - Brasil
07/11/13. Linda exposição

Parabéns! Muito boa essa exposição!
Carmen e Paulo Silva - Brasil

Figura 14 - Excerto do livro das assinaturas

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

Exposição Belíssima...

PARABÉNS Santa Casa da Misericórdia de
Braga pelas 500 anos!

Angélica Novera
DIRETOR - "A Nossa
Terra"

PARABÉNS

Bele Exposição, bela história, bela Associação com a comunidade.

Dona Alinda

Escola de Engenharia de Universidade do Rio

Parabéns

Figura 13 - Excerto do livro das assinaturas

(Foto: Cortesia da Misericórdia de Braga)

Ainda que surjam algumas dúvidas relativamente à data da fundação da Misericórdia de Braga, a maioria dos investigadores acreditam que esta confraria foi fundada nos inícios do século XVI, no ano de 1513, sob a tutela do Arcebispo D. Diogo de Sousa.

Quinhentos anos depois, a comunidade bracarense não quis apagar este solene dia, celebrando assim, o percurso existencial desta confraria, lembrando que ainda nos dias de hoje, esta irmandade assume um papel de grande importância nos contextos sociais e assistenciais da cidade de Braga.

Na exposição em sua comemoração encontravam-se várias fontes informativas sobre o seu percurso evolutivo, desde da sua fundação até ao século XX, lembrando o seu papel enquanto confrarias laicas, autónomas, polos de prestígio e centros de poder. De maneira a subsistir, as Misericórdias adaptaram-se aos novos contextos que foram surgindo, mantendo-se fiéis aos seus propósitos, assistindo os pobres e os necessitados.

Dividida em vários módulos, na exposição encontravam-se vários bibliográficos, objetos artísticos e fontes arquivísticas, este último lembrando a importância que estes espólios documentais assumem para os investigadores mas também para as confrarias, pois perpetuam as suas memórias através do tempo e do espaço.

Ainda que centrada no Período Moderno, a exposição traçou um plano evolutivo da Santa Casa, contextualizando a sua fundação, destacando o particular papel que esta confraria desempenhou em relação às suas congéneres. Dotada de privilégios por parte da Coroa, esta confraria foi ainda privilegiada pela proteção dos Arcebispos da cidade de Braga, que lhe favoreceram condições de evolução e florescimento. De mãos dadas com a história dos Arcebispos da cidade, a exposição referenciava ainda alguma informação sobre os prelados, com particular destaque para instituidor da Misericórdia, o Arcebispo D. Diogo de Sousa. Muitos outros sobressaíram, como o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, que nos inícios do século XVIII, ocupou o cargo de provedor.

Ainda que a Idade Moderna representasse grande valor para a confraria, pois fundada nos inícios do século XVI e conheceu momentos de destaque, prestígio e notoriedade na centúria seguinte, a exposição referenciava o percurso desta confraria ao longo de outras épocas, como a Idade Contemporânea até à atualidade.

Ainda que ajustadas aos novos contextos, o provedor Dr. Bernardo Reis lembrou a importância que estas confrarias representam no campo social, mantendo-se muito ativas em termos assistenciais.

Como tal, a exposição representou muito mais do que sumário histórico da Misericórdia de Braga, pois sublinhou o carácter intemporal das suas práticas de caridade.

Conclusão

A dinâmica financeira e económica que marcou a Europa no alvorecer da modernidade transformou inevitavelmente o corpo social, criando novos grupos, novas relações e simultaneamente novos fenómenos. Muito embora a pobreza estivesse presente em todas as sociedades, a Europa Moderna viu florescer uma “nova forma de pobreza”, restrita a um grupo específico do corpo social, caracterizado pela perda gradual de poder económico.

Este quadro de miséria e carência era fomentado pelas conjunturas, em especial pela instabilidade político-militar, mas também e sobretudo pelos períodos de fome, pelas pestes e doenças. A inflação, a escassez de emprego e a pouca oferta de trabalho, derivada do crescimento populacional, também agravavam estas condições, estimulando o crescimento do número de mendigos e vagabundos um pouco por todas as cidades da Europa.

Com uma população em crescimento e sem meios para responder às suas necessidades, as Coroas europeias criaram não só novos mecanismos de combate à pobreza, mas também, novos instrumentos de auxílio aos mais pobres.

Embora as Coroas manifestassem constante preocupação com os pobres, também desejavam reprimir os vagabundos e mendigos, pois para o homem moderno, a preguiça era infame, o mais grave de todos os pecados.

De maneira a reduzir o número de mendigos e vagabundos, o novo sistema de assistência privilegiava a ordem, a disciplina e a moral, onde os ociosos deviam ser punidos e os verdadeiros pobres auxiliados.

Intecederam-se as cidades aos vagabundos, ficando circunscritos às suas áreas de origem, onde podiam esmolar por tempo determinado. Mais tarde, proibiram-se os atos de mendigagem, só as instituições vocacionadas para esse efeito é que podiam esmolar em nome dos pobres e necessitados.

Criaram-se novas instituições de assistência, mais adequadas às necessidades sociais do mundo moderno. Em alguns reinos estas instituições assumiram um caráter muito mais conservador e rigoroso, como as casas de trabalhos obrigatórios, que pretendiam punir os ociosos.

Já no sul da Europa ficaram particularmente conhecidas outras confrarias, denominadas de Misericórdias, ainda que se tivessem adaptado às realidades políticas, económicas e sociais de cada reino e cidades.

Na Península Itálica, estas confrarias destinavam-se sobretudo ao internamento dos doentes, todavia, nos reinos espanhóis, estas casas assumiram um caráter bem mais conservador, muito semelhante ao que sucedeu na Europa do norte.

Em Portugal as Misericórdias representaram um momento de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. Embora adequadas às necessidades dos tempos modernos, carregavam um legado medieval, consignado na assistência aos mortos que frequentemente praticaram. Contudo, as Misericórdias portuguesas não adquiriram o caráter conservador das suas irmãs espanholas, ainda que tivessem desempenhado um papel fulcral na difusão dos valores e moral cristã.

Vocacionadas para a assistência, estas confrarias auxiliavam os pobres, mas também os presos, os enfermos, os cativos, os peregrinos, as mulheres, as crianças e os mortos.

As Misericórdias eram confrarias laicas, independentes do poder religioso, isto é, da Igreja, cuja interferência se fazia sentir apenas nos assuntos espirituais. Pelo contrário, os monarcas exerciam grande autoridade sobre estas irmandades, embora as Santas Casas gozassem de alguma autonomia.

Assumiram um papel fundamental no quadro das novas reformas sociais empreendidas pela Coroa portuguesa, pois traduziram-se em mecanismos de combate à pobreza.

Para além disso, representaram um papel significativo no processo de consolidação do poder régio. Contribuíram para fortificação do Estado que se apropriava das mais variadas formas de poder, intercedendo nos contextos sociais e tomando medidas no sentido de reduzir a pobreza.

O patronato régio permitiu-lhes gozar de importantes privilégios, o que favoreceu o seu rápido crescimento, proliferação e afirmação local.

Pelo destaque que obtiveram em termos de assistência e caridade, as Misericórdias secundarizaram o papel da Igreja neste aspeto, muito embora não fossem as únicas instituições a praticar auxílio aos mais necessitados ao longo do Período Moderno.

A primeira Misericórdia foi fundada em 1498, na cidade de Lisboa. Desde de então, várias cidades do reino seguiram este exemplo, sendo criadas outras confrarias do género um pouco por todo território e império português.

Catorze anos depois, em 1513, o Arcebispo D. Diogo de Sousa instituiu a Misericórdia de Braga. Um ano depois, em 1514 recebeu os estatutos da Misericórdia de Lisboa, doados por D. Manuel I.

Ainda que não se tratasse de uma realidade exclusiva, esta confraria destacou-se pela proximidade que manteve com os Arcebispos da cidade de Braga. Todavia, a Igreja não exercia qualquer influência no seu interior, aliás, esta confraria, à semelhança das restantes, mantinha-se sobre a tutela direta do rei.

Ao longo do Período Moderno, os Arcebispos da cidade de Braga exerceram obras de caridade através desta Misericórdia, auxiliando os mais pobres, particularmente as mulheres, os doentes e as crianças. Também favoreceram outros, especialmente familiares, amigos ou conhecidos, muito à semelhança de outras pessoas que deixaram testamentos para esta instituição.

Ao longo do século XVII estas Misericórdias viveram momentos de glória, prestígio e riqueza. Do seu crescimento e evolução brotaram novos rendimentos, despertando a atividade financeira destas instituições, especialmente quando começaram a receber um grande volume de testamentos, legados e heranças. Aos poucos formaram um vasto património, que estimularam através da atividade creditícia, ainda que condenada pela Igreja.

A riqueza financeira patrocinava as festividades que organizavam, com pompa e sumptuosidade. A magnanimidade que estava presente nestas cerimónias favorecia a atracção de novos confrades, especialmente das elites, assegurando o prestígio e destaque social que alcançaram neste período.

Aliciados pela riqueza mas também pelos privilégios, os novos irmãos afluíam, desejando integrar estas confrarias, pois podiam representar um momento de ascensão e de reconhecimento social.

A sociedade moderna incentivava ao “cultivo” da alma, através das práticas de caridade, para que o homem moderno obtivesse uma boa morte. A alma ganhava supremacia sobre o corpo, a moral, os valores e a virtude eram por isso estimulados, de maneira a abreviar os pecados, e a alcançar a plenitude eterna.

Ao contrário da centúria anterior, o século XVIII foi marcado por um período de crise. Juntaram-se os conflitos com outras instituições, para além das quezílias entre irmãos. Para além disso, somavam-se casos de correção, favoritismo, má gestão, envelhecimento dos irmãos, entre muitos outros aspetos.

À instabilidade interna, juntavam-se ainda os problemas financeiros, fruto das elevadas despesas relativamente à assistência aos mortos, sobretudo, no que diz respeito à celebração das missas por alma.

De maneira a abreviar os seus custos, as Misericórdias viram-se forçadas a reduzir o número de ofícios religiosos, depreciando o seu valor junto das comunidade.

Mais frágeis e desprestigiadas, estas confrarias debatiam-se ainda com outros problemas financeiros, especialmente no setor do crédito, pois não tinham autoridade para recolher os juros do dinheiro emprestado a crédito.

Sem recursos, estas confrarias viram forçadas a procurar a intervenção régia para impor ordem no seu interior. Deste modo, a Coroa intercedeu junto das Misericórdias, assumindo um papel muito mais centralizado e autoritário. Nomeou Mesas, expulsou irmãos, reformou o sistema de assistência espiritual e financeiro, instituindo novas regras, de maneira a fazer vincar a sua autoridade.

Embora abaladas pela crise do século XVIII, as Misericórdias subsistiram até aos dias de hoje, ainda que tivessem de se adaptar aos novos contextos políticos, económicos e sociais.

Ainda hoje desempenham um papel central no âmbito social e religioso, muito embora, partilhem essa responsabilidade com o Estado e outras instituições. As práticas de caridade são muito diferentes daquelas que vigoravam na Idade Moderna, todavia, a sua finalidade é a mesma, auxiliar os mais necessitados, dar-lhes assistência e providenciar-lhes algum conforto e resguardo da miséria e da solidão.

Esta problemática esteve representada na exposição que evocou os 500 anos da Misericórdia de Braga, dando realce a esta instituição, mas também a todas as suas congéneres, que trabalham afincadamente para minorar a pobreza.

Importante para o seu conhecimento, foi sem dúvida o arquivo, fundo com séries documentais bem conservadas, que permitiram já vários estudos, mas aguardam ainda novos investigadores. O arquivo é riquíssimo, contém informação muito pertinente para o estudo da confraria, mas também para a história da cidade, importa, portanto, continuar a sua análise, devolvendo à Misericórdia e a Braga parte da sua história.

Bibliografia

Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

Abreu, Laurinda, «As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V», in Paiva, José Pedro (coordenador científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, Centro de Estudos de História Religiosa, 2002, pp. 47-77.

Abreu, Laurinda, «Introdução Igreja, caridade, e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII): estratégias de intervenção social num mundo em transformação», in Abreu, Laurinda (ed), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs XVI-XVIII)*, Évora, Edições Colibri, 2004, pp. 11-28.

Abreu, Laurinda, «O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa do Antigo Regime», in Fonseca, Jorge (coord), *Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, pp. 25-43.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 11, N° 2, 1998, pp. 121-139.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Retalhos de vidas: a assistência às mulheres na Misericórdia de Ponte de Lima durante os séculos XVII e XVIII», in *Mínia*, III série, n° 8-9, 2000-2001, pp. 166-190.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «A reforma de assistência nos reinos peninsulares», in *Cadernos do Noroeste* 19 (1-2), Série História, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 2002, pp. 177-198.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Aos pés de vossa alteza sereníssima: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 17, nº 1/2, 2002, pp. 101-125.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidade no século XVIII», in *Bracara Augusta*, nº107, Vol. LII, Braga, 2004, pp. 180-197.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Nas franjas da sociedade: os esmolados das Misericórdias do Alto Minho (séculos XVII e XVIII)», in *Diálogos*, Vol. 9, nº2, 2005, pp. 159-181.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)», in *Noroeste Revista de História. Actas do Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes*, Vol. 1, 2006, pp. 303-318.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do paraíso (século XVI-XVIII)», in Faria, Ana Leal de; Braga, Isabel Drumond (coord), *Problematizar a História: estudos de história moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, pp. 383-402.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os arquivos das Misericórdias do Alto Minho: um itinerário de investigação», in *Cadernos Vianenses*, nº 40, 2007, pp. 357-376.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «As manifestações de rua nas Misericórdias portuguesas no contexto barroco», in *Hispania Sacra*, 93-113, Vol. LXII, Madrid, 2010, pp. 93-113.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança», in *Jornadas de estudos sobre as Misericórdias. As Misericórdias Quinhentistas: actas*, Penafiel, Arquivo Municipal, 2010, pp. 35-58.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 367-381.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Filhas de famílias pobres: honra, pobreza e caridade nas Misericórdias portuguesas (séculos XVII-XVIII)», in *Laços familiares e sociais*, Viseu, Psicosoma, 2011, pp. 249-262.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «A Misericórdia de Braga e os Arcebispos da cidade na primeira metade do século XVI», in *Congresso Internacional 500 anos de história das Misericórdias. Actas*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 57-78.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Assistir os pobres e alcançar a salvação», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 447-536.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 19-88.

Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os serviços de saúde e a assistência à doença», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 347-446.

Bronislaw, Geremek, *A piedade e a força. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.

Capela, José Viriato, «A economia social da Misericórdia e Hospital de Braga», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 161-258.

Capela, José Viriato, «A Misericórdia e a sociedade bracarense», in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 259-346.

Capela, José Viriato, «A Misericórdia de Braga e a sociedade de Antigo regime», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Actas*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, pp. 79-88.

Castro, Maria de Fátima, «O Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha», in *Bracara Augusta*, XLVI, 1995-1997, pp. 169-250.

Maria de Fátima, «Devoções ligadas à Misericórdia e Sé Primaz de Braga», in *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 7, 2000.

Castro, Maria de Fátima, *A irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga*, Vol. 1, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001.

Casto, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, Vol. 2, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003.

Castro, Maria de Fátima, «A irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Contributos para o conhecimento da data da sua fundação», in *Misericórdia de Braga*, nº1, 200, pp.

Castro, Maria de Fátima, «Presos, enjeitados e meninos desamparados», in *N.W. Noroeste Revista de História. Actas do Congresso Internacional de História, Territórios, Culturas e Poderes*, Vol. 1, 2, 2006, pp. 373-404.

Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga Assistência material e espiritual*, Vol. 3, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2006.

Esteves, Alexandra, «As prisões no Alto Minho no século XIX: a acção das Misericórdias», in *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga*, nº7, 2011, pp. 45-62.

Liberato, Marco, «Trento, a mulher e o controlo social: o recolhimento de S. Manços», in Abreu, Laurinda (ed), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs: XVI-XVIII)*, Évora, Edições Colibri, 2004, pp. 275-290.

Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social Coimbra (1750-1850)*, Vol. 1, Coimbra, Palimage Editores, 2000.

Lopes, Maria Antónia, «Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria Fátima; Esteves, Alexandra (orgs), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI- XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 101-126.

Lopes, Maria Antónia, «Dotar para disciplinar, casar para subsistir. Misericórdia de Coimbra Séculos XVI-XIX, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.) *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 275-296.

Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de Estudo e Investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Machado, Carla Manuela Sousa, «Festividades e devoções na Misericórdia de Braga em torno do culto a S. João Marcos (século XVIII)», in *Interconexões. Revista de Ciências Sociais*, Vol.1, nº1, 2013, pp. 85-99.

Machado, Carla Manuela Sousa, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014, dissertação de mestrado policopiada.

Magalhães, António, «Mulheres órfãs e de boa fama: os dotes de casamento na Misericórdia de Viana do Castelo (séculos XVI-XIX)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves,

Alexandra (coord), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 297-314.

Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013.

Marques, José, «A assistência no norte de Portugal nos finais da Idade Média», in *Revista de História*, Vol. 11, 1991, p. 13-80.

Moraes, Juliana de Mello, «Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1612-1822)», Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2009, dissertação de doutoramento policopiada.

Moraes, Juliana de Melo, «Práticas assistenciais entre irmãos seculares franciscanos nas duas margens do Atlântico (século XVIII)», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves Alexandra (orgs), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 185-196.

Oliveira, Aurélio de, «Misericórdia de Braga na actividade creditícia (1750-1800)», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 anos de história da Misericórdia de Braga. Atas*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, pp. 197-218.

Paiva, José Pedro, «O Arcebispo D. Diogo de Sousa e a Misericórdia de Braga», in Reis, Bernardo (coord), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias. Atas*. Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, pp. 79-88.

Pardal, Rute, *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina: Estratégias de controlo de poder local (1580-1640)*, Évora, Edições Colibri, 2007.

Pedro Penteado, «A documentação acumulada nas confrarias e Misericórdias de Portugal: problemas e soluções» in *Oceanos*, n°35, 1998, pp. 461-478.

Pedro Penteado, «As Misericórdias: contributo para um guia dos arquivos» in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, Centro de Estudos de História Religiosa, 2002, pp. 11-16.

Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2008.

Reis, Maria de Fátima Dias dos, «Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna, os recolhimentos de Lisboa», in Abreu, Laurinda (ed), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Évora, Edições Colibri, 2004, pp. 263-274.

Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Sá, Isabel dos Guimarães, «A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600)», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 11 (2), 1998, pp. 31-63.

Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno», in *Cadernos do Noroeste*, 15-12, 2001, pp. 337-353.

Sá, Isabel dos Guimarães, «Devoção, caridade e construção do Estado ao tempo de D. Manuel I: o exemplo das Misericórdias», in *D. Manuel e a sua época. Actas do Congresso Histórico de Guimarães*, 3, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001, pp. 317-329.

Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

Sá, Isabel dos Guimarães, «Parte 1 – de 1498 a 1750», in Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das Misericórdias portuguesas 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 7-64.

Sarti, Raffaella, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

Sousa, Ivo Carneiro de, *O Compromisso primitivo das Misericórdias portuguesas (1498 - 1500)*, Porto, Universidade do Porto, 1996.

Tavares, Maria José Pimenta Ferro, *A pobreza e a morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

Troni, Joana Pinheiro de Almeida, «Os dotes de D. Catarina de Bragança (1638-1705): a necessidade de legitimação da dinastia portuguesa e as negociações matrimoniais com França e a Inglaterra», in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra *Tomar estado: dotes de casamento (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 159-178.